

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA
 - 1.1 – Plenário
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
 - 2.1 – Comissões
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 4 – MANIFESTAÇÕES
- 5 – PRONUNCIAMENTOS
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 7 – ERRATA



ATA

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício nº 4/2019 (encaminhando o Requerimento Ordinário nº 329/2019), do presidente do Tribunal de Justiça, e de ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 540, 566 e 575 a 580/2019; Requerimentos nºs 477 a 483 e 485 a 488/2019 – Comunicações: Comunicações da Comissão de Transporte e dos deputados Alencar da Silveira Jr., Inácio Franco e Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Elismar Prado, Cristiano Silveira, Celinho Sintrocel, João Leite e Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Mesa – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 329/2019; deferimento – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto nº 9/2019; discursos do deputado Alencar da Silveira Jr., da deputada Laura Serrano e dos deputados Luiz Humberto Carneiro, Gil Pereira, Douglas Melo, André Quintão, Doutor Jean Freire, Professor Cleiton, Hely Tarquínio e Cleitinho Azevedo; Questão de Ordem; votação nominal do veto; rejeição – Declaração de Voto – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Luiz

Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Elismar Prado, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Celinho Sintrocel, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 4/2019

(Correspondente ao Ofício nº 097/GAPRE/2019)

Belo Horizonte, 22 de março de 2019.

Assunto: Projeto de Lei – PL 4960/2018

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência que autorize o desarquivamento do Projeto de Lei – PL 4960/2018 de autoria deste Tribunal.

Certo de contar com sua habitual atenção, antecipo agradecimentos com protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Desembargador Nelson Missias de Moraes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 329/2019

Do Tribunal de Justiça, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.960/2018, de sua autoria.

OFÍCIO

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.262/2018, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 540/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bases de descanso gratuitos para caminhoneiros em rodovias pedagiadas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Toda rodovia pedagiada do Estado de Minas Gerais deverá oferecer, obrigatoriamente, bases de descanso para caminhoneiros gratuitamente, destinados, entre outros fins, área de descanso e pernoite.

Parágrafo único – A empresa concessionária ou permissionária poderá fixar o prazo máximo de estadia dos usuários, respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) horas.

Art. 2º – A empresa concessionária ou permissionária deverá, mediante receitas próprias arrecadadas com a cobrança do pedágio, arcar com todo o custeio de instalação e manutenção das bases de descanso.

Parágrafo único – A empresa não poderá aumentar o valor do pedágio em função das instalações de que trata esta lei.

Art. 3º – Esta lei tem validade para novos contratos de concessão/permissão e para contratos em vigência.

Art. 4º – As bases de descanso deverão ser construídas de forma escalonada da seguinte maneira:

I – 25% das bases deverão estar prontas para utilização dos usuários da via em até 12 (doze) meses;

II – 50% das bases deverão estar prontas para utilização dos usuários da via em até 24 (vinte e quatro) meses;

III – 75% das bases deverão estar prontas para utilização dos usuários da via em até 36 (trinta e seis) meses;

IV – 100% das bases deverão estar prontas para utilização dos usuários da via em até 48 (quarenta e oito) meses.

§ 1º – A multa será fixada no valor correspondente a 10.000 (dez mil) UFEMG por dia de atraso na entrega de cada base de descanso.

§ 2º – (Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais).

Art. 5º – As bases de descanso devem oferecer comodidades condignas à utilização dos usuários.

Parágrafo único – A estrutura mínima das bases deverá conter banheiros e chuveiros aquecidos, camas, tomadas individuais, mesas e cadeiras para refeições.

Art. 6º – Os pátios das bases de apoio devem comportar, no mínimo, 10 (dez) caminhões de grande porte, além de contar com toda estrutura de monitoramento por câmeras de segurança para garantir a proteção dos veículos e cargas transportadas.

Art. 7º – A distância entre uma base de descanso e outra não poderá ser superior a 150 (cento e cinquenta) quilômetros.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2019.

Deputado Cleitinho Azevedo (PPS)

Justificação: Hoje, os caminhoneiros sofrem de um lado com preço baixo do frete, e de outro com os altos custos com a viagem, tais como combustível, pedágios, alimentação e estadia. Sem contar a insegurança nas rodovias, por motivos de roubos de carga e jornada excessiva de trabalho, sem que exista um local adequado para descanso.

Sabidamente o desgaste diário dos profissionais caminhoneiros acabam por ocasionar graves acidentes em rodovias, sendo o cansaço e sono o principal motivo.

Sendo assim, o presente projeto busca minimizar e dar melhores condições de serviço a esses profissionais que são de suma importância para a economia de todo o país. Nada mais justo que as concessionárias ou permissionárias retribuam o alto valor dos pedágios pagos em diversos pontos da rodovia.

Caminhoneiro descansado significa segurança nas rodovias.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nossos Pares para aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 566/2019

Institui a política estadual de combate à pornografia na infância e na adolescência no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de combate à pornografia na infância e na adolescência no Estado, a qual assegura dignidade especial às crianças e aos adolescentes, às pessoas em desenvolvimento e às pessoas em condição de fragilidade psicológica.

Art. 2º – O Estado respeitará e garantirá o direito da família em assistir, criar e educar seus filhos menores, em consonância com o art. 229 da Constituição da República e com o art. 1.634 do Código Civil.

§ 1º – O Estado garantirá aos pais e aos responsáveis o direito a que seus filhos menores recebam educação moral e religiosa de acordo com suas convicções, consoante dispõe o art. 12.4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

§ 2º – Os órgãos e servidores públicos estaduais poderão cooperar na formação moral de crianças e de adolescentes, desde que, previamente, apresentem às famílias o material pedagógico, cartilha ou qualquer tipo de publicação que pretendam apresentar ou ministrar em aulas ou outro tipo de atividade.

Art. 3º – Os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo Poder Público Estadual devem respeitar as leis federais que proíbem a divulgação ou o acesso de crianças e adolescentes a imagens, músicas ou textos considerados pornográficos ou obscenos, conforme disposto no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como garantir a proteção frente a conteúdos impróprios ao seu desenvolvimento psicológico.

§ 1º – O disposto neste artigo se aplica a qualquer material impresso, sonoro, audiovisual ou imagem, ainda que didático, paradidático ou cartilha, ministrado, entregue ou acessível a crianças e adolescentes, bem como *folders*, *outdoors* ou qualquer outra forma de divulgação coletiva em local público, evento autorizado ou patrocinado pelo Poder Público Estadual, inclusive mídias ou redes sociais.

§ 2º – Considera-se pornográfico ou obsceno áudio, vídeo, desenho ou texto escrito ou lido, cujo conteúdo descreva ou contenha imagem de obscenidade, ato libidinoso, órgão genital ou relações sexuais.

§ 3º – A apresentação científico-biológica de informações sobre o ser humano e seu sistema reprodutivo é permitida, respeitada a idade pedagógicamente apropriada.

Art. 4º – Ao contratar serviços ou adquirir produtos de qualquer natureza, bem como patrocinar eventos, espetáculos públicos ou programas de rádio, televisão ou redes sociais, a administração direta ou indireta do Estado fará constar cláusula obrigatória de respeito ao disposto no art. 3º desta lei, no contrato patrocinado ou beneficiado.

Parágrafo único – O disposto neste artigo se aplica a contratações de propaganda ou de publicidade, assim como aos atos de concessão de benefícios fiscais ou creditícios.

Art. 5º – Todos os serviços públicos do Estado obedecerão às normas estabelecidas pela Constituição da República e pelas leis federais brasileiras, além do disposto nesta lei, especialmente os sistemas de saúde, de direitos de humanos, de assistência social e de ensino.

Art. 6º – Os serviços públicos do Estado poderão se recusar a praticar ato ou participar de atividade que viole o disposto nesta lei.

Art. 7º – Qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive servidores públicos, pais ou responsáveis por criança ou adolescente, poderá representar à administração pública estadual e ao Ministério Público, quando houver violação ao disposto nesta lei.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2019.

Deputado Bruno Engler (PSL)

Justificação: A Constituição da República, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e as diversas leis federais, estabelecem um sistema sólido de proteção às crianças e aos adolescentes contra violações à sua dignidade humana, especialmente nos âmbitos de sua integridade física, sexual e psicológica.

A Constituição, nesse sentido, estabelece nos artigos 221, inciso IV, 226 e 229 que:

“A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: [...] IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.”

“A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

“Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.”

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, estabelece no artigo 12, item 4, que:

“Liberdade de Consciência e de Religião

[...]

4 – Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.”

O Código Civil de 2002 também dispõe que:

“Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: I – dirigir-lhes a criação e a educação; [...] V - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município;”.

No mesmo sentido, a lei 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nos artigos 78 e 79, dispõe que:

“Art. 78 – As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo. Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

Art. 79 – As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.”

O Código Penal, é bom destacar, tipifica como crime a conduta de satisfazer a lascívia mediante presença de criança ou adolescente, nos termos do artigo 218-A:

“Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem.”

Todas essas normas formam um sistema coeso que garante os direitos da criança, do adolescente e da família, e têm aplicação em todo o território nacional, inclusive em escolas. Ao analisar alguns documentos dos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde na formulação e na execução de políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes, percebe-se uma ausência de menção às normas jurídicas que estabelecem os direitos da família em relação aos filhos menores.

A família tem o direito constitucional de criar e educar os filhos, e estabelecer a sua formação e educação moral e religiosa, conforme dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos. Assim, até os 16 anos de idade, os pais representam legalmente os filhos menores, pois, de acordo com a lei civil, estes são absolutamente incapazes.

É importante considerar a recente decisão do STJ, no REsp 1.543.267/SC, que considerou como pornográficas, para fins de tipificação do crime previsto no artigo 241-B, fotos com enfoque nos órgãos genitais de adolescente, ainda que cobertos por peças de roupa, e de poses nitidamente sensuais em que é explorada sua sexualidade com conotação obscena e pornográfica.

O STJ entendeu, no julgamento do HC 70.976/MS, que a integridade sexual de criança não é violada somente com o contato físico-sexual, mas também com imagens de cunho pornográfico ou libidinoso.

À família cabe orientar e criar seus filhos menores conforme seus valores morais, não podendo ficar alijada do teor de materiais didáticos que tendem a influenciar seus filhos em sentido contrário ao da orientação familiar.

As leis e a Constituição devem ser respeitadas em todo o território nacional, sobretudo em salas de aula, resguardando-se os direitos da criança e do adolescente.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 575/2019

Dispõe sobre obrigatoriedade das operadoras de serviços de telefonia fixa e móvel e as operadoras de TV por assinatura a divulgarem e manterem estabelecimento físico em cada cidade do Estado de Minas Gerais para atendimento presencial ao consumidor.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam obrigadas as operadoras de serviços de telefonia fixa e móvel, bem como as operadoras de TV por assinatura a divulgarem e manterem estabelecimento físico em cada cidade, na qual presta serviços, no Estado de Minas Gerais para atendimento presencial do consumidor.

§ 1º – O atendimento presencial que permita o encaminhamento de qualquer espécie de solicitação a respeito dos serviços em oferta ou promoção.

§ 2º – O endereço comercial físico deverá constar no sítio eletrônico das operadoras, no contrato de prestação de serviços em local em local de destaque e de fácil visualização e na conta enviada ao consumidor via e-mail ou para sua residência, e ainda com todas as informações necessárias para sua fácil localização e contato.

§ 3º – O estabelecimento físico funcionará como posto de atendimento ao consumidor e será instalado na proporção 01 (um) para cada 50.000 (cinquenta mil) habitantes em cada cidade, na qual presta serviços, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará esta lei estabelecendo as normas necessárias ao seu cumprimento.

Art. 3º – As operadoras de serviços de telefonia fixa e móvel, bem como operadoras de TV por assinatura deverão se adaptar ao disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Sargento Rodrigues. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.264/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 576/2019

Dispõe sobre fixação de cartaz, ou placa, em revendedoras e concessionárias de veículos automotores, informando isenções concedidas às pessoas com deficiência e moléstias graves e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as revendedoras e concessionárias de veículos automotores, sediadas em todo o território do Estado de Minas Gerais, obrigadas a fixar, em local de fácil visualização, cartazes ou placas, informando aos consumidores as isenções de impostos e tributos, garantidos por Lei, às pessoas com deficiência ou portadoras de moléstias graves.

Parágrafo único – O cartaz, ou placa, deverá ter a medida mínima de 297x420mm (folha A3), com escrita legível, contendo a seguinte informação: "O consumidor com deficiência ou portador de moléstia grave tem direito à isenção de tributos previstos em Lei. Solicite informações a um de nossos vendedores".

Art. 2º – O descumprimento desta Lei acarretará:

I – em advertência, com notificação dos responsáveis para a regularização no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias;

II – em caso de reincidência, ou da não regularização dentro do prazo estipulado no inciso I deste artigo, será aplicada ao infrator, multa no valor correspondente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo das sanções previstas nas Leis que preveem referidas isenções.

Art. 3º – A fiscalização e a aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após sua publicação.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor em 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: De plano, convém esclarecer que, conforme se depreende do texto da lei, a presente medida legislativa dispõe de assunto perfilado no elenco de matérias de competência do Estado, uma vez que estipula normas de proteção e defesa do consumidor e integração das pessoas com deficiência. Nessa medida, a iniciativa legislativa em apreço, sob o ponto de vista jurídico, certamente se afeiçoa aos incisos VIII e XIV, do artigo 24, da Constituição Federal, que outorga aos Estados Membros legislar, concorrentemente, sobre "responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;" e "proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência". O presente projeto de Lei tem por objetivo informar a sociedade sobre as importantes conquistas sociais direcionadas às pessoas com deficiência física ou mental de caráter irreversível e com algum tipo de enfermidade. Cumpre esclarecer que inúmeras são as pessoas com deficiência ou portadores de moléstias graves, bem como seus familiares, que desconhecem seus direitos, chegando até mesmo a adquirir veículos sem usufruir dos benefícios que lhe são concedidos por Lei. Os benefícios concedidos por Lei compreendem a isenção de impostos, na aquisição de veículos automotores zero quilômetros, como IPI, IOF, ICMS, IPVA, entre outros tributos, o que garante a estas pessoas um preço bem mais acessível na compra. Assim, é necessário que esta Casa Legislativa analise atenciosamente esta questão, uma vez que, são inúmeras as pessoas portadoras de deficiência ou moléstias graves que deixam de usufruir de referidos benefícios. Dessa feita, na certeza de que podemos contar com a colaboração dos nossos nobres pares, os quais entenderão a grandeza desta iniciativa legislativa, os quais conclamo a convertê-la em Lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumido e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 577/2019

Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto que utilize penas e plumas de aves que especifica no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibida a produção e a comercialização de qualquer produto em cuja confecção sejam utilizadas plumas e penas de ganso, cisne, faisão, pavão, ou espécies congêneres no Estado.

Parágrafo único – Excetuam-se da proibição a que se refere o *caput* deste artigo os produtos em que forem usadas penas e plumas obtidas como produto secundário das aves que fazem parte da cadeia alimentar humana.

Art. 2º – A infração ao disposto nesta lei sujeitará o infrator ao pagamento de multas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), progressivamente em caso de reincidência.

Parágrafo único – Os valores indicados neste artigo serão atualizados anualmente com base na correção inflacionária correspondente ao período ou como dispuser a regulamentação desta lei.

Art. 3º – A administração pública estadual indicará os órgãos e as secretarias responsáveis pela fiscalização e aplicação das penalidades com as indicações previstas nesta lei.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2019.

Deputado Osvaldo Lopes (PSD)

Justificação: As plumas e as penas de aves são empregadas na confecção de variada gama de produtos, em especial travesseiros, edredons e casacos. O que a maioria dos usuários desconhecem é o procedimento para a obtenção dessa matéria prima: os animais são depenados vivos, causando-lhes imenso sofrimento. Esse torturante processo repete-se em todos os verões, quando as aves renovam as suas plumagens. Este projeto visa a eliminar essa prática, ao proibir, em nosso Estado, a fabricação e comercialização de produtos que utilizem o material conseguido nessa forma hedionda.

Não se pode negar o valor, em termos de conforto e de proteção térmica, da plumagem natural, nem queremos inviabilizar sua utilização, daí a exceção oferecida aos artigos em que o material seja obtido como produto secundário, extraído da fauna que serve à cadeia alimentar humana.

Isto posto, solicitamos o apoio de nossos nobres pares para esta proposta.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 578/2019

Dispõe sobre o peticionamento eletrônico de recursos junto ao Detran-MG e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica obrigado o Detran-MG a disponibilizar em seu sítio eletrônico mecanismos aptos a permitir aos interessados o peticionamento eletrônico de defesas prévias e recursos de multas, observadas, para efeito de operacionalização, as normas da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor 90 (noventa dias) depois de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: O presente Projeto tem por objetivo possibilitar maior celeridade no encaminhamento de defesas e recursos de multas de trânsito aplicadas por autoridade competentes, em homenagem ao princípio constitucional da eficiência. Tem-se a convicção de que a criação e implantação do peticionamento eletrônico proporcionará uma maior celeridade do desenvolvimento do processo administrativo de recursos de multas de trânsito perante o Detran-MG. Além disso, possibilitará à parte interessada o oferecimento de defesa prévia ou recurso, sem que exista a necessidade de se locomover fisicamente até o órgão de trânsito, contribuindo ainda para a substituição gradativa do processo físico pelo eletrônico. É importante frisar que a informatização dos processos judiciais não é inovação ocorrida apenas no Brasil. Está presente em praticamente todos os países adiantados no mundo, não obstante o pioneirismo da legislação brasileira, consolidada pela Lei nº 11.419 de 2006. Em relação aos benefícios advindos da estruturação do processo eletrônico, destaca-se o da celeridade processual, hoje não mais simples ato de boa política administrativa, mas um direito fundamental expressamente assegurado no art. 5º inciso LXXVII, da Constituição Federal, que assevera: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Como visto, tornar ágil e fácil a tramitação dos processos, tanto na esfera do Judiciário quanto nos órgãos da Administração não é mais uma liberalidade, mas um dever do Estado e um direito do cidadão, além de representar um fator de economia para os cofres públicos e até uma contribuição ao meio ambiente, na medida em que elimina o uso de papel.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 579/2019

Dispõe sobre a criação do Programa Nota Fiscal da Saúde do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Poder Executivo implementará o Programa Nota Fiscal da Saúde do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de possibilitar o acesso imediato e garantido à integralidade do tratamento prescrito pelos profissionais de saúde ou a garantia de que será restituído, na forma de créditos, do valor gasto para a realização do tratamento, por conta própria, na rede particular.

Art. 2º – A pessoa natural que realizar despesas com medicamentos especificados nas listas de medicamentos gratuitos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em estabelecimentos comerciais farmacêuticos localizados no Estado de Minas Gerais, fará jus ao recebimento integral das despesas realizadas mediante créditos do Tesouro do Estado.

§ 1º – Os créditos previstos no "caput" deste artigo somente serão concedidos se o medicamento adquirido não estiver disponível na unidade de saúde em que a prescrição médica foi emitida.

§ 2º – A prescrição médica deverá ser emitida obrigatoriamente por médicos de unidades de saúde pública.

§ 3º – O Poder Executivo divulgará por meio eletrônico e em tempo real o estoque dos medicamentos e insumos disponíveis nas unidades de saúde do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – A pessoa natural que realizar despesas com exames complementares indispensáveis para o controle da evolução de enfermidades e elucidação diagnóstica, em laboratório comercial de qualidade, precisão e exatidão garantida, localizado no Estado de Minas Gerais, fará jus ao recebimento integral das despesas realizadas mediante créditos do Tesouro do Estado.

§ 1º – Os créditos previstos no "caput" deste artigo somente serão concedidos se a solicitação médica não for atendida no prazo de 25 dias.

§ 2º – A solicitação médica deverá ser emitida obrigatoriamente por unidades de saúde públicas.

§ 3º – O Poder Executivo divulgará por meio eletrônico e em tempo real a lista de espera de exames médicos solicitados pelas unidades de saúde públicas.

Art. 4º – Os créditos previstos nos artigos 2º e 3º somente serão concedidos se o documento relativo às despesas for comprovado por Documento Fiscal Eletrônico.

Art. 5º – A pessoa natural que receber os créditos a que se referem o artigos 2º. e 3º. desta lei, na forma e nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo, poderá:

I – Utilizar os créditos para reduzir o valor do débito de impostos e taxas;

II – Transferir os créditos para outra pessoa natural ou jurídica;

III – Solicitar depósito dos créditos em conta corrente ou poupança, mantida em instituição do Sistema Financeiro Nacional, ou o crédito em cartão de crédito emitido no Brasil.

Art. 6º – Fica autorizado ao Poder Executivo a celebração de convênios para que Prefeituras possam adotar a mesma sistemática de ressarcimento, respeitada a legislação municipal.

Art. 7º – Esta lei será regulamentada em 60 dias.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: A falta de medicamentos nas farmácias públicas municipais e estaduais em Minas Gerais é uma realidade constatada diariamente por quem precisa desses remédios para ter uma melhor qualidade de vida ou para garantir sua sobrevivência. Além das denúncias feitas pelos próprios pacientes, imprensa, institutos de pesquisa e defesa dos direitos do cidadão e Ministério Público já constataram que a rede pública de saúde falha em garantir o acesso da população a medicamentos essenciais. Os remédios fazem parte da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), formada por 520 produtos usados para tratar as doenças mais comuns. E o problema se dá tanto no âmbito Municipal quanto por parte do Estado. Medicamentos básicos e essenciais como antibióticos, antitérmicos, antialérgicos e anticonvulsivos ficam em média seis meses sem serem encontrados, colocando em risco a vida de milhares de pacientes. Para sobreviverem, os pacientes acabam gastando do próprio bolso com os medicamentos que o Poder Público deveria oferecer de forma gratuita aos pacientes. E os valores de mercado encontrados para esses remédios são abusivos, às vezes superando o próprio ganho mensal dessas pessoas. Nada mais justo, portanto, que esse valor despendido seja reembolsado pelo estado no mais breve espaço de tempo possível na forma especificada no projeto para que os pacientes possam arcar com outros gastos necessários para a sua sobrevivência e de sua família. Outro grave problema é a demora na realização de exames.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 580/2019

Dispõe sobre a livre escolha de oficina para as revisões de veículos em garantia de fábrica, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica estabelecido que o consumidor tenha direito à livre escolha de oficina para as revisões de veículos em garantia de fábrica, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – As revisões realizadas fora das oficinas credenciadas ou autorizadas pelo fabricante, não resultará em perda da garantia.

Art. 3º – Deverão ser obedecidos os prazos de tempo e quilometragem para as revisões, de acordo com manual de instruções que acompanha o veículo.

Parágrafo único – Todas as peças substituídas durante a vigência da garantia deverão ser originais e junto ao manual deverá conter todas as notas fiscais de peças trocadas em serviço.

Art. 4º – Esta lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 5º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: Os fabricantes de veículos automotores obrigam os proprietários a manterem as revisões veiculares em oficinas autorizadas, onde são submetidos a valores surreais a cada revisão, o descumprimento acaba acarretando a perda da garantia, esta medida se torna uma afronta ao consumidor que deve ter o direito à livre escolha para a realização do serviço. De acordo com o tempo de uso e quilometragem o proprietário do veículo é obrigado a procurar uma oficina da rede conveniada, acontece que nem sempre essa oficina está localizada próximo do local onde este consumidor mora, pois muitas marcas fabricantes de veículos mantem suas oficinas na capital ou região metropolitana, no fim quem acaba pagando por isso é o proprietário que além de altíssimos valores pagos acaba revisão é submetido a se deslocar para a oficina autorizada. Nada impede que estes serviços sejam realizados em qualquer oficina que seja da confiança do proprietário, desde que as peças trocadas obedeçam o tempo de vida útil segundo instruções

que acompanham o manual do veículo. As peças trocadas devem ser substituídas por peças originais e suas notas fiscais devem ser anexadas ao manual do veículo a cada revisão. Enfim muitos proprietários desistem da garantia do veículo, por se tratar de um custo alto a ser mantido, esta proposição não retira o direito dos fabricantes apenas dá isonomia a todas as oficinas mecânicas, e deixa o proprietário a vontade para a livre escolha do serviço que preferir sem perda ou dano de seu direito a garantia do veículo.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 477/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a deputada federal Professora Marcivânia pela assunção da presidência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 478/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja aberta ação civil pública contra um tenente da Polícia Militar de Passos e sua mãe por cometimento de grave dano ao meio ambiente por envenenamento de, pelo menos, sete cães e três gatos, fato registrado por câmeras de monitoramento do município, e para que lhes sejam aplicadas as sanções cabíveis previstas na Lei nº 22.231, de 2016.

Nº 479/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado em Passos pedido de providências para que acompanhe as investigações do grave crime de maus-tratos cometido por um tenente da Polícia Militar e sua mãe contra sete cães e três gatos, o qual foi registrado em câmeras de monitoramento, exigindo a aplicação aos autores das sanções administrativas previstas no § 1º, inciso I, e no § 2º do art. 2º da Lei nº 22.231, de 2016, quando os maus-tratos geram a morte do animal, além da punição de ambos pelo crime de maus-tratos previsto no art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 1998.

Nº 480/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Corregedoria-Geral do Estado, à Ouvidoria-Geral do Estado e ao Núcleo de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis quanto à ocorrência de perseguição e assédio moral em desfavor de Raquel Nascimento Silva, psicóloga no Centro Socioeducativo Santa Terezinha, no Bairro Horto, em Belo Horizonte, uma vez que, conforme relatos da psicóloga, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de analista executivo da Defesa Social, por exercer sua atividade na vaga destinada a pessoas com deficiência, é submetida a diversas interpelações e questionamentos por parte dos respectivos diretores da unidade e colegas da equipe técnica, ressaltando que, por três anos consecutivos, passou por três avaliações pela equipe de perícia médica do Estado, a qual concluiu, positivamente, pela compatibilidade entre sua deficiência congênita (PCD/Visão Monocular) e o cargo/função que executa.

Nº 481/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Convenção Batista Mineira pela atuação na tragédia do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Nº 482/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Barbacena pedido de providências para que sejam nomeados, de imediato, os candidatos aprovados no concurso público do Edital nº 2/2015, realizado para provimento dos cargos públicos de guarda municipal, ressaltando-se que 14 candidatos foram aprovados no certame homologado em 6/6/2016 e estão devidamente preparados para assumir suas funções em benefício da sociedade local.

Nº 483/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em Uberlândia, que resultou na prisão em flagrante de criminosos que incendiaram vários coletivos urbanos em circulação, aterrorizando a população do município. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 485/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a prestação de auxílio financeiro ao Município de Mariana, tendo em vista a decretação de calamidade financeira pelo chefe do

Poder Executivo municipal, em razão da queda vertiginosa de arrecadação provocada pela suspensão das atividades de mineração no município. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 486/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG – pelos 20 anos de sua criação.

Nº 487/2019, do deputado Agostinho Patrus, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Marcelo Ligere, diretor regional da TV Globo Minas. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 488/2019, do deputado Agostinho Patrus, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Gustavo Fraga Brandão Paulus, diretor executivo da TV Record Minas. (– À Comissão de Transporte.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações da Comissão de Transporte e dos deputados Alencar da Silveira Jr., Inácio Franco e Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

– Os deputados Elismar Prado, Cristiano Silveira, Celinho Sintrocel, João leite e Virgílio Guimarães proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA MESA

– O presidente lê decisão da Mesa, criando a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, cujo teor foi publicado na edição anterior.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs. 478 e 479/2019, da Comissão de Meio Ambiente; 480 a 482/2019, da Comissão de Segurança Pública, e 486/2019, da Comissão de Agropecuária. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Transporte – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 26/3/2019, dos Requerimentos nºs 249, 250 e 341/2019, do deputado Duarte Bechir (Ciente. Publique-se.);

e pelos deputados Inácio Franco e Sávio Souza Cruz, cujos teores foram publicados na edição anterior.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 329/2019, do presidente do Tribunal de Justiça, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.960/2018.

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Tadeu Martins Leite) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 47 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Veto nº 9/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.152, que estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas das redes pública e privada de ensino no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

– O deputado Alencar da Silveira Jr., a deputada Laura Serrano e os deputados Luiz Humberto Carneiro, Gil Pereira, Douglas Melo, André Quintão, Doutor Jean Freire, Professor Cleiton, Hely Tarquínio e Cleitinho Azevedo proferem discursos, encaminhando a votação, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Este é o primeiro veto que vamos votar aqui. Vamos votar “não” para a derrubada do veto e “sim” quem for contra as criancinhas. Obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c o art. 222, do Regimento Interno. As deputadas e os deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim” e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A presidência lembra ao Plenário que o veto será rejeitado se obtiver, no mínimo, 39 votos contrários. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto.

– Registram “sim”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betão – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Leninha – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

O presidente – Votaram “sim” 3 deputados. Votaram “não” 49 deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto nº 9/2019. À promulgação.

Declaração de Voto

O deputado Gil Pereira – Quero agradecer ao nosso presidente Agostinho Patrus por presidir esta importante reunião de derrubada do veto. Quero agradecer também aos deputados João Leite, que foi relator; e Doutor Jean, presidente; e a todos que votaram “sim” ou “não”. Isso é importante para a saúde das crianças, é importante para a saúde da juventude de Minas Gerais, em especial do povo deste estado. Então, mais uma vez, muito obrigado, presidente Augusto Patrus, pela determinação de sempre votar projetos que vão ao encontro do povo de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente Agostinho Patrus.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 28, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Raul Belém, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2019, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2019, às 13 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a gravidade da situação a que estão submetidos os servidores da área de segurança pública do Estado, notadamente quanto à ausência de recomposição das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos e ao parcelamento dos salários há três anos e um mês, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 27/3/2019, a seguinte comunicação:

Do deputado Alencar da Silveira Jr. em que notifica o falecimento de Mary Angela Fonseca, ocorrido em 26/3/2019, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

 MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na operação Callidus, em 21/9/2018, em Capelinha e Angelândia, que resultou no cumprimento de 25 mandados de busca e apreensão e 8 mandados de prisão e na apreensão de 2 automóveis, 4 motocicletas, uma vasta quantidade de drogas e diversas armas e munições, além de outros materiais utilizados na prática de crimes e de explosões de caixas eletrônicos na região. (Requerimento nº 208/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na ocorrência, em 28/2/2019, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de grande quantidade de substância análoga a cocaína (Requerimento nº 211/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação, em 1º/3/2019, em Ubá, que resultou na prisão de duas pessoas e na apreensão de drogas e de materiais utilizados para o seu acondicionamento (Requerimento nº 212/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o pastor Rinaldo de Moraes pela passagem do seu 51º aniversário. (Requerimento nº 227/2019, do deputado Léo Portela);

de congratulações com os policiais militares do Município de Entre-Rios de Minas pelo trabalho incansável e bem-sucedido que tem contribuído para a redução de crimes de furtos e roubos, bem como para o aumento da efetividade no combate ao tráfico de drogas, tanto na área rural quanto na área urbana (Requerimento nº 229/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de repúdio ao ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pelo envio de *e-mail* às escolas do País pedindo que os alunos estejam perfilados para ouvir a leitura de mensagem de sua autoria, que usa o *slogan* do governo, e que um representante da escola encaminhe ao MEC filmagem com a leitura dessa mensagem. (Requerimento nº 333/2019, da Comissão de Educação);

de protesto contra a retirada dos seguranças das escolas estaduais pelo governador do Estado (Requerimento nº 416/2019, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Sr. Spencer dos Santos Ferreira Júnior, promotor de justiça, pelo ajuizamento de Ação Civil Pública nº 5003084.39.2019.8.13.0027 em desfavor do Estado de Minas Gerais, objetivando à adoção de medidas para a designação e manutenção de profissionais de carreira da Polícia Civil em número suficiente para atender o Município de Betim (Requerimento nº 417/2019, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a população de Nova Serrana, em especial com os policiais militares, pela aquisição de base de segurança comunitária para atender às demandas desse município (Requerimento nº 420/2019, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 25/2/2019, nos Municípios de Cambuí e Estiva, que resultou na prisão das pessoas envolvidas no roubo de um veículo e na recuperação do veículo roubado (Requerimento nº 421/2019, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/3/2019

O deputado Doorgal Andrada* – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, pares; boa tarde a todos os que nos acompanham nas galerias. É um prazer muito grande utilizar a palavra, Sr. Presidente, pela primeira vez, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nesta tribuna, por onde passaram grandes homens, grandes mulheres, pessoas das quais tenho muito orgulho.

Sr. Presidente, hoje, o Bloco Liberdade e Progresso, bloco independente, liderado pelo deputado Cássio, esteve na Cidade Administrativa para um café da manhã com o governador. Tivemos a oportunidade de expressar-lhe uma de nossas vontades: que haja melhoria do diálogo entre a Assembleia Legislativa e o governo de Minas Gerais.

E por que, Sr. Presidente? Como diz bem o governador, ele trabalha muito com transparência, com austeridade, com esforço para as economias do dinheiro público, e o diálogo não tem preço, não tem custo. Na verdade, não se gasta com diálogo. Sabemos, Sr. Presidente, que nós, deputados e deputadas, somos legítimos representantes do povo. Então, não existe pessoa melhor com quem o governador e sua equipe possam dialogar durante esse enfrentamento dos problemas, das dificuldades do Estado.

Cito aqui, deputado, um exemplo de algo que talvez, com diálogo, poderia ter sido evitado. Lá em Barbacena, município onde nasci, a Superintendência de Educação Regional colocou em seu rol de opções para o deslocamento do seu prédio, diante do pedido do governador para que deixassem o prédio de que hoje se paga aluguel e migrassem para um prédio estadual, para economia pública, Bruno, duas escolas estaduais: Doutor Teobaldo Tollendal e Embaixador José Bonifácio. Foram infelizes, pois essas escolas abrigam mais de 800 alunos, então seria um desastre. Não conseguindo um bom diálogo com o governo, tivemos de acionar a Justiça que, com uma medida liminar, determinou que essas escolas não poderiam ser fechadas pelo governo. Então, parabéns à Justiça! Quando um outro Poder comete algum equívoco, às vezes, ela tem a oportunidade de consertar. E eu entendo que foi esse o caso de Barbacena.

Cito aqui ainda um caso de Araguari: a Ceapa – Central de Penas Alternativas – e também a receita estadual estão ameaçadas de serem fechadas ou deslocadas. No caso da Ceapa, deputada Rosângela, o custo do aluguel é da prefeitura municipal, e o mobiliário é do governo federal. Então, o custo corresponde à mão de obra de três pessoas, em torno de R\$10.000,00, e este governo está ameaçando fechar a Ceapa. Também não concordo com isso. Já fizemos um ofício com os requerimentos, inclusive, com pedido de informação, deputado Guilherme, para entendermos o porquê desse fechamento. É claro que as economias públicas têm de ser feitas, mas com R\$10.000,00 investidos pelo governo, tendo em vista que a prefeitura paga o aluguel e o governo federal cede o mobiliário, não acho que seria justo.

Isso é um pouco do que eu gostaria de dizer sobre a necessidade de um melhor diálogo com o governo. Acredito que ainda esteja em tempo de uma melhoria desse diálogo, até porque estamos iniciando. É o primeiro dos quatro anos de mandato de um governador que tem agora o seu início na política. Porém, não tem mais como ele dizer que não é político ou que não vai trabalhar em parceria com os políticos. Afinal, agora ele é político.

Tenho entendido que o governador tem a melhor das intenções em trabalhar em parceria com a Assembleia, em fazer o que é melhor para os mineiros. Apenas gostaria de ressaltar que, quanto mais ele estabelecer um diálogo com esta Casa, melhor serão as suas decisões. Por quê? Temos aqui 77 deputadas e deputados eleitos para representar. Fomos escolhidos e temos a legitimidade para isso.

Então, lá no município, onde, talvez, o deputado Osvaldo Lopes tenha uma maior convivência, então ele é a pessoa certa para, dentro de um diálogo, indicar ao governador o que é bom e o que é ruim para fazer. Quem decide não é o Osvaldo, mas, em um diálogo com ele, talvez a decisão do governador possa ser a melhor. É nesse sentido que gostaria de falar.

Agradeço e peço ao vice-líder Guilherme da Cunha, que está aqui, que encaminhe ao governador os meus cumprimentos por ter-nos recebido hoje. É muito interessante poder ouvir de outros deputados mais antigos nesta Casa que o último governo não recebia muitos dos que estão aqui. Destaco as palavras da deputada Ione Pinheiro, que disse que foi a primeira vez que ela se sentou na mesma mesa de um governador. Então, quero ser parceiro do governo. Tenho certeza de que, dando certo o governo, será muito bom para nós e muito bom para os mineiros.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – Deputado Doorgal, em sua fala, V. Exa. elogiou o Judiciário pela atuação no caso. Também gostaria de elogiar a sua atuação como parlamentar, exercendo a função primordial de fiscalização dos atos públicos e tendo a iniciativa de, dentro dessa prerrogativa e dessa fiscalização, aprimorar as ações do governo e nos ajudar a fazer uma política pública de melhor qualidade.

Esse diálogo é fundamental. Fico satisfeito com as medidas que tomou para que possamos, com a sua colaboração e a dos colegas, sempre aprimorar as ações que partem do nosso governo, que está com as melhores intenções. Agradeço-lhe.

O deputado Doorgal Andrada* – Muito bom, deputado Guilherme. Só para complementar o que o deputado Guilherme disse: jamais no enfrentamento. No momento, talvez o diálogo com o governo, para que essas escolas não sejam fechadas, não tenha sido o mais adequado. Entendo que este é o momento de formação, é o momento em que o governador ainda está terminando de fechar sua própria equipe. Ficamos sabendo que acontecerá um processo de seleção que terá início nesta quinta-feira e, no final, talvez conte também com a participação dos colegas.

Então, não é o enfrentamento, mas, sim, uma forma de fiscalização. Como disse hoje, na reunião, a minha principal bandeira são as três mais importantes funções de um parlamentar: representar, participar do processo legislativo e, quando necessário, fiscalizar. Portanto, entenda, por favor, como uma maneira de fiscalização, deputado Guilherme.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Obrigada, deputado. É apenas para endossar e reforçar a sua fala na defesa dos CPCs, que abrigam os programas de mediação de conflitos. Nós fizemos uma audiência pública para discutir o feminicídio e a flexibilização do porte de armas no nosso país. Na defesa da representação da Secretaria de Segurança Pública na audiência, ela enfatizou muito o programa de mediação de conflitos, uma vez que esse programa está nos territórios. Os Cras e os postos de saúde são os primeiros locais, são os equipamentos públicos que a sociedade, no caso, as mulheres procuram para denunciar as violências domésticas e serem estimuladas a procurar as delegacias de mulheres.

Então, endosso as suas palavras na defesa de que esses programas continuem para exercermos a nossa política de prevenção e combate às violências. Parabéns pela fala.

O deputado Doorgal Andrada* – Muito obrigado. Exatamente, deputada. Esse programa tem um importante papel no combate à violência contra a mulher.

Gostaria de dizer, mais uma vez, que é importante, sim, esforços para se economizar o dinheiro público, porque sabemos que o caixa, realmente, está deficitário, e o Estado tem que engrenar. Porém, essas economias não podem, na minha visão, atingir o serviço público oferecido ao cidadão, principalmente àqueles que mais precisam. Então, o Estado tem de ter, sim, responsabilidade no corte de custos.

No mais, utilizando a palavra como orador pela primeira vez, cumprimento todos os senhores parlamentares que estão aqui – o deputado Cleitinho, que também está nos ouvindo; e a deputada Laura, companheira de curso de Regimento Interno da Assembleia, do qual participamos na sexta-feira e na segunda-feira – e agradeço-lhes a atenção. A meu ver, é muito importante conhecer o Regimento Interno desta Casa para desempenharmos o mandato da melhor forma possível.

Aproveito para cumprimentar também o senhor presidente, agora direcionando, nesta Casa, praticamente todos os dias, o nosso Plenário; o corpo técnico; todos os assessores e todas as assessoras que aqui estão. No mais, muito obrigado. Boa tarde a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Henrique* – Marília, tenho o maior prazer de ceder-lhe a vez, mas, seguindo a ordem dos inscritos... A não ser que a senhora queira vir; virei em outro momento, não há problema algum.

Boa tarde a todos e a todas. Vou fazer uso da palavra, de forma muito sucinta, neste momento, da tribuna, apenas para demonstrar a minha preocupação. É bom que o deputado Guilherme esteja aqui para, na medida do possível, tentar esclarecer a nossa preocupação a respeito da segurança nas nossas escolas estaduais.

Assistimos ao grave episódio que aconteceu recentemente em Suzano e deixou todos os brasileiros sobressaltados. E este não é o primeiro caso, em 2011 isso aconteceu também em Realengo, no Rio de Janeiro, onde um jovem adentrou uma escola pública matando, se não me engano, 10 jovens; agora a situação se repete em Suzano. Numa cidade do Norte de Minas, um vigilante também ateou fogo em dezenas de crianças e professores.

Nós, agora, somos surpreendidos com o cancelamento de um contrato do governo do Estado, contrato esse que atendia à segurança e à vigilância de escolas estaduais. Mais de duzentos profissionais da área de segurança privada prestavam serviços noturnos em instalações das escolas públicas. Qual a nossa preocupação? Ainda que seja uma segurança, uma vigilância noturna, não temos dúvidas de que isso acarretará, num futuro muito próximo, outros episódios de violência em escolas que estarão desguarnecidas de sua segurança. Economizar é enxugar gelo. Se você economiza de um lado, terá problemas de outro, porque certamente haverá problemas de vandalismo, depredações, roubos e assaltos nessas escolas.

Entendemos que o governo do Estado passa por uma grave crise, uma crise sem precedentes em sua história. Entendemos que o governador deve, de fato, adotar medidas que visem minimizar esses efeitos da crise. Agora, reduzir segurança do patrimônio público, das escolas públicas, a meu ver, não é uma medida salutar e inteligente neste momento em que, em Suzano, aconteceu uma barbaridade como aquela. Isso gera insegurança aos professores. Isso gera insegurança aos alunos. Isso gera insegurança aos pais de alunos. Dizer que haverá parceria com a Polícia Militar para que ela faça vigilância, ronda no entorno dessas escolas não é uma medida, a meu ver, inteligente. A Polícia Militar do nosso estado encontra-se com um volume extremamente grande de demandas de segurança.

Fiz um ofício ao governador Zema repudiando essa medida. Entendo a necessidade de se adotarem medidas que reduzam custos da máquina pública, mas a educação, governador Romeu Zema, deve ser, neste momento, intocável. A educação pública não pode ser comprometida na qualidade de seu ensino, na segurança dos nossos alunos, na recuperação de dezenas de escolas que precisam disso em nosso estado, haja vista as instalações precárias de muitas delas. Recentemente conseguimos a liberação de um recurso de R\$250.000,00. Parabêniso a secretária de Educação, Julia, que, de pronto, atendeu o nosso pedido de liberar R\$250.000,00 para uma escola estadual, na cidade de Bandeira, a qual já estava impedida de funcionar por problemas de infraestrutura.

Quero que o governador reveja essa decisão. Quero que cancele a sua decisão em suspender esse contrato relativo às nossas escolas estaduais. Não é momento para isso. O momento é de dar serenidade, tranquilidade e segurança para os nossos alunos e para os nossos professores. Esse era o nosso recado. Essa era a nossa mensagem, presidente. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos* – Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, todos aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia e também os trabalhadores e as trabalhadoras da segurança das nossas escolas. Sejam bem-vindos ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Trago aqui a preocupação com um debate mais conjuntural que diz respeito à reforma da Previdência. E o que me motiva a estar aqui hoje são as articulações políticas, as movimentações políticas que ocorrem em todo o País, inclusive em Minas Gerais. No dia 14/3/2019, os nove governadores do Nordeste – Flávio Dino, governador do Maranhão; Rui Costa, da Bahia; Paulo Câmara, de Pernambuco; Camilo Santana, do Ceará; João Azevedo, da Paraíba; Wellington Dias, do Piauí; Fátima Bezerra, do Rio Grande do

Norte; Luciano Barbosa, de Alagoas; e Belivaldo Chagas, de Sergipe – reuniram-se e lançaram um manifesto. E, no terceiro ponto do manifesto, eles se posicionam em relação à reforma da Previdência, que já começa a ser debatida, discutida em Brasília.

Farei a leitura, rapidamente, do posicionamento desses governadores. (– Lê:) “Quanto à reforma previdenciária, consideramos que se trata de um debate necessário para o Brasil, contudo posicionamo-nos em defesa dos mais pobres, tais como beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social, aposentados rurais e por invalidez, mulheres, entre outros, pois o peso de déficits não pode cair sobre os que mais precisam da proteção previdenciária. Também manifestamos nossa rejeição à proposta de desconstitucionalizar a Previdência Social, retirando da Constituição garantias fundamentais aos cidadãos. Do mesmo modo, consideramos ser imprescindível retirar da proposta a previsão do chamado regime de capitalização, pois isso pode inclusive piorar as contas do sistema vigente, além de ser socialmente injusto com os que têm menor capacidade contributiva para fundos privados.” Esta é a carta dos governadores do Nordeste.

No dia 16 de março, aconteceu, em Minas Gerais, a reunião de seis governadores: governador Romeu Zema e os governadores do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. O posicionamento do governador Romeu Zema é motivo da minha preocupação e da minha vinda a este espaço. Vejamos o que ele disse: “Em pronunciamento à imprensa, Romeu Zema também reafirmou o apoio do grupo à reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional. Segundo o governador, o grupo de chefes de Executivos compartilham da opinião de que a votação da reforma é essencial para o crescimento econômico dos estados e para a superação da crise financeira atual”. Em seu Facebook, ele também reafirma o compromisso incondicional de apoio à reforma da Previdência Social.

Na conjuntura em que vivemos no Estado... Hoje, aqui no Legislativo, discutimos a reforma administrativa, uma reforma administrativa em que é anunciada a economia, em quatro anos, de R\$1.000.000.000,00. Essa é a proposta da reforma administrativa, mas o governador, ao apoiar a reforma da Previdência, da forma incondicional como se manifestou, não avalia as consequências que ela trará para o nosso estado. E é sobre isso que pretendo discutir hoje, neste espaço.

A Previdência Social no nosso país, sem dúvida alguma, é o maior programa de distribuição de renda. Ela ampara, protege pelo menos 85% dos idosos do nosso país. São aposentadorias, pensões, auxílio-maternidade, auxílio-reclusão e benefício de prestação continuada. São 34.498.000 beneficiários do INSS em todo o País, a maioria deles mulheres, deputada Rosângela. São 19.454.000 mulheres para 14.664.000 homens.

Em Minas Gerais, os recursos que temos da Previdência Sociais colocadas aqui, deputado Beto – sei que V. Exa. discute também a questão da reforma da Previdência –, são R\$57.000.000.000,00. Temos de discutir, então, a reforma da Previdência e a sua repercussão sobre as contas públicas e também as repercussões sociais não só em todo o País, mas em Minas Gerais.

O que a reforma da Previdência pretende fazer? Dificultar ou até mesmo impedir o acesso aos benefícios da Previdência. Pretende diminuir o valor dos rendimentos. Isso ela faz quando, por exemplo, tira da Constituição os benefícios previdenciários. Ela faz também quando promove a desindexação do valor dos benefícios da Previdência, que aumentam anualmente. Ao promover a desindexação, estaremos congelando esses benefícios.

Também a reforma da Previdência desvincula o salário mínimo das pensões e do Benefício de Prestação Continuada. Além disso, talvez o mais grave de toda essa reforma seja a privatização da Previdência por meio da instituição do regime de capitalização. Hoje a Previdência é um sistema de repartição simples, a Previdência Social. O que o governo Bolsonaro quer é transformá-la numa previdência privada.

As mudanças, de forma genérica, que eles promovem aumentam o tempo de contribuição para as pessoas poderem, por exemplo, se aposentar; e aumentam a idade das mulheres para poderem se aposentar. A pensão, que hoje é integral, de pelo menos um salário mínimo, é reduzida pela metade. Ela dificulta o acúmulo da pensão e da aposentadoria. Hoje uma pessoa pode receber uma pensão e ter a aposentadoria, por exemplo, do seu companheiro. A reforma dificulta o acúmulo desses dois benefícios. Ela reduz o

Benefício de Prestação Continuada de R\$998,00 para R\$400,00. Ela desvincula o Benefício de Prestação Continuada e a pensão do salário mínimo e acaba com a aposentadoria rural quando institui uma contribuição para os trabalhadores rurais e aumenta o tempo de contribuição para que eles tenham condições de se aposentar. Além disso, proíbe o reajuste dos benefícios previdenciários. E, por último, um ataque que atinge 23 milhões de trabalhadores e trabalhadoras: restringir o PIS-Pasep, que é um 14º salário que hoje beneficia trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, apenas aos que recebem até um salário mínimo. Isso vai atingir, deputado Beto, 23 milhões de pessoas.

Daqui a pouquinho lhe concederei um aparte, deputado.

A maioria dos servidores públicos, da classe média, aposentam-se com a fórmula 85/95, utilizando o tempo de contribuição e também a idade. Então, na verdade, a reforma acaba com essa aposentadoria e empurra a classe média e os servidores para se aposentarem por idade: homens aos 65; mulheres, aos 62; professores, aos 60.

Para concluir essa parte, deputado Beto, quando a gente fala que eles querem privatizar a Previdência, é porque o regime de capitalização que querem instituir, nessa nova modalidade de Previdência no País, na verdade, em vez de ser um benefício, com uma aposentadoria de, pelo menos, um salário mínimo como pensão ou benefício de prestação continuada, eles querem apenas colocar uma poupança individual para os trabalhadores, e com um agravante, como acontece no Chile. Hoje quem contribui para a Previdência pública no nosso país são os impostos do governo, quando necessário, a contribuição do empregador e a contribuição do empregado. No regime de capitalização, se for igual ao do Chile, será apenas a contribuição do trabalhador. As grandes movimentações que ocorrem no Chile são porque a aposentadoria hoje, no Chile, foi reduzida à metade do salário mínimo. Os trabalhadores da classe média desse país recebem 30% do salário mínimo. Então é um desamparo total, quase absoluto, dos trabalhadores do Chile.

Além disso, temos um governador que fala que quer diminuir o déficit fiscal, mas não colocou na conta o custo do regime de capitalização no nosso estado. Em nível nacional, isso custaria R\$12.000.000.000,00 e, em nível estadual, R\$213.026.000.000,00. Isso significa que, se for implantado o regime de capitalização, a nossa dívida, que hoje é de R\$112.000.000.000,00, terá um acréscimo de R\$213.000.000.000,00, pulando, portanto, para R\$324.000.000.000,00. Então, um governador que faz uma reforma administrativa para economizar R\$1.000.000.000,00 em quatro anos, aumentará a nossa dívida para R\$324.000.000.000,00, caso essa proposta seja aprovada.

O deputado Betão (em aparte)* – Obrigado, deputada. Quero parabenizá-la por trazer essa discussão sobre a questão da Previdência, que é extremamente séria. Por isso eu tenho batido nela em todo momento que é possível. Essa discussão do que será gasto para torná-la uma capitalização individual é incrível. São dois PIBs brasileiros, R\$13.000.000.000.000,00 exatamente, ou seja, isso aumenta a dívida. O mesmo poderá ocorrer no Estado. As informações estão chegando a conta-gotas, deputada. As mulheres serão as mais afetadas com essa reforma da Previdência. A Central Única dos Trabalhadores fez uma simulação agora, nesses dias. Hoje, com o regime da Previdência, a pessoa que contribui com 8% do salário mínimo consegue se aposentar com um salário mínimo, mas, na proposta de capitalização individual, se ela contribuir com 10% do salário mínimo, ao final de 40 anos, terá uma aposentadoria de R\$240,00. Aí vem aquela fantástica proposta do Bolsonaro, a reforma da Previdência, garantindo o mínimo de R\$400,00. É a falência completa do Estado, é a falência completa dos municípios, porque grande parte deles depende das aposentadorias das pessoas mais idosas.

Eu queria apenas contribuir com esta discussão, deputada, e também me solidarizar com os trabalhadores vigilantes do Estado de Minas Gerais. Sou professor do Estado e sei da importância deles dentro das escolas de Minas. Obrigado.

A deputada Marília Campos* – Obrigada, deputado Beto. Concluindo, quando falamos em privatização, na verdade a proposta de capitalização é destinada aos novos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho. Conforme divulgaram, esses trabalhadores serão beneficiários também da nova política da carteira de trabalho verde e amarela. Todo mundo sabe que, com essa

carteira, o trabalhador não tem CLT, não tem direitos garantidos pelas convenções coletivas. É a relação de trabalho do empregado diretamente com o empregador. Este é que será o beneficiário dessa previdência de capitalização, que é, na verdade, uma poupança para os mais pobres, para que, na velhice, na fase em que a pessoa precisa de amparo, ela receba um salário que não lhe garante viver com dignidade.

Todo mundo sabe que a carteira de trabalho verde-amarela é aquela carteira de trabalho em que o trabalhador não tem CLT, o trabalhador não tem direitos garantidos pelas convenções coletivas, é a relação de trabalho do empregado diretamente com o empregador. E é este quem vai ser o beneficiário dessa previdência de capitalização, que é, na verdade, uma poupança. Essa é uma poupança para que os mais pobres, na velhice, na fase em que a pessoa precisa de amparo, recebam um salário que não vai garantir que aposentados vivam com dignidade.

Na verdade, essa proposta de privatização, de capitalização da Previdência é uma proposta que vai beneficiar, não o País, não os trabalhadores, mas os banqueiros, porque ela servirá para os novos trabalhadores. Já estou concluindo, deputado. Ela vai estatizar as despesas, porque para aqueles que já usufruem dos benefícios da Previdência a despesa está estatizada, e a receita vai para os bancos. Tudo isso, concluindo finalmente, é para reduzir o tamanho do Estado brasileiro, reduzir o seu papel, reduzir as políticas públicas, para cumprir o que prescreve a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos na saúde, na educação e na assistência social.

Nós estaremos num grande processo de mobilização, no dia 22, mobilização contra a reforma da Previdência, na expectativa de que a gente consiga sensibilizar os deputados, as deputadas, os senadores e as senadoras para votarem “não” a essa reforma. Na expectativa também de que o nosso governador, que quer reduzir o déficit, não apoie essa reforma, porque ela vai aumentar o déficit no nosso estado. Obrigada.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Leninha* – Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas deputadas e deputados, Plenário que nos acompanha, TV Assembleia, e, de modo muito especial, companheiros vigilantes que estão na luta na porta da Assembleia.

Gostaríamos de dizer que também não queremos colocar em risco a vida de nossas crianças numa escola onde não haja segurança; que nós também não queremos escolas manchadas de sangue. Pedimos encarecidamente ao Luiz Guilherme, ao pessoal que está representando o governo que revejam essa posição. Depois do que acompanhamos, não só em Suzano, mas em Realengo, no Norte de Minas, lamentamos profundamente que ainda estejamos tomando decisões políticas que colocam em risco a vida das crianças, dos nossos filhos e filhas. Avaliamos que essa é uma luta justa e queremos, então, compartilhar e estar junto com vocês nela, contra essa decisão do governador.

Eu me inscrevi para alguns pontos de pauta nesta tarde. Acho que o primeiro é, mais uma vez, deputada Marília, pessoal da comissão, a luta da Comissão Extraordinária das Mulheres em defesa das mulheres. Estamos encerrando e realizando uma série de eventos ainda em relação ao combate à violência contra a mulher, ao feminicídio. Fizemos marchas, seminários, debates, audiências. Isso é muito importante porque essa nossa temática tem ganho força, não só aqui na Casa, mas na sociedade de modo geral.

Eu me inscrevi também para falar basicamente de um assunto que tem afligido as pessoas, os comerciantes, os agricultores e agricultoras da região do Norte de Minas. É em relação ao pedágio. Se fosse um só posto de pedágio, a gente não estaria aqui nesta Casa usando parte desse tempo para falar, mas quero falar do alto custo do pedágio da BR-135, da LMG-754. Uma preocupação que nos traz a esta tribuna, nesta tarde, diz respeito não só à cobrança, porque o pedágio traz segurança, duplicação, melhores condições de tráfego. O que nos assusta é que, de Montes Claros a Curvelo, por exemplo, serão cinco pontos de pedágio, e cada posto cobrará R\$7,20 para carro pequeno.

Significa, de modo muito especial para as famílias que vivem na região onde estão instaladas essas praças de pedágio, um custo alto de R\$7,20, até desproporcional a outras praças de pedágio que a gente conhece pelo Estado e fora de Minas Gerais. É uma

região tradicionalmente empobrecida pelo sistema de desenvolvimento econômico, uma região onde as pessoas bravamente vêm lutando para manter, e não só para levar, seus produtos de hortifrutigranjeiros, da agricultura familiar, deslocando-se de uma cidade para outra. Significa para os taxistas que fazem também trabalhos da região do Norte de Minas para Belo Horizonte um alto valor nos custos dessas viagens e dessas atividades – isso por conta desse pedágio. Só para citar um exemplo, a gente até ouviu agricultores dizendo que, às vezes, utilizam a BR de forma segura para transportar algum animal, com sinalização, e que agora eles terão que alugar um transporte específico para passar pelo pedágio.

Então, é uma região que constitui esse cinturão verde, com intenso tráfego de frutas, legumes e verduras para o abastecimento da Ceasa em Montes Claros e de feiras. As comunidades de Catarina, em Bocaiuva, e de Planalto Rural, em Montes Claros, vêm não só fazendo um apelo aos deputados do Norte de Minas e da região, mas, de certa forma, vêm fazendo também um debate com a empresa que ganhou a licitação e que está fazendo esse trabalho, esse tipo de cobrança, para que a gente possa fazer gestão, porque, inclusive, está marcada greve de caminhoneiros para esse trecho no final do mês, já que o pedágio vai ser cobrado a partir do dia 1º de abril.

Estamos defendendo descontos e isenções para algumas categorias, como a dos agricultores familiares e especialmente a dos feirantes, que transitam com frequência nesses trechos para abastecer as cidades; a dos professores e demais servidores, que estão até tendo seus salários parcelados; a dos comerciantes do entorno; e a dos pequenos empresários que transitam diariamente nesse trecho. Os comerciantes do entorno demandam conhecer o projeto das obras de duplicação, inclusive para se posicionar. É um projeto de que seria importante os comerciantes do entorno da BR tomarem conhecimento. Ainda por cima, os caminhoneiros estão colocando essa greve para o dia 30, pensando na paralisação para se reduzir o valor que está sendo cobrado por essa empresa Ecovia. Vamos, então, pedir providências e esclarecimentos junto à Setop e também junto à Ecovia, que é a concessionária que vai explorar esse serviço de pedágio.

O Cristiano está inscrito – não sei se é o mesmo assunto – e também o Tadeuzinho. Só com relação aos pedágios, porque a gente vai mudar de assunto depois... Concedo aparte ao Tadeuzinho, porque é sobre pedágio.

O deputado Tadeu Martins Leite (em aparte)* – Deputada Leninha, de forma muito breve, quero apenas corroborar com suas palavras. Esse assunto vem chegando para a gente também em nosso gabinete, certamente como no de vários outros deputados votados no Norte de Minas. O preço alto já está sendo cobrado nos pedágios, e começou há pouco a obra na BR-135. É bom lembrarmos que, no ano passado ou retrasado, salvo melhor juízo, houve um pacote de estadualização de algumas BRs, ou seja, de rodovias federais para o Estado de Minas Gerais, entre elas a BR-135, que foi privatizada.

Então, acredito que o que V. Exa. traz hoje neste momento é fundamental para discutirmos na Assembleia, não só por meio do mandato de V. Exa., como também do meu. Quem sabe poderemos trabalhar com a bancada do Norte também essa discussão, a fim de entender o motivo real desses preços abusivos, contrários ao consumidor e às pessoas que utilizam a BR-135, de Montes Claros a Belo Horizonte, ou alguma parte dela. Parabéns por sua fala. Estamos juntos nessa luta contrária a esses preços abusivos.

A deputada Leninha* – Obrigada, deputado Tadeuzinho. A gente espera que, com o mandato do Tadeuzinho e com o nosso, os outros deputados da região também incorporem essa luta para a gente diminuir os preços abusivos que estão sendo cobrados nesse pedágio. Concedo a palavra ao deputado Cristiano. Desculpe, Cristiano, mas o assunto era...

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Obrigada, Leninha. Sem problemas, acho que o aparte do deputado Tadeu foi importante.

Quero deixar o nosso mandato também à disposição na solidariedade e na luta contra essa injustiça que o povo do Norte de Minas tem sofrido. A gente é sempre tão bem recebido pela população da região. Então precisamos estar à disposição dessa luta.

Deputada Leninha, aproveitando o espaço que me concede, queria fazer três rápidas intervenções e, inclusive, pedir a sua solidariedade para lutar conosco, porque tem a ver com a sua biografia, com a sua trajetória. Uma tem a ver com a educação. Vimos o

governo comunicar recentemente o corte de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. Leninha, foram cortadas mais cinco mil bolsas de mestrado e doutorado de pesquisadores em todo o Estado. Só para se ter uma ideia, na UFMG a suspensão atingiu em torno de R\$15.000.000,00 destinados a bolsas e projetos. E qual é o estudo que a própria UFMG traz? O estudo de que isso é investimento.

Entendo o esforço fiscal que o governador quer fazer diante da crise, mas ele tem de saber distinguir o que é gasto e o que é investimento. O que a UFMG diz? Para cada R\$1,00 investido para a universidade, a partir das patentes desenvolvidas, o governo de Minas lucra em média R\$30,00, através de tributação. Então penso que esse não é o caminho. É importante lembrar também, Leninha, que a Constituição garante que o Estado tem obrigação de repassar 1% da arrecadação da receita para pesquisa. Lembro ainda que, em 2018, também num momento de crise, o governador Fernando Pimentel garantiu o valor empenhado, repassado à Fapemig, de mais de R\$200.000.000,00. Então quero fazer um apelo ao governo: ele tem de saber onde corta e por que corta. Não se trata de cortar na área da pesquisa e dos investimentos dos bolsistas da Fapemig.

Outro ponto que queria destacar, Leninha, também tem a ver com a sua luta no Norte de Minas: a economia solidária. Um dos baques que o País teve neste ano foi a extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Isso foi um baque, porque a economia solidária é fundamental na geração do emprego, da renda, do empoderamento da população e de uma nova cultura de empregabilidade.

Acho que temos de fazer um apelo ao governador Zema na reforma administrativa. Vi que está preservado, por exemplo, o Conselho Gestor de Economia Popular Solidária, mas, pelo que vi, não está garantida a diretoria que cuida da área. Então que o governador tenha sensibilidade de saber que não dá para empregar todo mundo nas lojas Zema e que nem todo mundo vai virar empreendedor na iniciativa privada. Então a economia solidária em Minas Gerais é forte, tem de ser respeitada e tem de receber essa sensibilidade do governo.

Para fechar a minha fala, Leninha, queria reafirmar o pedido que apresentei nesta Casa, o Requerimento nº 48/2019, solicitando ao governador que envie a esta Casa o projeto que trata dos atingidos por barragens. Avançamos aprovando a lei que trata das barragens, avançamos na instituição da CPI, que vai investigar a questão de Brumadinho, mas ainda há um passivo, um débito com os atingidos, e o governador tem de desarquivar o projeto para que a gente possa votá-lo nesta Assembleia. Acho que vai ser uma grande contribuição do governo e do Poder Legislativo.

Quero cumprimentar os vigilantes que fazem um trabalho importante nas escolas. Companheiros, nesse momento de violência que estamos vivendo no nosso país, onde recentemente tivemos uma tragédia de espectro nacional, acho que não é de bom termo Minas Gerais retirar nesse momento os vigilantes, que ajudam a cuidar da segurança nas escolas. Obrigado, Leninha.

A deputada Leninha* – Muito obrigada pelo aparte, deputado Cristiano Silveira. A gente também tinha pontuado a questão da Fapemig, mas queríamos fazer o debate sobre o ensino superior em Minas Gerais. Desde a minha primeira fala neste Plenário, colocamos a nossa preocupação de onde estaria a política do ensino superior na reforma administrativa. E esse é um dos debates que estamos fazendo. Não dá para deslocar da Secretaria de Ciência e Tecnologia e levar para a Secretaria de Estado de Educação, simplesmente vinculando, sequer pensando na estrutura de uma subsecretaria para cuidar do ensino superior em Minas Gerais, no caso, a Uemg e a Unimontes.

Ontem tivemos uma importante reunião com a Reitoria da Unimontes, quando estavam presentes o deputado Virgílio Guimarães e alguns deputados federais, com a preocupação de reposicionar o ensino superior dentro de uma proposta orçamentária que não interrompa os processos da infraestrutura das universidades, principalmente com os cortes. Estamos falando do grupo dos professores e professoras atingidos desde o início do ano pelos cortes, agravando ainda mais a situação. Fizemos, na quinta-feira da semana passada, uma reunião pública, convocada pela Profa. Beatriz Cerqueira, que contou com a presença do presidente da Fapemig

e de muitos pesquisadores. Tivemos oportunidade de participar dessa reunião e comungamos com o que o Cristiano Silveira colocou: não é possível colocar em risco tanta pesquisa, tanto investimento, em função dos cortes do governo.

É preciso avaliar onde corta, inclusive porque a Fapemig, apesar de ter pouca estrutura, produz conhecimento, produz pesquisa, produz tecnologia, às vezes, equiparada a uma USP, que tem uma superestrutura. Então, rever os cortes da Fapemig significa discutir a ciência, a pesquisa, o desenvolvimento e, no caso do Norte de Minas, há estudante de iniciação científica que recebia de R\$150,00 a R\$400,00 de bolsa. O que significa isso para um estudante lá de Rio Pardo de Minas que vem morar em Montes Claros? Ele consegue passar no vestibular, consegue ingressar na universidade, e consegue, às vezes, sobreviver com essa bolsa. Há relatos de que muitas das bolsas de iniciação científica que são concedidas a esses estudantes complementam inclusive renda familiar. Então, além de propiciar uma melhoria no ensino e aprendizagem daqueles alunos carentes, muitas vezes essas bolsas significam dinheiro que entra na casa para alimentar também as famílias. Então é um lamento. Estamos falando não só da ameaça à questão da ciência, da pesquisa e do desenvolvimento, mas também da ameaça a alunos pobres que vão para as universidades e têm nas bolsas também uma estratégia de sobrevivência. Grande parte desses alunos não conseguem continuar os seus estudos se não houver bolsa.

Então a Fapemig, de fato, deve ser reavaliada – estamos falando da diretoria e do próprio governo – no sentido da concessão de bolsas também para esses estudantes carentes, não só da Unimontes mas também da Uemg.

Um abraço e um agradecimento muito especial e que a gente continue travando esse debate com o governo para pensar onde vai cortar, como vai cortar e o que isso significa na vida do povo mais pobre. Grande abraço.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Betão* – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trabalhadores da Assembleia Legislativa e telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Deputado, estamos falando sobre escola hoje; vários deputados aqui estavam falando de diversas questões das escolas, além dos vigilantes. Eu estava falando ali e fiz uma espécie de moção de apoio. Quero dizer que sou professor do Estado de Minas Gerais, em Juiz de Fora, e sei da falta que faz o vigilante nas escolas estaduais e municipais. São trabalhadores essenciais nas escolas.

Então acho que é importante que o governo reveja essa posição, assim como tem que rever também a questão da Fapemig, que foi muito bem colocada aqui pela deputada Leninha. Nós também estamos inteirados sobre esse assunto e estamos trazendo aqui requerimentos. Vamos ter uma audiência pública sobre esse assunto, que é um prejuízo enorme também às pesquisas científicas aqui no Estado de Minas Gerais.

Além desses dois temas, tanto dos vigilantes quanto da Fapemig, recebi também uma denúncia, desde ontem, deputada Leninha, de que, em Uberlândia, os trabalhadores rurais assentados, que dependem de van escolar, há dois meses estão sem esse transporte para levar seus filhos até as escolas. Há relatos de que pais estão tendo de andar 10km a pé para chegar ao asfalto, para poder pegar um ônibus comum, para que seu filho chegue à escola.

Essa é uma situação que já vem desde o início de fevereiro e que levou a um protesto no dia de ontem; esses trabalhadores rurais ocuparam a Câmara Municipal de Uberlândia desde ontem, deputado Grilo. Passaram a noite, deputada Marília, e neste exato momento estão sofrendo uma pressão muito grande por parte da Polícia Militar para que desocupem a câmara sem ter resolvido o problema das vans escolares, que levavam os filhos dos assentados para as escolas mais próximas de sua residência.

Sei como funciona essa situação. Temos um assentamento muito grande próximo a Juiz de Fora, e o próprio assentamento tem uma proporção gigantesca. Antes de existir a escola dentro do assentamento – agora a 18ª Superintendência decidiu aprovar o funcionamento de uma escola dentro do assentamento –, havia muita dificuldade de os alunos se deslocarem até a cidade mais próxima, Guaianá ou Coronel Pacheco, para estudar. Então, estamos aproveitando este espaço para fazer a denúncia dessa situação que está ocorrendo agora na Câmara Municipal de Uberlândia e faremos um requerimento dirigido à Polícia Militar, que será enviado para lá, a fim de que não ocorra essa pressão da forma como está sendo feita.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a deputada Marília apontou uma série de problemas em relação à reforma previdenciária, que, como eu dizia, atinge, em cheio, a população mineira. Além dos pontos que ela levantou, há na proposta, segundo os dados do Dieese, a desconstitucionalização da Previdência. Depois, serão exigidas leis complementares, as quais dependem apenas de 50% dos votos dos parlamentares. Hoje, para se fazer uma modificação na Previdência, precisa-se do voto de 2/3 dos parlamentares, porque é uma emenda constitucional. Ao desconstitucionalizar a Previdência e começar a trabalhar com leis complementares, que não sabemos do que se trata nem quais serão essas leis, elas poderão ser aprovadas com a maioria absoluta dos parlamentares presentes. Ou seja, a situação é ainda pior do que era desenhada. Como as medidas estão aparecendo a partir dos estudos que estão sendo feitos pelas entidades, a cada momento as apostilas que são apresentadas têm que ser modificadas para podermos demonstrar para a população o desastre que será essa reforma previdenciária, que sequer pode ser chamada de reforma previdenciária, na verdade o melhor termo é um ajuste fiscal na Previdência. É o que está sendo feito.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, Betão. Parabéns pelas suas palavras. Quero rapidamente abordar dois assuntos. Um deles é que os vigilantes estão aqui de forma legítima, reivindicando os seus direitos. Eu acho um verdadeiro absurdo o governo do Estado ter essa iniciativa, ainda mais com todos assistindo a essa violência no Brasil, a violência nas escolas, o caso em São Paulo. Aqui, o governador está na contramão da história, querendo colocar na rua, desempregar esses vigilantes. Então, isso é um retrocesso muito grande. Eu espero que o governador tenha sensibilidade. É claro que falamos da reforma administrativa, de enxugar despesas, tudo bem, mas ele não deve enxugar políticas públicas importantes, não pode retirar investimentos da educação, da saúde, da segurança, ou seja, de áreas essenciais.

Parabéns a vocês. Contem conosco para garantir a segurança nas escolas e os vigilantes.

Betão, mais um assunto, para encerrar. Você mencionou o ocorrido na cidade de Uberlândia. Estou acompanhando, e realmente é muito grave. Quero me solidarizar com as famílias, os alunos, as mães, a comunidade que se encontra na câmara municipal. Inclusive, eles passaram a noite lá, reivindicando um direito garantido em lei, que é o transporte escolar para seus filhos.

É lamentável. Quero deixar todo o nosso apoio, meu e do deputado Weliton Prado. Estamos acompanhando essa questão, inclusive através dos vereadores parceiros lá, em Uberlândia. Eu, particularmente, Betão, junto com o deputado Weliton Prado colocamos emendas importantíssimas na região do Triângulo Mineiro e liberamos mais de cem ônibus escolares do programa Caminho da Escola, que garante transporte gratuito, com segurança e acessibilidade, inclusive priorizando alunos do campo, da zona rural. Já tentamos fazer indicações para que o Município de Uberlândia aceite o programa Caminho da Escola, mas lamentavelmente lá não há. Eles preferem manter a frota terceirizada, e não temos o Caminho da Escola, que poderia, inclusive, solucionar esse problema.

Também não há – esse é outro protesto nosso – o Samu. Conseguimos o Samu regional para o Triângulo Mineiro, que funciona em 27 cidades e já recebeu mais de 67 mil ligações, atendeu quase 20 mil pessoas. Mas, infelizmente, a única cidade que não aderiu ao Samu foi o Município de Uberlândia, uma cidade de mais de setecentos mil habitantes, que simplesmente não aderiu a esse programa – lá não há o serviço médico de urgência, o Samu. Vamos insistir para que Uberlândia faça a adesão e participe do consórcio intermunicipal, que funciona na região do Triângulo Norte.

Parabéns, Betão! Quero reiterar aqui o nosso apoio e nossa solidariedade aos trabalhadores vigilantes que estão aqui, porque precisamos de segurança nas escolas. O governador não pode demitir esses seguranças. Parabéns, Betão.

O deputado Betão* – Muito obrigado, deputado. São impressionantes as informações sobre a questão do Samu numa cidade do tamanho de Uberlândia.

Vou passar também às pessoas do sindicato que estão me informando sobre a situação na câmara municipal a sua solidariedade.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Betão. Quero fazer coro às palavras dos colegas que se manifestaram a favor dos vigilantes do nosso estado. É assustadora a insensibilidade do governo do Estado. Isso é ser insensível com o ser humano num momento em que as mães estão mais fragilizadas.

Sou pai, tenho dois filhos. Estava voltando de Brasília, na semana passada, quando vi aquela imagem de Suzano, e a primeira coisa, deputado Gustavo, que me veio à cabeça foi que poderia ter sido com meu filho. Poderia ter sido com o seu, poderia ser com o filho de qualquer um de nós. Não há momento mais cruel para se tomar essa medida do que este. É cruel fazer isso com os nossos pais, é cruel fazer isso com os nossos professores, porque, além de eles estarem sujeitos à violência externa – você, que foi prefeita, sabe bem, Marília Campos –, estão sujeitos também à violência interna de muitos alunos que não trazem de casa a educação que deveriam trazer e agredem os professores dentro da sala de aula. A minha sogra foi professora da rede pública e teve que sair da sala de aula com revólver na cabeça. Sabem qual foi o crime dela? Querer ensinar os alunos. Agora, num momento como este, de grave crise na educação da porta para dentro das escolas, ainda vamos abrir a porta para que a crise venha de fora para dentro?

É cruel, é insensível, é desumano por dois motivos: pela segurança e pelo emprego desses pais de família. Não é o emprego deles que vai colocar as contas do Estado em dia. Não são 600 cargos de vigilante que vão fazer com que o Estado, maltratado nas últimas décadas, tenha as suas contas em dia. Essa conta não é deles, e esta Assembleia não pode aceitar isso. Muito obrigado, deputado.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Não vamos pensar, deputado Beto, que vigilância eletrônica vá substituir a vigilância feita pelos trabalhadores. Não vai.

Queria também falar sobre isso porque, na verdade, defender os trabalhadores vigilantes é defender o direito à educação. Caso contrário, haverá situações em que os alunos não irão às escolas devido à ausência de segurança.

Deputado, queria retornar à discussão sobre a Previdência.

Deputado, já se fala em aprovar uma Previdência desidratada, mantendo-se o que é central no projeto da reforma da Previdência, ou seja, instituir o regime de capitalização, a desconstitucionalização de direito e a desindexação dos aumentos previstos para os benefícios previdenciários. E o restante das mudanças seria por meio de lei complementar.

É importante que, nos debates que realizarmos em nossas cidades, não fiquemos atentos apenas às mudanças relativas ao aumento do tempo de contribuição e da idade. Tudo isso é muito importante, mas, de repente, eles podem apenas adiar o debate e aprovar o que é central na reforma, que é a privatização da Previdência.

Foi bom o seu posicionamento.

O deputado Betão* – Perfeito, deputada. Muito obrigado pelo aparte. Deputado, queria, mais uma vez, dirigir-me aos vigilantes, que estão mobilizados, para que, além da defesa de seu emprego, mobilizem-se também contra a reforma da Previdência que está sendo proposta. Caso contrário, teremos problemas à frente. Sr. Deputado, muito obrigado. É o que tinha a dizer.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de falar a respeito de algumas economias que são feitas. Meu pai dizia, há muito tempo, que determinada economia é porcaria.

Gostaria de dizer que sou delegado de Polícia e atuei durante 39 anos como policial, no enfrentamento da criminalidade. É de grande importância a presença dos vigilantes nas escolas, principalmente para evitar que o tráfico aconteça na porta dessas unidades, bem como para atuar no combate à criminalidade. Então, gostaria apenas de manifestar a minha solidariedade e o meu apoio a todos os vigilantes.

Sr. Presidente, a Polícia Civil, hoje, desencadeou uma grande operação, talvez a maior do Estado de Minas Gerais nos últimos tempos. Na manhã desta terça-feira, ocorreu a primeira fase da maior operação policial contra a facção criminosa do Estado

de São Paulo. Foram cumpridos inúmeros mandados de prisão em Uberaba, Passos, Campo Florido, Ouro Fino, Três Corações, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte.

Ou seja, foi uma operação que atingiu praticamente o Estado de Minas Gerais, limitrofe com o Estado de São Paulo, e também grande parte do Norte do País. Gostaria que esta Casa encaminhasse os cumprimentos ao chefe da Polícia Civil, Dr. Wagner Pinto, pelo trabalho que está sendo desenvolvido.

Sr. Presidente, hoje tivemos uma reunião com o governador, e fiz questão de falar sobre alguns aspectos da nossa malha viária do Estado de Minas Gerais, principalmente na região do Triângulo Mineiro e pedacinho de entrada do Alto Paranaíba. Temos 12km que ficaram parados durante o governo do PT, que acabou de sair. Vejam, 12km foram confeccionados pelo governo anterior e 12km ficaram paralisados em um estradão que vai entre a BR-262 e a cidade de Perdizes, que é a minha terra. Estão parados. Então, gostaríamos que o governador procurasse, de alguma forma, em PPPs, em parcerias com as usinas que estão por ali, realizar essa obra dos 12km. Hoje fizemos questão de levar isso ao governador junto com o bloco de 19 colegas deputados.

Outra coisa, Sr. Presidente: temos um pedaço de 35km na MG-427, que liga Uberaba ao Pontal do Triângulo Mineiro. Fica a 35km, entre Uberaba e a cidade de Conceição das Alagoas, mais precisamente quando se entra para o Estado de São Paulo, em Volta Grande. Olhem, nesses 35km não dá para trafegar. Deu até uma melhorada com o tapa-buracos, mas não dava para trafegar nem a cavalo. Agora melhorou um pouquinho.

Mas a questão do tapa-buracos nessa estrada, Sr. Presidente, não é mais o remédio necessário. Tapa-buracos lá é paliativo. O que precisa urgentemente ser feito é a privatização dessa rodovia. São 35km onde, segundo as informações que tive junto ao DER, trafegam 5 mil veículos por dia. Agora, imaginem, 5 mil veículos trafegando em uma estrada que corta o pneu, que amassa e quebra rodas todos os dias. Caminhões e mais caminhões de canas trafegam naquele trajeto.

Então, o governador precisa nos ajudar e levar um pouco de conforto para os veículos, para os seus proprietários, para quem trafega naquela MG-427, principalmente no trecho compreendido entre Uberaba e Volta Grande. No Estado de Minas Gerais você tem dificuldade de andar a cavalo. Aí, você entra no Estado de São Paulo, e, ao atravessar a ponte, a rodovia parece um tapete.

Ora, Minas Gerais não pode passar por esse vexame! Sabemos que a culpa não é do governo que aí está, mas do governo que nada fez durante os últimos quatro anos. No entanto, quando o governador atual assumiu o governo, ele sabia desses ônus e, naturalmente, vai ter de arcar com eles e arrumar.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que ouvi aqui vários comentários sobre a reforma previdenciária. Acho que ela tem de acontecer de alguma forma. O que não pode acontecer é uma reforma previdenciária fatiada: melhor para um, pior para outros. Ela tem de vir na mesma proporção tanto para o Poder Judiciário, quanto para o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Ou seja, nós, políticos, juizes, promotores, militares entrarmos na reforma previdenciária da mesma forma que todos. Afinal, não podemos penalizar só aqueles que ganham menos. E aqueles que ganham mais estão inseridos em tudo isso que acabei de dizer.

Precisamos ser imparciais e atender todas as necessidades. Isso se faz necessário? Sim, senão o futuro estará totalmente comprometido. Mas tem de vir nas condições de igualdade para todos nós.

Eu falei também nessa reunião, Sr. Presidente, a respeito da questão do número de policiais civis que temos em Minas Gerias. Nós temos aproximadamente, só na região onde sempre fui o chefe, quatro delegacias sem delegados: Itapagipe, uma comarca; Nova Ponte, uma comarca; Campos Altos; e Conceição das Alagoas.

Olha também não vamos culpar o governo que aí está nem os deputados que aqui estão. Nós precisamos culpar quem não promoveu a solução do problema. Agora nós temos que pedir ao governador. Há 183 delegados devidamente concursados que precisam ser nomeados para darem cobertura a esses municípios que são comarcas. Onde há juiz e promotor tem de haver o delegado de polícia. Agora nós temos inúmeros municípios que não têm investigadores de polícia nem escrivães. Nós temos 557 investigadores

de polícia no Estado de Minas Gerais que estão à espera. O concurso deles vence agora, em agosto. Se o governo não aproveitar isso, ele terá de fazer um outro concurso e terá uma outra despesa.

Por isso eu disse que, nas áreas da educação, da segurança e da saúde, não se faz economia. Você faz investimentos. Isso não tem custo, mas, sim, investimentos. Em segurança, saúde e educação, o governo tem que investir para melhorar.

Quero também cumprimentar o prefeito de Uberaba e a participação do governo que aí está na colocação de uma empresa que vai se instalar agora, que é a fábrica da Itaipava, Crystal, Petra e outras. São R\$800.000.000,00 de investimentos, 1.400 funcionários na fase de construção e mais 700 funcionários na fábrica, posteriormente. São investimentos que acontecerão para Minas Gerais, principalmente para o Triângulo Mineiro e Uberaba. Então, isso trará novos investimentos também para o Estado. São coisas que nós precisamos, de alguma forma, festejar; são investimentos que acontecerão. Minas vai ganhar, o Triângulo Mineiro vai ganhar e Uberaba também vai ganhar com isso. Deixo aqui os meus cumprimentos e...

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)* – Sr. Presidente, serei breve. Obrigado pelo aparte, Heli. Só quero deixar o meu apoio a todos os vigilantes que estão aqui hoje. Vou ser objetivo, Sr. Presidente, pelo seguinte: hoje são quase 200 escolas que estão perdendo vigilantes. Vou mais além! Acho que deveriam colocar vigilante em todas as escolas de Minas Gerais!

Sou da base do governador. Já marquei com o pessoal que está aqui representando para sentarmos não só com o governador mas também com o secretário Custódio. Por quê? Pelo seguinte: para explicar ao governador que o poder público não é igual ao privado. Nós sabemos que, quando se precisa de economia, no privado, você vai lá e manda embora. Mas, no poder público, não é assim, não tem jeito de mandar embora todo mundo. Não é? Isso não será gasto. Isso é investimento. Você querer mandar esses trabalhadores embora é enxugar gelo. Você vai enxugar gelo. Eles vão prevenir. Eles vão vigiar. São de suma importância pela real situação da educação hoje. Então, a gente tem de valorizá-los mais ainda.

Tenho propriedade para falar. Acho que tem de mandar embora mesmo. Tem de mandar muita gente embora. Mandem cabo eleitoral embora! Mandem a boquinha embora! Não é? Tenho propriedade para falar porque não tenho indicação em governo, não tenho indicação em Assembleia, não tenho indicação em lugar algum. Então, queria indicar o governador e o secretário também para voltarem a trabalhar. Muito obrigado, presidente.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Até porque, Sr. Presidente, acho que aqui, pelo que tenho conhecimento, pelo menos no nosso bloco, ninguém tem indicação dentro do governo. Não é só um deputado ou outro que não tem; ninguém de nós. Pelo menos pelo que tenho conhecimento, não temos.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado Heli Grilo. Quero saudar todos os trabalhadores vigilantes que se fazem presentes na Casa, que é de vocês. A Assembleia Legislativa é a Casa do povo de Minas, e vocês fazem bem em tomar este espaço.

Sr. Presidente, já diziam os antigos: de boas intenções o inferno está cheio. O governador Zema, talvez numa boa intenção, se aliou ao crime. Ele está fazendo aliança com o tráfico de drogas. Ele está fazendo aliança com a bandidagem. Ao deixar de dar espaço para os trabalhadores vigilantes, que protegem as nossas crianças e os nossos professores nas escolas mineiras, ele faz aliança com a bandidagem, porque abre espaço para a atuação do traficante. Ele abre espaço para a atuação do criminoso. Ele abre espaço para a atuação do vagabundo nas escolas de Minas. Então, governador Zema, V. Exa., que possivelmente agiu com boas intenções, está fazendo aliança com a bandidagem, com o crime, porque está tirando a vez e a voz dos trabalhadores vigilantes, está deixando as nossas criancinhas à mercê da bandidagem. Certamente de atuações iguais às de V. Exa. o inferno está cheio. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Queria começar saudando os vigilantes que aqui estão. Creio que vivemos um momento de muita violência no nosso estado. Acho que não podemos deixar as escolas e as crianças desguarnecidas. Esses senhores aqui fazem um trabalho louvável. Creio que existem outras áreas em que cortar antes de cortarem na segurança das escolas.

Pedi um aparte no seu discurso, Heli, por você ser um representante da segurança pública. Quero rebater uma afirmação feita no discurso do excelentíssimo deputado Betão, que disse que a Polícia Militar está pressionando pessoas na Câmara Municipal de Uberlândia. A Polícia Militar está ali para garantir a lei e a ordem. O MST não pode achar que vai conseguir as coisas na marra. Já não basta invadir a propriedade alheia quando eles não têm atendida sua vontade, que pode até ser legítima? Não vou entrar no mérito do pedido deles. A vontade pode até ser legítima. Não se resolve nada invadindo uma câmara de vereadores e desrespeitando a Polícia Militar, que faz o papel que lhe é imbuído, que é o de garantir a segurança e a ordem no nosso estado. Ela não está ali para pressionar ninguém.

Temos aqui um exemplo muito claro dos vigilantes, que vieram se manifestar pacificamente. Eles ocupam as galerias, e ninguém vai tirar eles daqui porque estão democraticamente.

O deputado Gustavo Santana (em aparte)* – Obrigado, deputado Heli Grilo. A minha fala é muito rápida, porque meus colegas que me antecederam já falaram. Quero apenas deixar registrada aqui a minha indignação junto ao governo do Estado por tirar os vigilantes das escolas estaduais. É um absurdo, pois fazem um papel maravilhoso. Trabalham em defesa das nossas crianças.

Eu, como pai de família, tenho um menino de 7 anos, sei o papel fundamental que desempenham. Podem contar com esta Casa, porque esse absurdo esta Casa não deixa, não. Aqui não é anexo da Cidade Administrativa. Aqui temos um Poder, e o Poder Legislativo vai ser respeitado, tenho certeza. Obrigado, presidente.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Agradeço o aparte dos nossos colegas deputados.

Para finalizar, destaco que hoje foram cumpridos 32 mandados de prisão, e 14 deles são integrantes da chamada Sintonia Geral do Estado, com estrutura da maior importância para a facção criminosa dentro do Estado de Minas Gerais. Eles são responsáveis por inúmeros crimes praticados em nosso estado, como homicídios, roubos, extorsões e assaltos. Gostaria de devolver a palavra...

O presidente – Peço-lhe que encerre. Seu tempo já terminou.

O deputado Delegado Heli Grilo – Agradeço e peço escusas, Sr. Presidente, mas os colegas se empolgaram e acho isso importante. Um abraço. Fiquem com Deus.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público que nos acompanha, em especial aqueles que nos assistem pela TV Assembleia e por meio do *site*. Uma boa tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, queria dividir o meu tempo em dois momentos: o primeiro, de forma muito especial e particular, para justificar a minha ausência ontem, uma vez que não pude comparecer porque estava representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus, na solenidade cívica em comemoração dos 200 anos da minha querida e amada cidade de Itajubá. Essa cidade nos motiva, é uma cidade histórica, acolhedora, fácil de ser amada. Compartilho a alegria de dizer que essa cidade hospitaleira acolheu centenas de candidatos nas últimas eleições. Dos 77 deputados, Sr. Presidente, 67 foram votados nessa cidade. Portanto, ela também acolhe o Parlamento mineiro em sua pluralidade, em sua diversidade de ideias e de representação. Não tenho dúvidas de dizer que esta Casa representa muito bem a minha terra. De forma ainda mais especial agradeço a oportunidade que tive de mais uma vez ter sido eleito como majoritário em Itajubá, com mais de sete mil votos, podendo representar o nosso estado com essa experiência desses oito anos, como deputado de oposição e, posteriormente, de governo, e continuar o nosso trabalho.

Queria, com esse breve relato, registrar o porquê de minha ausência ontem e compartilhar com todos os colegas, já que a absoluta maioria foi reconhecida, votada e apoiada – independentemente da quantidade de votos – por nossa cidade. Dessa forma,

esperamos louvar e reconhecer esse apoio. A cada cidadão e cidadã itajubense, queria registrar o meu agradecimento, a minha gratidão como cidadão da terra, não só em nome da minha família mas também como representante da cidade. Não tenho a mínima dúvida de minha responsabilidade, do meu dever de lutar pelos interesses da cidade. E tenho muita consciência da forma como tenho atuado, buscando, por meio do diálogo, da presença, da participação efetiva, sobretudo nos diálogos com os movimentos sociais, com as entidades na cidade e nas escolas, e com os setores da saúde, da segurança pública e da educação. São setores para os quais procurei atuar durante esses oito anos de mandato.

Obviamente, nos últimos anos, ou seja, no último mandato, pelo qual fui reconduzido a esta Casa, fruto do reconhecimento de nosso trabalho, contei com o apoio da maioria da população.

Por exemplo, ontem, depois do evento cívico na cidade, tive a oportunidade de conversar com o Ten.-Cel. André, que comentou comigo que já está pronto: Itajubá vai ser a terceira cidade de Minas Gerais a implementar um sistema de segurança todo digitalizado. No ano passado, todas as nossas emendas foram destinadas à segurança pública, e parte foi para Itajubá. De toda a nossa regional, Belo Horizonte é a primeira e foi digitalizada durante a Copa do Mundo. Itajubá, então, será a primeira do Sul de Minas a ter um sistema de segurança pública digitalizado, fruto dessa nossa parceria e desse nosso investimento.

Há isso na segurança pública, no Corpo de Bombeiros, na área da saúde, no hospital, em parceria com a Santa Casa, que, infelizmente, agora passa por uma dificuldade muito grande, por falta de reconhecimento do Executivo local. Porém, temos procurado manter a nossa parceria, que se estendeu ao longo dos últimos anos, com a Santa Casa. Temos mantido o diálogo para que possamos destinar mais recursos para a Santa Casa, para o hospital, para o CIS, que é um consórcio de saúde, para todas as escolas estaduais, para dezenas de entidades na cidade e para o próprio Executivo.

Sei que não conseguimos agradar a todos, nem todos têm o mesmo olhar para as ações que executamos na cidade. Não tenho dúvida, durmo tranquilo com isso, tenho a consciência muito tranquila, pois sei que a nossa presença, o nosso empenho, a nossa dedicação junto àqueles que procuram dialogar com a nossa cidade têm sido de muito êxito.

Então, nosso reconhecimento à população itajubense, principalmente ao cidadão mais comum, aquele que, com o seu trabalho árduo e com o seu exemplo de vida, fez com que a nossa cidade estivesse da forma como está: crescendo, desenvolvendo-se, mantendo o espírito acolhedor. E todos os que passam por lá, não tenho dúvida, saem com o mesmo sentimento: é uma cidade fácil de ser amada.

No próprio *slogan* da cidade, em seu próprio brasão, está registrado para nós: “Revelemo-nos mais por atos do que por palavras”. E os nossos atos comprovam que a nossa fama de dialogar, de forma singela e humilde, vem gerando frutos e resultados, ora mais reconhecida, ora menos reconhecida. Não é essa medida. A medida que faz com que nos dediquemos cada vez mais à nossa cidade é atender ao cidadão que mais precisa. E, dessa forma, muito me orgulho de poder representar a nossa cidade. Parabéns, querida Itajubá, todos os cidadãos e cidadãs itajubenses de coração, de nascimento ou que escolheram a nossa cidade para viver!

Registro que a maioria dos deputados aqui tiveram apoio. Mais uma vez, esta Casa se manifesta, registrando, nos anais da Assembleia Legislativa, o reconhecimento do importante papel político e econômico que Itajubá tem para a nossa região e para o nosso Estado de Minas Gerais.

Enfim, Sr. Presidente, registrada, de forma muito especial, a importância deste momento, quero trazer aqui um tema que está tramitando na Casa. Agora tivemos a oportunidade de participar de uma audiência pública conjunta das Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Constituição e Justiça sobre a reforma administrativa. Reforma esta que, de forma consensuada, respeitosa, conta com a compreensão coletiva da nossa bancada, pois, como líder da Maioria, percebo que cada um e cada uma tem manifestado o entendimento de que é natural a todo governo que se inicia dar rumos, mostrar a forma como ele quer administrar, sua concepção, seu projeto ideológico e como ele entende o Estado.

É muito clara a forma como essa reforma está apresentada: propõe um Estado menor naquilo que ele vai oferecer ao cidadão, e não no enxugamento. O enxugamento é um *marketing* que o governador tem apresentado. Isso, sim, mas, na prática, quando nos debruçamos, estudamos a matéria, compreendemos o que isso está representando e comprovamos que os números não são bem esses. É claro que ninguém vai ser contra por ser contra, oposição por oposição. Vivenciamos isso aqui ao longo dos últimos quatro anos.

Como governo, defendendo o governador Pimentel ao longo dos últimos quatro anos, vimos uma oposição que, a cada momento, trabalhou insistentemente para inviabilizar o Estado. Não é para ser crítico ou propositivo a uma ação que, ideologicamente, tem-se opinião contrária. A todo momento, vimos aqui uma oposição que torcia pelo quanto pior melhor, que queria atrapalhar o Estado para que desse errado.

Nós enfrentamos isso com muita dificuldade num momento político, conjuntural e econômico extremamente adverso. Nós vivenciamos isso e com uma oposição que não deu trégua e não buscou, através do diálogo, da parceria e de um bom acordo, fazer com que o Estado se reerguesse a partir daquilo que eles conseguiram, infelizmente: afundar o Estado.

Antes do nosso governo, o Estado, ao longo dos últimos 12 anos – e estamos falando de 16 anos atrás –, foi governado pelo PSDB – pelos governos Aécio e Anastasia e, conseqüentemente, por Alberto Pinto Coelho, ex-governador e ex-presidente desta Casa –, que representou um projeto político que não teve responsabilidade de, num momento tão importante da economia brasileira, quando o Brasil crescia e se desenvolvia com o governo Lula, seguido pelo governo da presidenta Dilma, aproveitar para pensar o Estado a partir dos seus potenciais e desenvolvê-lo. Exatamente durante esse período quando o Estado teve condições, eles o afundaram ainda mais de forma inconsequente, sem se preocupar com as contas. Foram maquiando, maquiando, maquiando; e nós pegamos o Estado, em 2015, já endividado, num déficit fiscal orçamentário de R\$7.200.000.000,00 e uma dívida acumulada que passava dos R\$24.000.000.000,00. Hoje essa dívida passa dos R\$40.000.000.000,00, consequência desses anos todos e dos últimos anos em que, de forma competente, não tenho dúvida em dizer, o governador conseguiu segurar. É claro que a gente desejou, sonhou e se empenhou em executar muitas outras coisas e mais coisas. Mas, dadas as dificuldades conjunturais, econômicas e políticas que vivemos e com a oposição aqui, não foi possível.

Estou dizendo tudo isso, presidente e todos aqueles que nos ouvem, para que a gente faça um preâmbulo. Disse hoje, na audiência pública, que esta Casa, obviamente, depois de muitos anos, teve uma renovação muito grande: foram 32 deputados, mais de 40% de renovação. Nós tivemos um governo novo, cujo partido tem o nome Novo. É um novo governo, que saiu da polarização talvez de direita e esquerda, de PT e PSDB, do nosso partido. Talvez pudesse ser uma oportunidade ímpar para Minas Gerais fugir desse debate e ter, entre aspas, um novo caminho, uma oportunidade de a gente pensar para frente. Mas, infelizmente, o que a gente tem visto, a partir da ação direta – isso é importante – do próprio governador, é que isso não vem acontecendo. Os chavões, o discurso de palanque e todo aquele discurso que o fez ser governador continuam. Isso é triste. As eleições acabaram, e a gente queria poder pensar o Estado, porque aí, sim, vejo um grande momento e a oportunidade que vivemos.

Nós já governamos o Estado, e o PSDB já o governou durante anos. Nós temos responsabilidade em várias situações. Seria a oportunidade, então, de um governador, que se disse neutro no processo, sentar-se com todo mundo e dialogar e pensar o Estado. Mas isso não está acontecendo. O governador e sua equipe insistem, através desses chavões e dessa publicidade, às vezes, baixa, querer atacar e arrumar culpado e não olhar para frente.

Nesse sentido, queria ilustrar essa fala, Sr. Presidente, com alguns dados da reforma administrativa. Começo dizendo, por exemplo, de um dado claro. Quando o governador usa o número das secretarias para dizer à população que há uma grande economia de 21 secretarias para 11, já começa errado. Ele entrou em 1º de janeiro não foi com 21 secretarias, mas com 20. Por quê? Porque, no dia 31 de dezembro, o governador extinguiu a secretaria especial dos fóruns regionais. Então, já iniciou o governo com 20 secretarias. Não são 11 secretarias como eles anunciam, mas 14, porque ele está dando a outras três secretarias, na verdade, a outros órgãos do

governo *status* de secretaria. Portanto, são 14 secretarias. Só que esse número parece grande. Ele fala, na verdade, de 21 para 12, mas são 20 para 14. Então, a redução já não é tão grande. Mas digamos que fosse tão grande assim. Ele transforma esse número de redução de secretarias em valores e anuncia para todos os cantos que essa redução significará aos cofres públicos uma economia, ao longo de quatro anos, de algo acima de R\$1.060.000.000,00, um pouco mais de R\$1.000.000.000,00.

Isso não é verdade, comprovado pelo estudo que nós fizemos e reafirmado na reunião que tivemos com o secretário; a economia, na verdade, corresponde a R\$34.000.000,00 por mês, com um total de R\$137.000.000,00 em quatro anos. Mas, deputado, onde está a diferença dos quase R\$900.000.000,00 que o governador insiste em dizer – e publica a todo momento – que vai economizar e sua base e seus deputados ficam defendendo. Eles criaram um dado que ainda é muito subjetivo.

Não dá para a gente brincar com o cidadão. A sociedade demonstrou, nessas eleições, um maior nível de cobrança e, conseqüentemente, de responsabilidade da parte de quem a representa, com maior clareza naquilo que apresenta, e não é o que o governador tem feito. O que o governador apresenta nesses dados é falso. Até comentei, nesses dias, com o deputado Cleitinho, que não está aqui – e vou deixar para falar em outro dia –, que era como se a gente comparasse a história toda com um elefante, e aí a gente pegasse o cidadão e lhe mostrasse só o olho do elefante e não contasse o resto. Então, ele está mostrando, e não posso dizer que está mentindo, mas está omitindo muita informação. Ele não pode dizer que há R\$1.000.000.000,00 de economia, sendo que a economia efetiva, comprovada é de R\$137.000.000,00; e, dentro desse valor, há muitos cargos que já não eram ocupados. Ele está extinguindo cargos que não eram ocupados pelo governo anterior, pelo nosso governo; está quantificando isso e dizendo que é economia. Mas eu estou deixando isso de lado nos R\$137.000.000,00 – e só dentro deles, já há dado equivocados. Mas vamos por essa diferença: eles criaram um cálculo a partir da junção de secretarias dizendo que haverá uma suposta economia com a eficiência de serviços.

Nós não podemos, Sr. Presidente, aceitar que este nível de debate, sem clareza, sem efetividade, prevaleça hoje no Executivo. O governador ganhou a eleição falando que não receberia salário e continua recebendo salário; afirmou categoricamente que nenhum secretário receberia salário, mas não só estão recebendo salários, como estão sendo, presidente, nomeados em outras secretarias para dobrar o salário. Vou dar um exemplo que citei hoje na audiência pública: no dia 2 de março, o governador publicou a exoneração de uma servidora da Secretaria da Fazenda; no dia 3 de março, ele a nomeou em outro cargo; e, no mesmo dia, nomeou o secretário Luiz Cláudio Fernandes. Cinco dias depois, no dia 13 de março, ele nomeou o Sr. Luiz Cláudio para o cargo de que tinha exonerado essa servidora da Fazenda, designando-o como titular do cargo de Assessor Especial, um cargo de provimento em comissão, ou seja, ele dobrou o salário de um subsecretário de R\$9.800,00 para R\$20.000,00, e assim está acontecendo em várias secretarias.

Para concluir, presidente, assim está acontecendo em várias secretarias. Ele fala em penduricalho de cargos dos governos anteriores e nomeia vários nomes do Partido Novo e várias secretarias. Nós não vamos ficar aqui apontando nomes e pessoas. O que quero dizer com isso é que não podemos aceitar que esse discurso baixo, pequeno do governador prevaleça nessa base nova que está sendo construída. É hora de renovar, limpar um pouco do passado e construir uma alternativa nova para o Estado de Minas Gerais.

Tinha muita coisa para falar da reforma, vou voltar a falar sobre isso, Sr. Presidente, mas queria registrar, então, por meio desses pequenos exemplos, que Minas Gerais não pode caminhar desse jeito. Se quisermos, de fato, um diálogo franco e aberto entre oposição, governo e partidos independentes; se quisermos, de fato, que pensem para frente, este é o gesto que o nosso partido e o nosso bloco procura fazer a todo momento: dialogar, pensar para a frente e dar uma resposta à sociedade mineira diante do momento que estamos vivendo. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputados, deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, estamos, durante o dia de hoje, realizando uma audiência pública conjunta para tratar exatamente da proposta de reforma administrativa do governo Zema.

É muito importante o papel da Assembleia neste momento para explicitar os fundamentos e a suposta economia dessa reforma, bem como os impactos da reforma nas políticas públicas, aquelas objeções e concordâncias que temos, e fazer os aperfeiçoamentos necessários. Os dados principalmente também precisam ser apresentados com clareza.

Em nome do Bloco Democracia e Luta e em nome do Partido dos Trabalhadores, deixo claro, mais uma vez, que reconhecemos o direito de um governo, recém-eleito, de apresentar a sua proposta de adequação administrativa. Também entendemos que, num momento de crise fiscal, é importante economizar, mas temos de compatibilizar, por um lado, a economia gerada por uma ação, e, por outro, o impacto dessa economia, tendo como referência a vida do cidadão, a qualidade da política pública e o resultado das ações do Estado. O Estado existe em função das pessoas que precisam dos serviços públicos, da segurança pública, da educação pública e gratuita, da saúde pública, da assistência social, da democratização do acesso à cultura, do desenvolvimento agrário, dentre outras áreas de atuação do Estado brasileiro.

Pois bem, a primeira discussão, que foi feita pelo deputado Ulysses, diz respeito à economia, e a economia divulgada de R\$1.000.000.000,00 não procede. Isso hoje já ficou claro na audiência pública. Segundo dados do próprio governo, a economia real, de pessoal, diz respeito a R\$39.380.000,00. Então, num espaço de quatro anos, aproximadamente, serão R\$160.000.000,00, e não R\$1.000.000.000,00. Esse é o primeiro ponto, e não se trata de picuinha com o governo. É importante economizar isso? Se não houver impacto negativo para a população, ótimo. Qualquer economia, desde que não prejudique o cidadão, é importante sim, mas a Assembleia não pode gerar uma expectativa ilusória para o cidadão mineiro, e isso está ocorrendo exatamente agora.

Nas redes sociais, circulou que Minas tem um superávit de R\$4.000.000.000,00, já no início deste governo, como se fosse inclusive uma conquista da nova gestão. Os prefeitos que têm um passivo acumulado e que, já neste ano, têm uma retenção de recursos feita pelo atual governo do Estado, de R\$1.000.000.000,00, estão, com razão, indignados. Ora, se há um superávit de R\$4.000.000.000,00, e o governo reteve R\$1.000.000.000,00, há algo errado. Sabemos que este número de R\$4.000.000.000,00 é ilusório porque há um comportamento desigual da receita no início do ano, em função, por exemplo, do recolhimento do IPVA. A mesma coisa é em relação à reforma, que não vai gerar R\$1.000.000.000,00. Esse valor de R\$1.000.000.000,00 se dará, contando com novos projetos que virão para a Assembleia e com uma categoria de ganho de eficiência, mas não sei se de política pública, porque não sei qual a metodologia que o governo está utilizando.

Até queria me aprofundar nesse assunto para saber como o governo está medindo esse ganho de eficiência. Segundo o secretário de Planejamento, ganho de eficiência é corte de pessoas. Aliás, na reforma, o corte de pessoas diz respeito à extinção de cargos, que gera a economia de R\$39.380.000,00. Não descobri ainda na reforma onde existe esse outro corte de pessoas. Essa já é uma primeira incongruência apresentada.

A outra questão – aliás, peço o apoio dos deputados da base de governo – é que está claro para todos nós que não faz nenhum sentido a extinção da Escola de Saúde Pública, uma instituição de mais de 70 anos, modelo nacional, patrimônio do Sistema Único de Saúde, que capacitou, que formou entre 250 e 300 mil trabalhadores da saúde, nos municípios, no Estado; que formou gestores, que formou conselheiros de saúde. Realizamos aqui, na Assembleia, uma audiência pública, e não foi demonstrada nenhuma economia com a extinção da Escola de Saúde Pública. Então, se o fundamento da reforma é economizar, por que mexer em algo que está dando certo? A proposta do nosso bloco e do PT é muito clara: estamos solicitando que o governo retire de tramitação a proposta de extinção da Escola de Saúde Pública. Não queremos, já no início da legislatura, partir para a obstrução. A nossa oposição não é a oposição quanto pior, melhor.

Fui líder do bloco de situação no período anterior e não vou trabalhar com o revanchismo só porque sofri várias obstruções, inclusive em bons projetos, no final do ano. E hoje a realidade está mostrando que a criação do fundo era o melhor caminho para os municípios, porque era um acordo de revogação de decreto, de pagamento de R\$1.000.000.000,00. Mas a maioria adotou o caminho do quanto pior, melhor, quanto mais degastar o governo do PT, melhor. Não vamos repetir ou fazer a mesma coisa. Queremos criar condições para melhorar a performance fiscal do Estado.

Aí vem um outro debate. Não se melhora a performance fiscal ou se resolve a crise estrutural do Estado com medidas paliativas. Repito aqui: qualquer economia que não prejudique a população é boa, tem nosso apoio, mas o que vai resolver, ou, pelo menos, aproximar de um equilíbrio a situação do Estado não são essas medidas. Não temos de falar grosso dentro da Assembleia com deputado e deputada. Temos de falar grosso com o governo federal, que está devendo R\$100.000.000.000,00 de compensação da Lei Kandir ao nosso estado. Faz sentido o Estado pagar R\$80.000.000.000,00, R\$90.000.000.000,00 para o governo federal e o governo federal dever R\$100.000.000.000,00 ao Estado de Minas Gerais? No mínimo, tem de haver um encontro de contas. E os regimes especiais de tributação? É justo penalizar o Ipsemg? Querem transferir o Ipsemg para a Secretaria da Fazenda. Como disse uma servidora do Ipsemg, isso pode ser o atestado de óbito do Ipsemg. Faz sentido penalizar o servidor e conceder isenções tributárias gigantescas para grupos econômicos que, muitas vezes, não dão retorno em termos de geração de emprego e de geração de tributos e que poderiam compensar essas isenções? Temos clareza, deputados e deputadas, dessa balança: isenção concedida, emprego e receita gerada?

Porque é fácil fazer essa conta, quando se penaliza política pública, mas, quando se mexe em interesses econômicos, não. Aí, essa conta, como sempre, não aparece de maneira clara para o cidadão.

Então, temos caminhos diferentes para o enfrentamento da crise fiscal. Vamos aprofundar esse debate porque o nosso governo anterior não aderiu ao pacote de recuperação fiscal do governo federal, porque não queremos privatizar a Cemig, não queremos proibir a reposição de pessoal em áreas cruciais, como educação e segurança pública. Partimos do princípio de que o pacto federativo precisa ser repensado. O governo Bolsonaro, nessa excursão – esse fiasco – para os Estados Unidos entrega tudo para eles, fala fininho para o Trump, mas aqui fala grosso com os governadores. Negociar com os estados só se for na cartilha do Estado mínimo, do Estado que não provê educação, saúde e segurança. Mas o nosso caminho é outro.

Entretanto, partindo do princípio que alguns ajustes administrativos precisam ser feitos e reconhecendo que o governo recém-eleito tem o direito de apresentar propostas, vamos, pelo menos, aperfeiçoar alguns pontos. Por exemplo, as fusões. Há algumas que podem prejudicar o desempenho de políticas públicas. Olha, ouvi hoje representantes da cultura que não querem a fusão com o turismo. Ouvi representantes do turismo que não querem a fusão com a cultura. Ora, precisamos aprofundar esse debate. As áreas específicas criam identidades. Vejamos a área de esportes. Temos deputados aqui vinculados a ela, que têm identidade com ela. O esporte pode ser sinônimo de geração de receita. Cultura pode ser espaço de geração de receita. Turismo pode ser espaço de geração de receita. Nesse caso, a eficiência não é fundir e cortar. A eficiência é apresentar um bom plano de trabalho, porque potencial Minas Gerais tem. Vejam a área de desenvolvimento agrário. Não se trata de se ter uma outra estrutura. Há uma discussão no Brasil, e acho que é possível compatibilizar. O agronegócio é forte? Sim, é forte. As exportações brasileiras precisam dele, mas é a agricultura familiar que coloca na mesa 70% de todo alimento consumido pelo brasileiro. Num Estado como Minas Gerais, abandonar a agricultura familiar é fator de exclusão produtiva, de desigualdade regional e também de empobrecimento nutricional do cidadão. Vamos falar de uma área em que tenho militância, por exemplo, a de políticas sociais. Quando criamos a Secretaria de Direitos Humanos, era para fortalecer identidade de públicos excluídos de políticas públicas: mulheres, quilombolas, negros, jovens, comunidades LGBT. Quando se trata genericamente, numa subestrutura, numa outra secretaria, com certeza, vai-se invisibilizar, secundarizar o tratamento desses públicos. Então, isso precisa também ser pensado.

Temos aqui parlamentares – e também sou votado nessas regiões – do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri. Quando o governo – e não foi o nosso; foi o governo do PSDB, de que inclusive há hoje vários líderes aqui do governo Zema – criou essa secretaria, foi exatamente com o objetivo de uma maior equidade social. Vamos tratar como focais as regiões que precisam de mais participação e presença do Estado. Temos de fazer essa discussão.

Para seguir o presidente, que tem sido muito correto com o tempo e com o Regimento, deixo aqui essas preocupações. Vamos aprofundar esse debate. Não queremos fazer obstrução por obstrução. Acho que a retirada do projeto da Escola de Saúde Pública seria um bom caminho para iniciarmos esse diálogo. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, convidados das galerias, quero aproveitar a presença do ilustre deputado estadual Coronel Sandro para trazer um tema que tem preocupado a mim, aos deputados Coronel Sandro, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo, e aos deputados federais Junio Amaral, Léo Motta, Lincoln Portela, Alê Silva e Subtenente Gonzaga. Estamos insistindo, Coronel Sandro, no pedido de agenda com o governador para antecipar a audiência pública que já está programada para o saguão do Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa. Será uma audiência da Comissão de Segurança Pública, com os seus integrantes e os deputados estaduais e federais convidados, aqui nominados. Aliás, nós estamos convocados para esse encontro quando comparecerão, eu diria, milhares de servidores da segurança pública e seus familiares, esposas e filhos, que vão lá cobrar do governador.

A pauta todos já conhecem, mas aqui quero mais uma vez deixá-la clara. O item 1, já conhecido pelo deputado Coronel Sandro e demais colegas que participaram da primeira reunião, no dia 22 de fevereiro, é: pagamento integral do 13º salário. Nós estamos chegando ao final de março. O servidor tem direito a esse pagamento até o dia 20 de dezembro, mas ainda não recebeu. Ainda temos a retomada do pagamento no quinto dia útil, que é um direito do servidor; e a recomposição das perdas inflacionárias, que hoje, acumuladas, segundo o IPCA, são da ordem de 27%, conforme determina o art. 37, inciso X da Constituição da República. Por fim, não menos importante, o pagamento dos conveniados, os hospitais, laboratórios, clínicas, médicos do IPSM, que apenas no governo anterior, no governo do PT, sofreu o rombo criminoso de R\$3.000.000.000,00. Essa é a pauta que nós queremos novamente discutir com o governador.

A Assembleia faz uma propaganda, uma publicidade enorme, dizendo que é poder e voz do cidadão. Você, que é policial militar, policial civil, bombeiro militar, agente penitenciário, agente socioeducativo, além das esposas desses profissionais de segurança pública, filhos, que também são cidadãos, estará lá com esses deputados que serão poder e voz do cidadão numa audiência pública para cobrar do governador. Partiu das próprias associações de classe, sindicatos e entidades da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos bombeiros, dos agentes penitenciários e socioeducativos a ideia de a Comissão de Segurança Pública realizar audiência pública lá, no saguão do Palácio Tiradentes, na sede do governo do Estado. Para quê? Para facilitar o comparecimento do governador do Estado, do vice-governador, do secretário de Planejamento e Gestão e do secretário de Fazenda e fazer com que interajam com as pessoas lá, os servidores e seus familiares.

Quero deixar isso ressaltado na data de hoje porque, na segunda parte da minha fala, vou trazer aqui uma tutela antecipada de uma ação civil pública que o governo do Estado, através da AGE, impetrou contra as associações de classe, em razão da última manifestação. Olha, o governo está dando um tiro no pé, Coronel Sandro; o governo está fazendo a coisa errada!

Não é com uma ação civil pública, porque o juiz que está estabelecendo uma multa de R\$50.000,00 às associações recebe o seu salário no quinto dia útil; esse juiz recebe auxílio-moradia; esse juiz recebe auxílio-livro, auxílio-creche, auxílio-alimentação. Ele pode vender duas férias por ano. Deputados Delegado Grilo, Coronel Sandro, os servidores da segurança pública não têm nada disso, não podem vender duas férias por ano, não recebem em dia. Então, é muito fácil para o juiz – vou citar o juiz da 4ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte – notificar as associações de classe e impor a multa de R\$50.000,00.

Ainda assim, eles não vão se calar. Não adianta pegar os presidentes de associações. E os demais? E o profissional, o policial civil? A associação dos delegados, os sindicatos dos delegados já confirmaram a presença dos peritos, dos escrivães, dos investigadores. Todos já confirmaram presença. Não é com a multa que vão calar. Não é com a multa que vão resolver.

O governador precisa novamente, Coronel Sandro, deputado Delegado Grilo, abrir as portas para uma negociação, para o diálogo, para o entendimento, porque é isso que nós queremos. Não queremos mais nada do que conversar com o governador e dizer: “Governador, a pauta é direito. O que eles estão reivindicando é direito, não é favor. Todos os itens da pauta são obrigações constitucionais”. Desde quando trabalhar para o Estado e receber em dia não é um direito? Desde quando receber o 13º salário não é um direito? Desde quando ter assistência à saúde, que é um direito social e está petrificado no art. 7º da Constituição Federal, não é um direito? Então, Sr. Governador Romeu Zema, tenha um pouco de juízo, tenha um pouco de sensibilidade, não trate os servidores públicos como se fossem empregados de empresa privada. A relação é totalmente diferente. Quem leva a política pública chamada segurança pública à ponta da linha para prestar à sociedade são esses servidores. Estou aqui, governador, de forma respeitosa, pedindo ao senhor que marque agenda conosco, deputados estaduais e federais, o mais rápido possível, para evitar uma ruptura institucional.

Primeiro, concedo aparte ao ilustre deputado estadual Coronel Sandro que veio se juntar a essa luta, como também o deputado estadual deputado Delegado Heli Grilo.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Quero dizer para V. Exa., para todos os parlamentares que estão neste plenário, e para os nossos convidados, que o direito de associação e o direito de manifestação são assegurados pela Constituição brasileira. Então, a nossa categoria, seja da Polícia Militar, Polícia Civil, agentes prisionais, agente socioeducativo, familiares, filhos, sempre que for necessário, vai exercer esse direito para garantir os nossos direitos.

Esses quatro itens, deputado Sargento Rodrigues, na pauta, o 13º salário, o pagamento no quinto dia útil, a recomposição salarial e o pagamento dos conveniados do nosso IPSM, precisam ser restabelecidos. Quando a gente vem ao Plenário para defender a Polícia Militar, a Polícia Civil, os outros órgãos de segurança pública, estamos defendendo o Estado de Minas Gerais, porque um Estado sem segurança, um Estado em que os servidores que protegem o povo não estão tranquilos e satisfeitos, vai sofrer muitas perdas. É isso que nós não queremos que aconteça.

Estarei, sim, na audiência pública. Estarei, sim, nas manifestações, porque, como eu disse: sou deputado de Minas Gerais e, para mim, segurança pública é fundamental. Então, a nossa Polícia Militar, a nossa Polícia Civil, os nossos servidores e seus familiares, os agentes socioeducativos e os agentes penitenciários precisam estar bem. Esse era o assunto. Parabéns a V. Exa. por conduzir isso.

Outro assunto, Sr. Presidente, diz respeito a uma denúncia gravíssima de algo que está acontecendo em Governador Valadares. Eu fiz um chamamento na minha rede social para que as pessoas que quisessem colaborar enviassem as informações com fotografias e com dados. Há um cartel de combustíveis em Governador Valadares que nivela os preços e penaliza o consumidor. Estou preparando representações para serem encaminhadas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ao Ministério Público Federal e a todos os outros órgãos reguladores do Estado sobre esse assunto.

E, na Comissão de Segurança Pública, protocolaremos, se for necessário, um pedido de audiência pública para discutir esse assunto e um requerimento para que se reforce o encaminhamento dessas representações, a fim de que esse cartel que impera em Governador Valadares, penalizando o consumidor e nivelando o custo a variações mínimas do preço de combustível... E aí quem sofre é o consumidor. Isso é crime, Sr. Presidente, e crime tem que ser tratado na esfera correta. Vamos tratar na Comissão de Segurança Pública; se for necessário, vamos solicitar uma audiência pública; se for necessário, vamos pedir a instalação de uma CPI, porque, além de Governador Valadares, recebi informações do Estado inteiro sobre a existência de cartéis de combustíveis em todas as grandes cidades.

Então, na próxima reunião da Comissão de Segurança Pública, detalharemos esse assunto com mais dados e mais informações. Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, deputado Coronel Sandro. Apenas quero lembrar ao Coronel Sandro a importância da comissão, uma vez que fato semelhante, ocorrido cerca de 15 anos atrás, envolveu a morte do promotor Francisco José Lins do Rego na máfia dos combustíveis. Portanto, um crime de uma organização criminosa, que deve, sim, ser aportado na Comissão de Segurança Pública.

Vou pedir ao deputado Delegado Heli Grilo que faça um aparte abreviado para eu conceder também a palavra ao deputado João Vítor Xavier. V. Exa. tem a palavra.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)* – Deputado, boa tarde e obrigado.

Sr. Presidente, na verdade, minha fala é a seguinte: ontem mesmo fiz um pronunciamento, nesta tribuna, a respeito dos privilégios. Somos uma classe de policiais civis e militares do sistema prisional e de professores que estamos recebendo o salário parceladamente. Todos os policiais recebem de forma parcelada. Mas existe um grupo de servidores da elite do Estado que não recebe parceladamente. Essas coisas estão acontecendo, e uma proposta interessante seria que mesmo nós, políticos – sei que muitos vão falar que é demagogia –, juízes, promotores, secretários de Estado, enfim, todos nós recebêssemos parceladamente para vermos como é difícil parcelar nossas dívidas quando não é permitido fazer isso. Todos os servidores têm que pagar IPVA, e não é permitido fazer de forma diferente, a não ser de três vezes; todos os servidores têm que pagar IPTU e pagar escola no final do mês. E eles não estão dando conta de fazer isso.

Eu disse que, quando a reforma previdenciária chegar, de forma fatiada, não estarei acompanhando essas decisões. Precisamos fazer um Estado justo, igual para todos. Quem bate em Francisco bate em Chico, pau que bate em um bate no outro. Precisamos fazer isso. Agora, impedir que façamos nossa manifestação para buscar esses quatro itens da tabela de negociação... Acho que um, quando conseguirmos, até estará bem adiantado, que é a questão do 13º salário. Mas há ainda o quinto dia útil, o IPC-M, a questão da correção – faz quantos anos que não temos correção?

Então, gostaria, Sr. Deputado, que levasse também essa consideração e meu apoio nessa discussão. Estou junto e misturado.

O deputado Sargento Rodrigues – Muito obrigado.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, quero agradecer a V. Exa. esta oportunidade e externar a minha preocupação quanto à CPI das mineradoras nesta Casa. Tenho dois confortos nesse processo: um é a presença de V. Exa., que tenho como um homem sério e de bem e que, de fato, quer a CPI nesta Casa; de fato, trabalha para que haja uma investigação séria aqui. Outro fato é a presença, como relator, do deputado André Quintão, que também está aqui, à minha esquerda. Como lhe convém – não é, André? –, sempre à esquerda. Ele é um homem sério, um homem de bem, um homem de vida austera, um homem que não serviu, em sua vida pública, a mazelas ou a mal feitos – é um homem de bem. Agora, nem todo mundo está ali por esse mesmo propósito. Estão ali, com algumas peculiaridades, pessoas que, 15 dias atrás, davam entrevista para dizer que eram contra a CPI.

Não consigo entender como quem, há 15 dias, colocava-se contra a CPI agora aceita fazer parte dela. É estranho isso, cheira mal; é ruim para este Parlamento; é ruim para o nosso processo democrático; é ruim para a transparência da questão. Como, quem era contra há 15 dias, agora está na CPI? Por quê? Se era contra, deixe quem era a favor estar presente nela.

Deputado Sargento, infelizmente, não me deram o direito de ser membro da CPI. Não me deram esse direito, que acho ser legítimo, pela trajetória que tenho nesta Casa. Não sei quem quiseram agradar, não sei quem quiseram proteger, não sei a pedido de quem fizeram questão de me excluir ou estão tentando me excluir – aliás, como tenho sido excluído de praticamente todo o processo parlamentar legislativo. Pela primeira vez na história dos meus três mandatos, sou membro de apenas uma comissão e não sou sequer suplente em outras. É um crime contra a democracia o que estão fazendo. É um crime contra a democracia.

Para encerrar, Sr. Presidente, digo: não vão transformar essa CPI numa ação entre amigos, onde se discute, em sala fechada, o que pode ser votado com a porta aberta. E confio em V. Exa. e na honestidade do deputado André Quintão, para não permitir que isso aconteça e que tenhamos um parecer correto, porque nem todo mundo que está ali é digno da mesma confiança que V. Exa. e outros. A grande maioria é de gente do bem, mas há gente que não deveria estar lá.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado. Já encerro, Sr. Presidente.

Tranquilizando o deputado João Vítor, digo que estaremos sempre vigilantes e atentos. Também não vou permanecer na comissão se perceber que a CPI tem qualquer sentimento, qualquer cheiro de cartas marcadas. Se perceber isso, virei a esta tribuna, renunciarei e falarei porque renunciei ao cargo de vice-presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os servidores desta Casa. Boa tarde, deputados, deputadas e público presente. Boa tarde a você que me acompanha pela TV Assembleia.

Algumas pessoas me questionam sobre a Previdência, que não será votada aqui, mas no Congresso: se eu fosse deputado federal, votaria a favor ou contra a reforma da Previdência? Existem algumas reformas que acho de suma importância passarem, mas não vejo nenhum deputado lá no Congresso Nacional tocando nesses assuntos. A reforma tributária precisa passar; a reforma política, nem se fala; e a maior reforma que tem de haver – e vou mostrar alguns dados aqui – é a reforma de consciência, Bartô. Sabe por quê? Saiu no *Estadão*: “Na folha de pagamento do TJMG de fevereiro, conforme informações divulgadas pelo próprio órgão, uma única magistrada recebeu R\$307.000,00 de salário, valor que inclui, além do salário, teto de R\$35.000,00, uma série de penduricalhos” – nem sei o que é isso – “que extrapolam os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal”. Então, olhe para você ver: uma senhora que não conheço e é magistrada, com todo respeito a ela, ganha R\$300.000,00?

Por isso estou falando que a maior reforma que tem de haver neste país é a reforma de consciência. Como só o povo vai pagar a conta? Não tenho nada contra essa magistrada e até acho que está no cargo por meritocracia, pois fez concurso e passou. Mas, num país quebrado, com a gente falando em reforma da Previdência, é certo uma magistrada ganhar R\$300.000,00?

E tem mais, gente: saiu uma matéria sobre a Dilma. Olhe para você ver a Dilma, que gracinha. “Dilma gasta mais do que todos os ex-presidentes em diárias e passagens de assessores”. A presidente expurgada Dilma Rousseff, em 2018, ano passado, gastou R\$632.000,00. É brincadeira, não é? Então queria fazer uma pergunta a você: por que uma presidente como a Dilma, que sofreu *impeachment*, e um cara como o Fernando Collor, que também sofreu *impeachment*, ainda vão receber aposentadoria? Pense você: Fernando Collor, além de ser senador e mamar na teta todo este ano, ainda recebe aposentadoria, e a Dilma também.

Acabem com a aposentadoria dessa turma, gente. E, lá no Congresso, a aposentadoria também é especial, porque vale só para a próxima legislatura, não para esta. Quer dizer, na carne, eles não cortam, mas do povo tem de cortar.

O político, aliás, todo mundo tem que entender que o brasileiro sempre pagou seu imposto rigorosamente em dia. Ele trabalhou para isso. Ele não tem culpa de o País estar quebrado. Quem quebrou o País não foi o trabalhador brasileiro, quem quebrou o País foram os políticos. Foi esse tipo de mordomia, de privilégio, que faz com que uma magistrada ganhe R\$300.000,00. Vê se pode uma situação dessas? Onde vamos chegar com este país? Então este país está precisando não é de reforma da Previdência. “Mas é um mal necessário, se não a Previdência vai quebrar.” Então que comece por aqui, na reforma de consciência. Como é que pode?

É o que estou falando, uma presidente, com a Dilma, que sofreu *impeachment*; do Fernando Collor nem se fala, é senador e ganha aposentadoria, e ganha privilégio. E tem assessor, tem segurança, tem carro, tem isso e tem aquilo. Que País é esse que está quebrado, gente? Como damos conta de pagar isso? O brasileiro não tem de pagar a conta de incompetência, de corrupção. Chega! Quem tem de pagar a conta são eles. Não vou nem falar que tenho de pagar a conta, sabem por quê? Porque eu sempre trabalhei no varejão, paguei meus impostos rigorosamente em dia. Então também contribuí para este país. Estou chegando agora para tentar consertar esta bagunça.

Aí eles dizem que eu falo demais. Já estou rouco, há um ano, de tanto falar. Mas vou parar de falar no dia em que eu for do Executivo. No dia que eu for prefeito, governador, presidente, aí eu paro de falar e vou fazer, o que é diferente. Enquanto eu estiver neste Parlamento, é obrigação minha “parlar”, é obrigação minha falar. Mas perguntem a todo o povo brasileiro se eles estão satisfeitos com este país. Não estão satisfeitos, então têm que tocar na ferida, têm que tirar a sujeira de debaixo do tapete.

E vou chamar a atenção, de novo, para o fato de que, em Minas Gerais, há uma juíza, da qual não sei o nome, que agora, em fevereiro, pegou R\$307.000,00, deputado Bartô. E estão falando em reforma da Previdência!

Não estou aqui fazendo populismo. Todo mundo sabe que não sou de esquerda, eu vou fazer populismo barato aqui? Talvez seja preciso fazer a reforma, mas, primeiro, a reforma que tem de haver aqui é a reforma tributária, a reforma política e a reforma de consciência. As pessoas têm de ter consciência. Um representante do povo, como eu, tem de ter consciência do dinheiro, porque o dinheiro é do povo, o dinheiro não é meu. Eu sou empregado do povo, eu sou servidor do povo. Quem me colocou aqui foi o povo. Se estou aqui hoje é por causa dele. Então tenho a obrigação de ter responsabilidade com o dinheiro do povo. Como fiscal, como fiscalizador, tenho obrigação de fazer.

Então, sobre a reforma da Previdência, se eu estivesse no Congresso hoje, antes de fazer passar a reforma da Previdência, tinha que fazer passar a reforma tributária, a reforma política e a reforma de consciência. Vamos nos conscientizar. Para mudar este país, que tem a carga tributária mais cara do mundo, tem de haver conscientização dos políticos, para eles entenderem que o dinheiro é do povo, que o dinheiro não é deles.

Outra coisa, Sr. Presidente, para a qual queria chamar a atenção, são os projetos. A função do Legislativo aqui é fiscalizar e legislar. Então, quando vamos fazer análises para tentar fazer projeto aqui para beneficiar o Estado, vemos um monte de projetos arquivados. Eu estava até conversando com um deputado e soube que o mandato acaba e não o projeto não é aprovado. Então eu queria chamar a atenção das comissões para olharem isso com carinho, pois, se o nosso trabalho aqui é apresentar projeto, vamos apresentar projeto. Se passou pelas comissões, o projeto não é inconstitucional, é constitucional, vamos colocar o projeto para ser votado. Particularmente, até agora, os projetos que propus aqui são só para beneficiar o povo.

Como o que eu disse sobre a BR-135, no Norte de Minas, onde está acontecendo a questão do pedágio. É uma covardia. Jean, você, que representa o Norte de Minas, tarifa de R\$7,20, como é que o povo do Norte de Minas vai pagar isso? Não tem jeito de chegar a Belo Horizonte. Por que só o povo tem que pagar a conta? São R\$7,20. Fico imaginando o agricultor. Eu mexi a vida inteira com varejão e, na porta do nosso varejão, sempre chegava agricultor. Na época em que foi colocado pedágio, perto de Divinópolis com São Sebastião, houve agricultor que quebrou, porque não teve condição de pagar. O agricultor vai e volta quatro vezes, e não tem condição de pagar. Fico imaginando o Norte de Minas com tarifa de R\$7,20. Então eu propus um projeto aqui, Sr. Presidente, para isentar os agricultores, ou seja, num raio de 50km, o agricultor não pagar.

Então quero chamar a atenção para isto: um projeto bom desses, se passar pela Comissão de Constituição e for provado que é constitucional, por que não colocam para ser votado? Vamos largar a vaidade. Se aqui o João Vítor, o Noraldino ou qualquer deputado tiver projeto que é bom para o povo, terei o prazer de divulgar. Quem ganha com isso é o povo. Estou aqui para defender o povo. Então temos de parar com isso. Se no final o ideal é defender e ajudar o povo, e se o projeto do Jean, do Bartô ou do Sandro é bom, tenho de aprovar. E além de aprovar, tenho de divulgar, tenho de dar parabéns a eles. Então é isso que temos de fazer. Não tem de haver corporativismo só em coisa errada, tem de haver em coisa boa. A gente tem de se doar ao outro para coisa boa, para ajudar o Estado.

Eu vi um projeto, que até desarquivei, para que o professor tenha 50% de desconto em teatro. Achei maravilhoso e o estou desarquivando. Pessoal da Comissão de Educação, coloquem esse projeto em pauta. Se nós, do Legislativo, não conseguimos aumentar o salário de um professor, pois não é da nossa competência, é do governo, vamos dar regalias para ele. O Bartô não é muito a favor dessa questão, porque ele é mais liberal, mas o Bartô vai olhar com carinho. Vamos ajudar os professores.

O professor merece. O professor está recebendo parcelado, demorando a receber. Então, fico pensando o seguinte: se o estudante tem direito a esses 50%, por que o professor não pode ter esse mesmo direito? Vamos dar para eles também. Se não conseguimos aumentar o salário deles, essa questão que depende do governador, o privilégio que pudermos dar ao professor vamos dar. Um projeto desses, presidente, que é maravilhoso – não lembro o nome do ex-deputado –, eu desarquivei e tenho o maior prazer de colocá-lo em votação e falar que é dele, porque quem vai ganhar com isso é a classe da educação. Se eu estou falando da classe da educação aqui, se quero representá-la, e se existe um projeto que o Jean vai propor aqui, eu tenho que apoiar.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Deputado Cleitinho, mais uma vez... Um grande parceiro, sou um grande admirador do mandato de V. Exa. desde quando era vereador. Agradeço o aparte e queria falar só da reforma administrativa abordada por V. Exa. no início do seu pronunciamento. Faço um apelo aos nobres deputados para que atentem para a reforma administrativa no que diz respeito ao meio ambiente, que vem trazendo impacto significativo e uma defasagem muito grande, mais complicada ainda na questão do meio ambiente. É a segunda secretaria que mais arrecada no Estado, e hoje está sucateada, sem funcionários, com funcionários sobrecarregados.

O deputado Raul Belém, do nosso partido, está aqui e fez a solicitação de uma audiência pública, que acontecerá na terça-feira, às 10 horas, na Comissão de Meio Ambiente. Eu queria convidar V. Exa. para participar dessa importante audiência pública, para que possamos discutir o impacto da reforma administrativa na questão ambiental. Vivenciamos o rompimento da barragem de Brumadinho e queremos, não só em relação a barragens, ter uma secretaria eficaz, capaz de cumprir o seu papel de licenciadora, de educadora ambiental, fazendo os seus monitoramentos e suas fiscalizações. Mas, para isso, precisamos ter um corpo técnico... Temos um corpo técnico competente, mas precisamos eliminar a defasagem que existe e lhes dar estrutura, porque a Secretaria do Meio Ambiente é a segunda que mais arrecada. Não é possível continuar a manter a secretaria e ainda por cima aprovar essa reforma no que diz respeito ao meio ambiente, o que traria um impacto muito grande e prejudicial ao sistema estadual de meio ambiente. Obrigado, deputado.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Obrigado, Noraldino. Sobre essa questão da consciência, Noraldino, estou me lembrando de uma audiência pública que aconteceu em Divinópolis para tratar da Crevisa, da questão de proteção dos animais. Convocamos o Noraldino, e esse dia já estava perto das eleições, junho ou julho, se não me engano, e o Sílvio, meu atual assessor, que deve estar nos acompanhando agora, na época não era meu assessor ainda, mas estava lá. Eu comecei a falar bem de você, Noraldino, porque penso que, se eu defendo a causa animal e o Noraldino também defende, no final o que queremos é o animal bem tratado e bem cuidado. Então, o que o Noraldino trouxe de proposta boa para os animais aqui eu tenho de apoiar com o maior prazer, porque sei que no final os beneficiados serão os animais. Então, eu enchi a bola do Noraldino, falando que ele representava a classe. O Sílvio me puxou e disse: “Cleitinho, está chegando perto da campanha e você está trazendo o leão para a sua jaula? Ele vai tomar os seus votos todos”. Eu falei que não tinha nada a ver. Voto para mim não é comprado, mas conquistado. Se ele está vindo aqui para resolver o problema dos animais, tenho de apoiá-lo, ficar do lado dele. Voto é consequência. Acabou que eu ganhei e ele ganhou. E o problema da Crevisa na época foi resolvido.

Então, é unindo as forças que a gente vai conseguir, sem vaidade, sem prepotência. Eu não tenho nenhuma, não quero ser pai de crianças, já sou pai de duas crianças e de três cachorros, então não quero ser pai de nada aqui. Até porque a gente aqui está, mas a gente vai sair, e isto aqui fica.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Cleitinho, achei o tema extremamente relevante nessa questão da reforma administrativa, e também o que você está falando sobre projetos da Comissão de Constituição e Justiça. Há um projeto meu para colocar cadeira motorizada nos *shopping centers* e também nos supermercados grandes. É lógico que uma pessoa que não aguenta caminhar, se tiver uma cadeira motorizada, talvez até compre mais produtos lá, porque fica melhor para ele. E olhe que há um amigo nosso querendo dar pau no projeto: “Ah, mas vai dar despesa para o empresário”. Às vezes não, pode dar até lucro. A maioria

está a favor, e eu queria dizer ao pessoal da Comissão de Constituição e Justiça que esse projeto é importante para os deficientes físicos e os mais gordos.

Também ouvi você falando da questão de os professores pagarem meia entrada, do salário. Vocês sabem que está sendo descontado um valor todo ano, todo mês, do professor, do funcionário público para ele ter direito ao Ipsemg? Mas desde julho o governo passado não paga nada para as clínicas, a fisioterapia, o hospital, e a gente não vê isso sendo falado – é uma multidão, mais de um milhão de pessoas que está sem direito –, e isso ajudou também a quebrar os hospitais. Um hospital que prestou serviço, gastou dinheiro para operar uma pessoa, colocou no CTI, comprou remédio, e não recebe nada, nem um rumo: “Tal dia você vai receber, vai ser parcelado”... O hospital, coitado, não fica fazendo greve e acaba, às vezes, sendo fechado, como tive notícia do de Caratinga, que fechou. Nos últimos cinco anos, foram fechados 6 mil leitos.

Outra questão é que a gente sabe que os governos não têm dinheiro mais para melhorar as estradas, e sai morrendo gente nas estradas, e sai morrendo gente. Vimos um presidente da República que governou por oito anos, e outra presidente, mais quatro anos, seis anos, e vieram aqui, na 381, e davam ordem nisso, e davam ordem nisso, e nada realmente acontecia. Então, o que acontece? Parece que existe a questão do pedágio. Você mesmo, brilhantemente, buscou uma audiência pública para discutir o pedágio que o governador passado colocou para o povo ir daqui a Montes Claros e pagar R\$7,20. Gente, não dá mais para arrancar esse tanto do povo. Queremos que privatizem a BR-251, mas não pode ser com pedágios no valor que estão querendo. Muito obrigado, parabéns e continue assim.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Deputado, sobre a questão dos projetos, este Parlamento é democrático. Então, é de suma importância, independente de se você concorda ou não com o projeto, trazê-lo para votação aqui. É sim ou não, é soberano. Você vota “sim” ou “não”. Se você não concorda com o projeto do deputado, é só votar “não”. Pronto, acabou. Se o projeto é constitucional, se está dentro da legalidade, ele tem que entrar no Plenário para ser votado.

Então, a gente pede com carinho às comissões. Projeto, se for barrado por sacanagem, vou começar a fazer o que disse na campanha: fazer disto aqui um *Big Brother*. A gente vai começar a mostrar aqui: o meu projeto, que é constitucional, que pode ser apresentado, pode ser votado, na comissão tal, está barrado. Está barrado na comissão por quê? Vão ter que explicar por que ele está barrado, porque isso aqui é democrático.

Sobre as questões das audiências públicas, a gente está na Comissão de Defesa do Consumidor. Até ouvi o Coronel Sandro falar sobre a questão do quartel. Acho que é uma pauta boa para a gente fazer uma audiência pública, pedir para a Comissão de Segurança Pública. Mas acho que a comissão pela qual a questão dos combustíveis tem que passar é a nossa Comissão do Direito do Consumidor, onde até as 16 horas a gente vai estar reunido. Então, acho que essa audiência pública poderia ser feita para tratar da questão de Governador Valadares, porque não é só Governador Valadares, é o Estado de Minas Gerais inteiro. Vamos passar essa demanda para o Sandro. Se ele quiser que a gente faça, a gente coloca essa questão.

Sr. Presidente, muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Virgílio Guimarães* – Sr. Presidente Antonio Carlos Arantes, deputado Cleiton, demais deputados, tivemos hoje, pela manhã, uma importante e extensa audiência pública conjunta de três comissões, entre elas a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, da qual faço parte, discutindo com representantes do governo do Estado a reforma administrativa que propõe aqui.

Queria trazer aqui, para conhecimento da Casa e dos telespectadores, as opiniões que coloquei naquela reunião. Em primeiro lugar, fiz questão de pontuar que a estrutura que cada governo propõe, ao fazer a reforma administrativa, corresponde aos quadros de que ele dispõe, aos seus objetivos, enfim, a estrutura corresponde ao seu plano político administrativo. Foi assim em quase todos os governos – municipais, estaduais e federais – no Brasil, nas últimas décadas. Até havia no Legislativo uma discussão sobre se

gabinete devia ter esse ou aquele formato. E decidiu-se aqui – depois foi copiado por todo o País – fazer uma estrutura absolutamente flexível, em que cada deputado organiza o seu gabinete da maneira que corresponde ao seu próprio mandato.

De alguma maneira, na prática, é isso o que ocorre, mas temos a obrigação de fiscalizar essas mudanças, e foi o que fizemos hoje de manhã.

Após fazer de plano essa observação, queria dizer que, em princípio, confere ao governo essa iniciativa, essa prerrogativa. Em princípio, ele tem o “direito”, entre aspas, de organizar o seu governo da maneira que lhe parece mais adequada para a execução dos seus planos de ação administrativa.

Gostaria de abordar algumas questões. Em primeiro lugar, queria registrar um tema, que, na minha opinião, nem faz parte da reforma administrativa: a Escola de Saúde Pública, que é antiga, tem tradição, tem autonomia relativa, mas tem autonomia acadêmica. Foi responsável por formar gerações de pessoas, com um pensamento voltado para a saúde pública num momento em que a saúde privada, a vocação para o exercício privado das profissões da saúde, foi crescente no Brasil. Foi um marco em relação às políticas sanitárias públicas socializadas, no sentido de que a saúde deve ser voltada para todos. A saúde tem que ser para todos.

Portanto, manter a Escola de Saúde Pública, com o formato de hoje, significa garantir a sequência desse pensamento, dessa escola, dessa filosofia de trabalho, desse tipo de formação. Não tenho dúvida alguma de que ela se coloca à margem do que se propõe com a reforma administrativa, até porque, se houver alguma economicidade, deve ser praticada no formato que lá está, revertendo essas vantagens para o fortalecimento da própria escola.

Em segundo lugar, faço questão de diferenciar, conforme fiz anteriormente, a questão do Ipsemg, que, ao contrário de todos os outros órgãos, não visa a uma política pública voltada para a população. Ele é importante para a população quando provoca, garante um conforto aos servidores públicos para exercerem bem a sua função, voltada para a prestação de serviço público à população geral.

Então, no caso do Ipsemg, é diferente, pois ele tem uma função mais interna. Portanto, se for possível preservar o Ipsemg, realizando lá um trabalho rigoroso de economicidade e eficiência, perfeito. Se isso é possível, deve ser feito. Se pode ser orientado por essa ou aquela secretaria, melhor ainda. Mas, qualquer resultado do Ipsemg tem de ser revertido para ele próprio. O fortalecimento do Ipsemg é necessário para a sua manutenção, porque, ao contrário dos demais órgãos públicos, ele é do próprio funcionalismo e para o próprio funcionalismo. Os demais órgãos públicos são como o funcionalismo, voltados para a população.

Feitas essas preliminares, queria dar duas sugestões importantes e peço um pouco de paciência, até porque o meu tempo é curto, mas serei rápido. Aliás, vou focar em apenas uma, porque meu tempo é curto e gostaria de conceder um aparte ao deputado. Atualmente, há a Secretaria de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Sedinor – e das regiões que compõem o Idene, como o Nordeste de Minas, sobretudo o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri, São Mateus e uma parte do Noroeste de Minas. Por que a existência daquela secretaria? Porque, quando existe um forte desequilíbrio regional, é necessário que haja um órgão voltado para esse desenvolvimento. Isso foi praticado nos Estados Unidos, ainda na época do Tenessi e, posteriormente, do Mississippi. Criaram-se as agências de desenvolvimento regional, que possuíam uma atividade autônoma dentro do próprio governo, voltadas para o desenvolvimento para combater o desequilíbrio regional. Com isso, diminuiu-se a dependência dessas regiões com o restante do país. Isso ocorreu no caso americano e é o que se pretende em Minas Gerais, com o desenvolvimento, como um todo, do Norte, do Noroeste e do Nordeste de Minas, dessa vasta região.

Portanto, é preciso alguém que tenha uma atuação dentro do governo voltada para a ação com a Secretaria de Educação, a Secretaria de Desenvolvimento, a Secretaria de Saúde e as demais secretarias para sempre chamar a atenção a fim de colocarem também os elementos voltados para o desenvolvimento daquela região. É claro que precisa ter uma representação forte; não pode ser um subsecretário, tem de ser um secretário no nível dos outros para cumprir essa função interna, mas também alguém para participar

dos fóruns nacionais e até internacionais em busca de recursos. Ele tem de ser voltado para isto, pensar nisto: vetores de desenvolvimento para essa região.

Portanto, chamo a atenção porque esse papel é necessário. Se vai ser uma secretaria, uma agência... Acho que deveria ser uma secretaria, até porque o custo é muito baixo. Mas, se não for, o importante é que exista um órgão no mesmo patamar de uma secretaria. Não pode ser alguém subalterno para falar em nome da região, para tratar dos interesses da região; tem de ser alguém capaz de falar tanto no nível interno, em igualdade com os secretários, como no nível externo, alguém com autoridade para representar a região no conselho da Sudene e nos ministérios, para buscar recursos e elementos para construir as políticas públicas de combate às desigualdades regionais, que são tão ligadas às desigualdades sociais.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Deputado Virgílio, quero cumprimentar V. Exa. por trazer essa questão tão importante do Ipsemg para todos nós aqui, no Plenário, para discussão nesta Casa.

V. Exa. tem razão quanto à questão do Ipsemg. É uma vergonha o que está acontecendo nesse órgão; é um calote duplo. Primeiro, o servidor público paga com seu dinheiro suado, retira da sua folha de pagamento um valor para que tenha proteção à saúde pelo Ipsemg, mas ele não a tem, porque hoje as filas são intermináveis, a dificuldade é grande demais. O cara descobre que está com câncer, mas, até ele conseguir ser operado para a retirada do tumor, já morreu. Infelizmente é essa a realidade.

Estou falando dos nossos professores. Sou de família de professoras, servidoras públicas, pessoas que a vida inteira dependeram do Ipsemg e sempre receberam um bom atendimento no instituto. Era referência. Conheço casos de pessoas que tinham um plano de saúde privado e o Ipsemg, mas escolhiam o instituto pela excelência de seus profissionais, que são referência em Minas Gerais.

Esses servidores públicos estão levando o cano, porque sofrem desconto na folha de pagamento, mas, na hora que precisam do serviço, o Ipsemg não está à disposição. E por que o serviço não está à disposição? Porque o Ipsemg toma o segundo cano. Não é repassado ao órgão o que é de direito dele. Então, para se administrar o Ipsemg hoje é preciso fazer mágica, porque não há dinheiro, o Ipsemg não recebe o repasse.

O governo do Estado precisa tratar isso com a seriedade que tem. Não é escangalhando o Ipsemg ou fingindo que ele não tem importância que isso vai ser resolvido. O Ipsemg é importante, é um direito do servidor público. O nosso professor, o nosso funcionário público têm direito ao tratamento do Ipsemg, porque ele paga e, historicamente, fez esse pagamento.

Deputado, parabéns por trazer esse tema e conte com a minha solidariedade nessa luta. Não vamos permitir que escangalhem e acabem com o Ipsemg.

O deputado Virgílio Guimarães* – Muito obrigado, deputado João Vítor Xavier.

Para encerrar, vejo aqui o deputado Arlen Santiago e tenho certeza de que falo em seu nome e também em nome de toda a bancada do Norte de Minas. Eles fazem questão de ter um secretário, nada menos do que isso, até porque a secretaria é muito leve. No passado, para grandes temas, já houve até um secretário sem pasta. Ele não tinha a secretaria, mas tinha autoridade política, falava com os demais secretários. Já houve ministro sem pasta que fazia parte do conselho de ministros e o representava fora.

Então, faço questão de que exista um secretário no Norte de Minas para fazer, em igualdade de condições, esse trabalho tão importante. Não podemos abdicar, de jeito algum, dos avanços obtidos; não podemos abrir mão de um secretário que vai ter esse órgão executivo, que é o Idene, que tem respondido de maneira tão positiva. É o secretário que faz a grande política, não é o braço executivo; é o secretário que vai traçar planos de desenvolvimento, negociar fora e também no interior do Estado.

Vejo que o meu tempo está curto, quase encerrando, mas tenho outras sugestões no mesmo sentido. Por exemplo, voltando um pouco para a questão do Norte, acho que a gestão do imobiliário do Estado deveria merecer um cuidado maior na reforma, na questão da legalização dos imóveis rurais tão importantes. Isso é desenvolvimento econômico. No meio urbano também. Tudo isso

merece atenção. Até para aqueles imóveis que são alvo de negociações, parcerias e vendas deveria haver alguém especializado, um profissional focado, voltado para esse fim. Esse assunto fica para outra ocasião.

Aqui faço questão de dizer que, junto ao direito de o governo se organizar, há também o direito do Norte e do Nordeste mineiros e demais regiões atendidas de terem um secretário forte, que cuide do seu desenvolvimento para combater essa desigualdade que existe e que é também tão ligada à desigualdade social. Muito obrigado, presidente, pelos minutos que me deu, pela paciência para comigo.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

O deputado Raul Belém* – Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados; boa tarde, presidente; boa tarde, servidores da Assembleia de Minas Gerais; boa tarde, público que nos acompanha nas galerias e pela TV Assembleia.

Abordarei um assunto referente a alguns cortes que o governo do Estado tem feito, especialmente na segurança pública, o que nos tem causado grande preocupação. Cito como exemplo a Ceapa de Araguari, que é o centro de apoio às penas alternativas. A Ceapa de Araguari, deputado Virgílio Guimarães, atualmente atende por volta de 150 pessoas que estão cumprindo penas alternativas. A Ceapa de Araguari possui três funcionários públicos: uma chefe, com salário no valor de R\$3.500,00; e duas supervisoras, que recebem R\$2.500,00. Não chega a R\$10.000,00 por mês; por ano, o custo seria de R\$120.000,00. Esse é o gasto que o governo do Estado tem com a Ceapa de Araguari.

Se a gente dobrasse, daria R\$250.000,00 por ano. Mas não chega a isso de forma alguma, porque a Prefeitura de Araguari paga o aluguel, paga as despesas com o prédio, não tem carro do Estado, não tem gasolina, não tem absolutamente nada.

Então, trago aqui uma preocupação do Ministério Público de Araguari, certamente do Estado de Minas Gerais e também do Judiciário, especialmente da vara criminal da cidade de Araguari, que encaminha esses cumprimentos de penas alternativas para a Ceapa da nossa cidade.

Veja bem, conversei com o representante da Ceapa aqui, em Belo Horizonte, e ele me disse que estariam fazendo cortes na Ceapa de Araguari no valor correspondente a R\$500.000,00 por ano. Conversamos ao telefone por um tempo, e queria muito que ele me explicasse como estava chegando a esse valor. Ele não conseguiu me explicar como chegava a esse valor dos R\$500.000,00 por ano. Mesmo que fossem R\$500.000,00 por ano, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos em um momento em que o crime, as agressões dentro de casa, os problemas familiares têm aumentado muito, três vezes mais. Trata-se de alguns levantamentos de violência doméstica não só no Estado de Minas Gerais, mas no Brasil todo. Aí você tem a central de penas alternativas para que a pessoa não fique impune. Às vezes, se a pessoa não estivesse numa situação como essa, não sofreria pena alguma.

Posso dizer que, quando estive na Prefeitura de Araguari, a Ceapa, através das penas alternativas, reformou várias secretarias do município. Criamos a Secretaria de Políticas sobre Drogas em Araguari, e o prédio foi todo restaurado pela Ceapa. Estamos com um problema nas escolas estaduais, que estão caindo aos pedaços. Fiz uma reunião com as diretoras das escolas estaduais da minha cidade. Tinha ficado um compromisso do último governo do Estado de repassar uma verba anual – algo em torno de R\$25.000,00 a R\$30.000,00 – para cada escola, para que os diretores pudessem fazer as reformas, deixando a escola minimamente funcionando. Porém, isso não está acontecendo.

Na verdade, hoje o diretor não tem recurso para nada. Apesar de eles saírem batendo de porta em porta para pedir ajuda aos pais dos alunos, para pedir ajuda à prefeitura, para pedir ajuda à sociedade, eles não têm o mínimo. E os que estão cumprindo as penas alternativas podem e estão fazendo isso. Agora, a Ceapa de Araguari já está com aviso prévio assinado. Estão fechando uma unidade por causa de três servidores. E 150 pessoas, que estão penalizadas e cumprindo pena alternativa, vão ficar sem acompanhamento.

Em Araguari já existia um ajuste de conduta com o Ministério Público de que a Ceapa da cidade acompanharia mais 300 pessoas. Então, passaria para 450 pessoas acompanhadas. Isso é mão de obra para a prefeitura, mão de obra para o Estado. É uma mão de obra barata que poderemos utilizar. Sem a Ceapa, essas pessoas não cumprirão a sua pena. Elas ficarão sem o cumprimento dessas penas.

Então, são situações que estamos acompanhando de algumas economias. Por exemplo, outra economia que não tem o menor sentido: cortar 100% da verba de investimento do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Não sei se as senhoras e os senhores deputados atentaram para isso. O bombeiro para o ano de 2019, presidente, não tem um centavo para investimento. Acho que cortaram em 30% o recurso ordinário do bombeiro para o funcionamento da normalidade e 100% do investimento do bombeiro. Não há uma viatura para este ano, não há absolutamente nada para o Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros acabou de nos dar uma demonstração de eficiência no caso de Brumadinho. Ai se não fosse o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais nessa circunstância!

Vejo o seguinte: quando alguém se destaca no Estado de Minas Gerais hoje ou demonstra claramente a necessidade da força de segurança pública, cortam o recurso. É como se o episódio lembrasse o governo do Estado de que aquilo está ali e ele tem de cortar recurso – cortar recurso do bombeiro, cortar recurso da Polícia Civil, cortar recurso das escolas, assim como dos vigilantes armados, que são pouquíssimos em Minas Gerais. O governo do Estado de São Paulo anuncia a contratação de vigilantes para as escolas; e o governo de Minas, a exoneração dos vigilantes das escolas num momento em que todos estamos amedrontados. A toda hora a gente está vendo nos jornais e nas redes sociais alunos e ex-alunos que estão deixando o clima no ambiente escolar extremamente tenso. Qual é a resposta que temos do governo para isso? Que vai mandar embora os vigilantes das escolas. Em Araguari, há uma escola na qual os governos passados entenderam que era necessário vigilante. Mas vai cortar esse vigilante. Isso já foi avisado à diretora. É uma escola que está num bairro extremamente vulnerável da nossa cidade. Praticamente a diretora está pensando em não ir mais à escola. Esse é o clima que estamos vivendo em Minas Gerais.

Quero também falar sobre um concurso da Polícia Civil que vencerá agora, em agosto. Não sei se a maior parte das senhoras e dos senhores foram visitados por uma equipe que representa os aprovados nesse concurso. Gente, sabemos que temos um déficit na Polícia Civil gigantesco. A Polícia Civil consome 3% somente do orçamento do Estado de Minas Gerais. A Polícia Civil está abandonada, está sucateada. Aqui nós temos deputados representantes da Polícia Civil que não nos deixam mentir, que sabem da veracidade dessa situação no Estado de Minas Gerais. O prazo de convocação desse concurso vencerá em agosto. Acho que faltam em torno de quinhentos investigadores para serem chamados. Não podemos permitir, de maneira alguma, que eles deixem de ser chamados. Em Araguari, deputado Virgílio, deve fazer uns 15 anos que não há convocação de um desses investigadores. Então, é uma situação extremamente complicada que estamos vivendo. Quero aqui compartilhar com os senhores e as senhoras essa situação de angústia e de aflição que estamos vivendo.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Nobre deputado Raul Belém, eu prestava atenção no seu discurso, nas quatro partes que o compuseram: a questão prisional; depois, a questão dos vigilantes; e, depois, a questão da Polícia Civil. São todas questões ligadas a determinado assunto. Você abordou também as demais questões que traz de lá.

E me impressionou muito a sua maneira. O deputado é um jovem político que ganhamos de presente de Araguari, que fez estágio lá na prefeitura e tem a sabedoria herdada de muitas décadas, que trouxe da família. Portanto, eu o vejo como uma pessoa que faz um discurso firme, mas fundamentado, mostrando todo o conhecimento que tem, falando da sua região sem regionalismo, sem posição regionalista, querendo só para si, mas usando o conhecimento que tem para mostrar as vulnerabilidades que existem no Estado como um todo. Isso me impressionou muito. Fez um discurso chamando a atenção do governo, mas não é um discurso de oposição, um discurso para jogar o governo em uma situação difícil, pelo contrário, é fundamentado. Por exemplo, falou que o investimento no Corpo de Bombeiros poupa recurso, pois, com mais equipamento, mais modernidade, pode-se trabalhar com menos gente, e a prestação de serviço pode ser melhor com um corpo mais bem formado.

Em relação à questão prisional, também mostrou como isso pode gerar economia no futuro, porque vai permitir que façam curso, façam trabalhos fora, ou seja, são caminhos para redução de pena. Isso é bom para a prefeitura em virtude da mão de obra. Além disso, é bom para o preso e ótimo para o Estado. Gostei muito da sua abordagem, muito mesmo. Meu aparte é para dizer que fez uma abordagem regional com caráter geral, pois chama a atenção para as coisas do Estado, trazendo, principalmente, sua experiência e seu bom senso para esta Casa. Muito obrigado pela abordagem que fez de temas tão importantes.

O deputado Raul Belém* – Muito obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Agradeço a V. Exa. a intervenção e também quero dizer que me sinto muito honrado em participar deste Parlamento na sua presença e poder sempre utilizar da sua experiência. Esses dias, olhava na composição dos deputados constituintes uma medalha que recebi em nome do meu pai e vi lá o nome de V. Exa.

O deputado Virgílio Guimarães* – Foi um grande companheiro, o nosso velho e saudoso Raul Belém.

O deputado Raul Belém* – Portanto, eu me sinto extremamente honrado em ter esta benção de Deus, que é caminhar na vida pública, o que gostamos muito de fazer e fazemos por amor a Minas Gerais, ao lado de V. Exa., esse político tão experiente e que está sempre aqui de braços e coração abertos para ajudar os deputados e o povo de Minas Gerais.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)* – Sei que V. Exa. fez referência ao sucateamento da Polícia Civil. Ficamos praticamente quatro anos sem receber aumento efetivo, mas não é só isso. Hoje, 70 comarcas no Estado de Minas Gerais não têm delegado de polícia. Há um concurso em aberto, com 183 delegados, o que daria muito bem para suprir essa lacuna. Há também um concurso de investigadores para suprir várias localidades do Estado. Ouço muito, Sr. Presidente, falar que é preciso aumentar o efetivo da Polícia Militar. Sim, somos favoráveis a isso, mas precisamos também colocar policiais civis em todo o Estado de Minas Gerais, em todas as cidades, como é com a Polícia Militar. Quando a Polícia Militar faz uma ocorrência, quem tem de receber e dar sequência é a Polícia Civil.

Costumo dizer que ninguém procura polícia antes de ser prejudicado. Ninguém quer que o cidadão vá preso, mas quer que ele vá preso depois de ter roubado ou maltratado seu familiar ou cometido um delito. Então V. Exa. tem toda a cobertura, tem meu apoio.

Tenho buscado sempre isso na tribuna, Sr. Presidente, para ajudar a instituição policial, o que nada mais é que ajudar o Estado de Minas Gerais.

O deputado Raul Belém* – Muito obrigado, deputado Delegado Heli Grilo, grande delegado. Caminharei nesta Casa sob sua batuta para ajudar a Polícia Civil de Minas Gerais.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Fui delegado na sua cidade durante um ano e dois meses.

O deputado Raul Belém* – O senhor é um grande delegado que temos em Minas Gerais. Vou caminhar sob sua batuta para ajudar a Polícia Civil de Minas Gerais e, conseqüentemente, os mineiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Boa tarde, presidente! Boa tarde, colegas deputadas e colegas deputados. Cumprimento o público que nos acompanha pela TV Assembleia; os funcionários da Assembleia; as pessoas que acompanham os trabalhos parlamentares aqui da galeria.

O que me motivou a fazer a inscrição e me dirigir a esta tribuna foram duas questões. Amanhã, dia 22 de março, o Brasil inteiro se mobilizará num processo fundamental para discutir e para aglutinar forças para impedir que uma reforma da Previdência, que é a PEC nº 6, presidente, proposta pelo governo federal, siga o seu curso e ataque a população brasileira no seu direito de se aposentar. A aposentadoria hoje é um direito. Já subi a esta tribuna para dizer da tentativa de transformá-la em mercadoria, ao colocar a capitalização individual, ao desconstitucionalizar, ao retirar da Constituição as regras inerentes ao processo de aposentadoria. A desconstitucionalização é absurda, dentre outras coisas, porque tem o propósito de continuar piorando as condições, o direito e o

acesso à aposentadoria por outros mecanismos: por lei ordinária, por lei complementar, por decreto, por medida provisória. A Constituição é a garantia de direitos, uma situação mais robusta, mas difícil de ser alterada. É exatamente por isso, Professor Cleiton, que hoje o governo Bolsonaro tenta retirar da Constituição a Previdência com as suas regras.

Pertencemos a uma das categorias que estão na mira de ataque da reforma da Previdência. Os professores, se essa reforma for aprovada, trabalharemos, no mínimo, 10 anos a mais. Mas essa conta é feita agora, com esse texto, porque, ao se retirarem da Constituição as regras previdenciárias, depois outras regras, dificultando ainda mais a vida do trabalhador, poderão ser aprovadas. Também na reforma permanece aquilo que o governo ilegítimo do Michel Temer já apresentava, que era a ideia de aumentar o tempo de contribuição e de idade para se aposentar à medida que as pessoas vivem mais. Viver mais deveria ser algo bom, mas se torna um castigo porque você terá de trabalhar mais para o direito a sua aposentadoria.

Então, para amanhã, dia 22, as centrais sindicais convocaram em todo o País mobilizações. Várias categorias profissionais paralisam as suas atividades, entre elas os trabalhadores em educação da rede estadual, cuja pauta da paralisação de amanhã, entre várias, é a luta contra a reforma da Previdência. Aqui, em Belo Horizonte, às 17 horas, vamos nos encontrar na Praça Sete, mas, a partir das 14 horas, os trabalhadores da educação se encontrarão aqui, na parte interna da Assembleia Legislativa, reunidos em assembleia, nessa luta contra a reforma da Previdência, contra a aprovação da PEC nº 6, apresentada pelo governo Bolsonaro.

Então, queria, primeiramente, trazer essa notícia de luta de tantas categorias profissionais, entre elas a de que faço parte, que é a da educação.

Chamo a atenção porque em fevereiro estive aqui nesta tribuna dizendo o que agora vou perguntar. O governo Zema não vai conversar com a educação, não? Solicitamos reuniões, pedidos de discussões desde o mês de janeiro. Estamos finalizando o mês de março sem que o governo Zema tenha marcado sequer uma única reunião de negociação para ouvir as demandas de uma categoria que representa 70% do funcionalismo, para saber quais são suas pautas, para saber qual é a dinâmica de negociação que se pretende estabelecer. Absolutamente nenhuma reunião foi agendada, seja com o governador, seja com o secretariado, seja com o secretário de Governo, seja com o secretário de Planejamento e Gestão, seja com a secretária de Estado de Educação. O que estamos vivendo são surpresas periódicas com decretos, resoluções que discutem a vida da escola sem que ela esteja sendo ouvida – nem os seus profissionais, através do seu sindicato; nem a gestão da escola, através dos seus diretores; nem a comunidade onde aquele ato vai impactar.

A Comissão de Educação tem recebido várias demandas sobre a decisão do governo de fechar uma escola para ceder o prédio a outro órgão. Barbacena é um exemplo disso; Leopoldina é outro exemplo. A gente começa a receber então essa ideia de que, iniciado o ano letivo, o governo começa a querer fechar escola – não turma –, para ceder o prédio para que outra instituição ali possa trabalhar. Nós fomos surpreendidos ontem com a publicação das regras da educação de tempo integral. Num primeiro momento, ao analisá-las, vimos que violam o Plano Estadual da Educação, diminuem o atendimento da escola de tempo integral. Nós não sabemos que critérios foram utilizados para organizar a escola de tempo integral; nós não sabemos os critérios da diminuição das turmas, da diminuição do atendimento e da definição do lugar onde essas turmas funcionarão. Não conseguimos sequer compreender a lógica, porque não existe nenhum processo de negociação, de diálogo ou de discussão.

Estou chamando a atenção, gente, porque depois, quando estourar uma grave, os radicais serão os profissionais da educação, que chegaram no seu limite em relação às suas condições de trabalho. Existe uma Constituição do Estado, e nós lutamos muito para que ela contemplasse o direito ao piso salarial profissional nacional. Existe um reajuste do piso que é deste governo, e a gente não escuta absolutamente nenhum debate, nenhuma discussão. Ignorar o direito das pessoas não é uma forma de resolver os problemas. Aí, quando a categoria se organiza, começam a chegar a nós adjetivos, mas, quando a gente alerta sobre a luta, sobre a necessidade... Eu vim aqui em fevereiro para dizer o que estou dizendo: o governo Zema não conversou, não marcou reunião, não há nenhum processo ou metodologia de diálogo ou negociação. Estou voltando no final de março para dizer exatamente a mesma coisa:

não negociou, não marcou reunião, não se reuniu. A gente consegue saber das coisas pela imprensa, pelo Twitter ou pelo Facebook. Essa é a forma atual de gestão. Existem alterações, propostas na reforma administrativa, e antes de criticá-las era interessante compreendê-las, no que concerne à estrutura da Secretaria de Estado de Educação. E, até o momento, permanecemos somente pedindo, reivindicando e denunciando a ausência de negociação e de um processo efetivo de diálogo com a categoria da educação. Deputada Andréia.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte)* – Deputada Beatriz, obrigada pelo espaço. Compartilho com a senhora esse desafio que é a educação ser uma prioridade nos governos. Ainda temos de considerar o grande desafio da educação especial, da educação indígena. Ontem, em audiência, pudemos ouvir, inclusive do Ministério Público, que ainda é um desafio atender à Aldeia Naô Xohã, que fica entre Bicas e Brumadinho. É uma aldeia em que os indígenas hoje precisam viajar até Belo Horizonte para conseguir fazer com que os filhos acompanhem a educação, sendo que é lei, é um direito do indígena ter educação dentro da aldeia, com professores que sejam também indígenas, e que toda a tradição seja mantida. Há um grande desafio ainda em relação às escolas indígenas que já funcionam.

Tivemos uma reunião nesta semana na Secretaria de Educação, e a secretária inclusive justificou o fato de quase três mil alunos de escolas indígenas ainda não terem começado o ano letivo por falhas no sistema. Na verdade, estamos dizendo que esse modelo de educação não é prioridade; não é prioridade a educação quilombola, a educação indígena, que demanda inclusive reconhecimento por parte do Estado, porque não dá para ter o mesmo modelo padrão das escolas urbanas ou rurais. Nós estamos falando de um compromisso histórico, de uma dívida histórica com esses povos. E, para a manutenção da tradição, de todo o conhecimento, a educação específica precisa ser mantida. E aí existe um grande desafio para manter esse modelo em âmbito nacional. Sabemos que a União hoje também já extinguiu inclusive a secretaria que poderia garantir não só a educação especial como a EJA, que está sendo questionada. São modelos que não só mantêm a tradição, mas são uma reparação ao racismo praticado no Brasil. Obrigada.

A deputada Beatriz Cerqueira* – É exatamente isso, Andréia. A educação indígena ainda não começou. Estamos no final de março, e os professores de educação indígena não foram contratados, os alunos não iniciaram o ano letivo. A perspectiva de encaminhamentos da Secretaria de Estado de Educação contraria a resolução nacional sobre a educação indígena no nosso país. De fato, não há canais que possam discutir a situação, que sequer deveria ser trazida a esta tribuna. Estamos no final de março e, ainda assim, há grupos sociais sem aulas, há lugares nos quais as aulas não iniciaram. Eu perguntava isso em fevereiro.

Hoje 60% da nossa categoria ainda estão com vínculos precários, que são as designações. Não vai acontecer a retomada das nomeações? Estamos com dois editais de concurso público em vigor. O direito à nomeação é fundamental, são cargos vagos. A nomeação possibilita a continuidade do projeto político-pedagógico na escola, possibilita o acesso à carreira, retira aquele servidor da condição de trabalhador precário, que hoje está aqui e amanhã pode não estar. Essas situações precisam ser resolvidas.

Ninguém fala sobre nomeações na rede estadual de educação, que tem, se não me engano, o maior número de trabalhadores em condições precárias, o maior número de contratações precárias. Isso acontece mesmo depois de termos conquistado, no último período, 60 mil nomeações. Mesmo após as 60 mil nomeações, 60% da categoria ainda estão com vínculo precário. Essas são as respostas de que precisamos.

As nomeações são importantes, presidente, porque elas fortalecem a Previdência própria. Eu disse isso ontem, na audiência, e vou me inscrever para falar em outra oportunidade, porque eu também queria debater a reforma administrativa, e não será possível. Não se pode discutir o Estado apenas pela lógica da austeridade, porque a austeridade chega para o povo. A austeridade retira políticas públicas da população. Precisamos discutir o Estado por outro prisma.

Como é que se fortalece a Previdência pública? Fortalece-se a Previdência pública com servidores efetivos e com respeito ao dinheiro que lá está. Em outros momentos, o recurso foi retirado de lá, e o fortalecimento da Previdência pública passa por

nomeação. Todos nós aqui temos profissionais da educação nas nossas regiões, nas nossas bases eleitorais. Portanto, esse debate sobre a educação precisa ser trabalhado pelo conjunto dos deputados.

Não temos respostas sobre nomeações. Não temos respostas sobre o piso salarial profissional nacional. Não temos respostas sobre programas importantes, como o da educação de tempo integral. Está equivocada a forma como a Secretaria de Estado de Educação está encaminhando essa questão. Não temos resposta sobre a educação em um setor importante, que é a educação indígena. Não há processo de negociação.

Professor Cleiton, pertencemos à mesma categoria, e o senhor sabe que, quando apresentamos uma pauta, não é só uma pauta relativa à questão salarial. A questão salarial é fundamental, mas apresentamos uma pauta com diversos temas: educação de qualidade, vínculo funcional, democratização da gestão, Ipsemg, questões relacionadas a concurso público, questões das Superintendências Regionais de Ensino. Então, não podem nem dizer: “Olhe, você não pode debater isso agora porque estamos num momento de crise”. Podemos, sim, porque há inúmeras questões que não dependem da solução para a crise para ser iniciado o diálogo.

O deputado Professor Cleiton (em aparte)* – Deputada Beatriz, obrigado pelo aparte. Vou ser bem breve.

Essa falha de comunicação gera algumas angústias e algumas preocupações na categoria. Uma delas, por exemplo, é que chegou ao nosso conhecimento que há um projeto – e, aí, não sabemos se é verdade, porque não conseguimos conversar – com o objetivo de colocar diretores de escolas para gerirem de três a quatro unidades.

Nós, que somos da categoria, nós, que conhecemos a realidade de sala de aula, a realidade local das comunidades, sabemos que isso seria impossível. Mas até que ponto isso não é *fake*? Até que ponto isso não são apenas conjecturas que foram levantadas por conta dessa falha de comunicação, assim como tantos boatos que existem por aí? Obrigado.

A deputada Beatriz Cerqueira* – A ausência de negociação provoca abismos que não favorecem o processo. Concordo plenamente, e acrescento: existem escolas sem vice-diretores nomeados, por ausência do ato da nomeação.

Então há escolas grandes, importantes, que precisariam de um gestor, porque o vice-diretor compõe a gestão da escola, sem sabermos os motivos sequer da falta de nomeações. Então fica aqui o apelo.

Amanhã o Sind-UTE realizará a sua primeira assembleia estadual, com paralisação e luta contra a reforma da Previdência. Reiteradamente, virei a esta tribuna trazer as reivindicações da educação, até que se abra o efetivo processo de negociação entre o sindicato da categoria e o governo do Estado. Obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Presidente, boa tarde! Caros colegas deputados e deputadas presentes, servidores desta Casa, público que nos acompanha e telespectadores da TV Assembleia, boa tarde!

Sr. Presidente, fico muito feliz de ver deputados que me antecederam, como o companheiro Raul Belém e a deputada Beatriz, trazendo temas para debatermos nesta Casa que dizem respeito à nossa sociedade. Acho que é isso que a sociedade espera de nós. Quando alguém liga a TV Assembleia, espera que os deputados tragam temas de interesse público para serem debatidos aqui. Parabéns aos deputados que me antecederam.

Presidente, eu também trago um tema, que julgo ser de interesse público, de interesse da sociedade, para dialogarmos. Amanhã, deputado Virgílio, 22 de março, é o Dia Mundial da Água, que é comemorado desde 1992. A água é, sem sombra de dúvida, o elemento mais importante à vida. O nosso corpo é constituído por volta de 70%, 75% de água. Quando nascemos, o corpo de um recém-nascido é constituído por 85% de água ou algo em torno disso. Precisamos por dia, em média, de 100 litros de água. Seria correto que cada um tivesse 100 litros de água por dia. Ainda assim, há por volta de um bilhão pessoas no mundo que não têm acesso adequado à água, têm de andar mais de 1km para conseguir água e não têm acesso sequer a 20 litros de água por dia.

A água é um dos principais fatores de condução de doenças infectocontagiosas, que matam muitas das nossas crianças, em Minas Gerais, no Brasil e no mundo. Nos últimos anos, estamos vendo a mortalidade infantil aumentar a cada dia no Brasil. Gastamos, em média, 10 litros de água para fazer uma folha desta. Gastamos, em média, 10.000 litros de água para produzir 1 kg de arroz, e de 10.000 a 12.000 litros para produzir 1 kg de carne. Ou seja, sem sombra de dúvida, deputada Beatriz, a água é um dos elementos mais importantes para a nossa vida, senão o mais importante. Se o planeta amanhecer sem água, em 40 dias não haverá mais vida. Então esse tema é importantíssimo. Amanhã, que é o Dia Mundial da Água, que a gente tenha lutas efetivas para defender esse elemento.

Ainda assim, nos dias de hoje, a água é usada como fonte de lucro. Vemos a maneira irracional como a mineração usa a água, vejam o que aconteceu em Brumadinho, Mariana e em várias outras localidades. Há, por exemplo, um projeto de construção de um mineroduto para se carregar minério de ferro do Rio Jequitinhonha, de uma região do semiárido mineiro, deputado Virgílio.

Acho que essa prática de mineroduto, assim como a de barragens de contenção de rejeitos, deveria ser abolida. Numa região que sofre principalmente com a falta de água, não se pode carregar minério pela água. Isso não é humano, isso é injusto. Já pensou as pessoas do Alto do Rio Pardo, do Alto do Jequitinhonha verem o mineroduto adentrar suas pequenas propriedades, saberem que ali há água carregando o minério de ferro, as nossas riquezas, enquanto elas não têm água para o sustento humano, que é a principal prioridade da água. Depois vêm as outras cadeias; primeiramente está o sustento humano.

Em nosso estado, no País, no mundo, há pessoas sem acesso à água. Falo isso como conhecedor de causa. No Jequitinhonha, no Mucuri, no semiárido, não falamos muito em seca. Crescemos aprendendo a conviver com a falta de água e a desenvolver políticas sociais, cisternas de captação de água da chuva, barraginhas, muito desenvolvidas na região de Turmalina, Minas Novas. É uma tecnologia muito desenvolvida ali. Aprendemos a conviver com a falta de água. Dizer que lá chove pouco não é tão verdade assim. Lá chove muito, mas a chuva é concentrada em um espaço de tempo muito curto. Assim, não há política pública que pare essa água, que segure essa água para que ela sirva de maneira verdadeira ao nosso povo.

Crescemos ouvindo demagogias, vendo caminhões de cano, vendo poços artesianos sendo perfurados, o que é um crime. Costumo dizer e repito: poço artesiano é um crime que, às vezes, é necessário. Temos um projeto de lei que prevê a criação de uma política, a fim de que, uma vez construído um poço artesiano, sejam construídas ao lado barraginhas de contenção de água para alimentar o lençol freático, caso contrário, daqui a pouco, nosso território vai virar um verdadeiro queijo suíço. Aliás, pergunto aos senhores deputados e deputadas se alguém sabe quantos poços artesianos há em Minas Gerais. Há três anos estou tentando descobrir, mas, até hoje, ninguém me respondeu. Quantos foram perfurados de maneira legal? Com certeza, há muitos perfurados de maneira ilegal.

Hoje estive em meu gabinete o prefeito de Berilo. Há três anos, foi entregue a ele um sistema de quatro poços artesianos. Há três anos! Até hoje, nenhum está ligado. Nenhum leva água ao povo, ou seja, é um crime que, ainda que necessário, não tem servido para levar a água aonde deveria levar. Sabem por que ainda não colocaram água? Porque não há energia elétrica. A Cemig ainda não colocou energia elétrica. Fura-se o poço artesiano sem saber se leva a água ou não, entrega-se o cano para as pessoas, faz-se toda uma politicagem por conta disso, e o que acontece? Ando por este estado, deputado, ando pelo Vale do Jequitinhonha, mostro os vídeos de poços artesianos aos montes. Há poços artesianos abertos há 7 anos, há 10 anos, deputado Cleitinho, e não tem água para o povo.

Eu já abri cano de poço artesiano, e há barulho de água. Entretanto, não tem água para o povo, porque não há energia para levar água para o povo.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Muito oportuno o seu pronunciamento, deputado Jean! Eu queria lembrar que existem recursos federais já liberados, mas estão parados no Idene, na Copasa e têm prazos de vencimento pré-fixados. Não vou discutir aqui o atual governo, mas seria oportuno que ele pudesse executar esses contratos existentes, executar essas obras de captação

de água, de conservação de água, de perfuração de poços, de construção de barraginhas na região abrangida pelo Idene, que pega o Norte e o Nordeste de Minas, pega a região do Jequitinhonha.

Aproveito para lembrar ao nosso secretário de Desenvolvimento Econômico que hoje a Sedonor está vinculada a ele como uma das suas subsecretarias. E, na linha do seu pronunciamento, faz pena ver poços furados, faltando apenas arrematá-los, e faz pena ver um momento de tanta falta de recursos. Há recursos liberados e depositados desde o governo federal passado, mas que, por questões outras, não foram executados. Mas ainda podem ser executados no atual governo.

Então louvo a lembrança de V. Exa. sobre a água. Coloquei uma questão prática, mas lembrando, neste dia, Dia da Água – o planeta Terra poderia ser o planeta água -, que temos que preservar a água, fazer tudo pela água, porque viemos da água. E temos que não só homenagear a água, mas ter uma atitude de conservação e de preservação da qualidade dos nossos rios e das nossas águas. Obrigado pelo aparte.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado, deputado Virgílio, que é conhecedor também da região Norte.

Vou citar outras questões, entre elas Chapada do Norte, uma cidade que sempre cito aqui nas minhas falas; uma cidade com 92% da população negra, aonde não chega asfalto e não chega água; onde há o Rio Capivari, em que, na maior parte do ano, não desce uma gota d'água. Mas, se você subir o Rio Capivari, o seu leito seco, vai achar barragens com muita água para abastecer as plantações de eucalipto. Você vai achar barragens à vontade.

Há a comunidade de Lelivéldia, aonde hoje chega asfalto. É uma região que produz muitos abacaxis, na cidade de Berilo. De Lelivéldia o povo enxerga a Represa de Irapé, que foi construída com a promessa de levar progresso, desenvolvimento para a região, e isso não aconteceu. Agora o povo de Lelivéldia, que fica a 10km ou menos da Represa de Irapé, não tem água, vive sem água durante muitos dias do ano. Durante um bom período, eles foram obrigados a viver vendo os caminhões-pipa passar molhando a estrada de terra, enquanto eles não tinham água.

Há a Represa de Setúbal, que foi construída no Vale do Jequitinhonha, na cidade de Jenipapo de Minas. Retiraram as pessoas das margens do riacho, onde havia água, e as colocaram na agrovila, onde agora elas vivem sem água. Eles enxergam a represa, e não chega água até eles. E, quando chega, não é de qualidade.

Então eu convidaria vocês, companheiros, para que pegássemos essa questão juntos. Independentemente de sigla partidária, creio que a questão da água une todos nós, deputados. Independentemente de governo, a questão da água une nós todos. Vocês veem que não estou aqui mencionando governo “a”, “b”, “c”. Estou relatando outras situações aqui.

Há mais de um ano, dois anos, se não me engano, tentaram furar um poço artesiano na cidade de Itinga, e, ao perfurá-lo, em vez de sair água, saiu gás. Os animais que chegavam ali próximo morriam. E faz dois anos que estou tentando descobrir que gás é esse que sai lá, perguntando a um órgão e outro, para irem lá fazer pesquisa, e ninguém me fala nada.

Ou seja, vamos tratar a água com seriedade, não como fonte de lucro, porque é assim que ela vem sendo tratada no mundo, no Brasil, em Minas Gerais. Não podemos deixar isso acontecer. Vamos fortalecer os comitês de bacia, que fazem um trabalho sério. Conheço gente lá de toda sigla partidária, que faz um trabalho sério. E quando o tema é água, eles se juntam e defendem. Quero aqui deixar um grande abraço a todos os companheiros presidentes de comitês de bacia.

Há mais de dois anos estou com um projeto de lei nesta Casa para transformar o Rio Santo Antônio em área de preservação permanente, a fim de tentar dar uma resposta ao que aconteceu com o Rio Doce, que mataram. E agora mataram o Rio Paraopeba.

Estou tentando, há dois anos, fazer com que esse projeto ande. E pelas informações que obtive, algumas instituições interessadas do mundo do dinheiro já pediram para esse projeto não andar. Já pediram para um ou outro companheiro pedir vista desse projeto. Por quê? Salvando o Rio Santo Antônio, transformando-o em preservação permanente, vamos salvar 80% a 85% das espécies que tínhamos no Rio Doce.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte)* – Deputado Doutor Jean, só para reforçar aqui, esse é o maior e o mais valioso bem que nós temos. Você estava falando da questão do mineroduto, e quero registrar que já apresentei um projeto de lei na Casa que trata exatamente desse fluxo da água que perdemos em função do minério – água potável, água boa para plantação, para uso doméstico, para uso humano, que vai sendo desperdiçada pelo mineroduto sem nenhum compromisso de contrapartida real para o Estado, especialmente para as cidades das quais elas são retiradas. Então, só quero reforçar, e espero que, em breve, aqui na Casa, possamos nos debruçar sobre esse projeto e tratar isso como uma questão de vida, uma questão importante. A mineração, como você bem discorreu, não trata a água com essa seriedade que precisamos tratar, e cabe a nós, aqui no Parlamento, fazer essa discussão e forçar uma legislação que preserve essa água tão importante para todos nós.

O deputado Doutor Jean Freire* – Muito obrigado, deputada. Para terminar, presidente, gostaria de citar mais um exemplo somente, o Rio Salinas. Permita-se apenas fazer essa fala.

O Rio Salinas, que abastece a cidade de Salinas, foi morto. E morto, em muito, pelo poder público, porque é quem deveria tratar a água, pela Copasa, pela Copanorte. E a comunidade de lá, com o frei Pedro, que está fazendo um trabalho bellissimo, instaurou uma CPI na cidade, produzindo um trabalho bellissimo nessa causa.

Sr. Presidente, muito obrigado. E que fique esta mensagem: que amanhã todos nós possamos, em nossas redes sociais, efetivamente... Amanhã, eu estarei, se Deus quiser, às margens do Rio Jequitinhonha, fazendo, com os companheiros do Fórum do Vale, uma manifestação em defesa das nossas águas, águas para a vida, e não para a morte.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pelas galerias da Assembleia e pela TV Assembleia, hoje venho trazer uma notícia muito importante. Tivemos fortes embates durante o governo do PT, na gestão do PT. Deputado Osvaldo Lopes, deputada Laura, deputado Cleitinho Azevedo – nossos colegas que estão iniciando o mandato –, assim que começou o governo do PT aqui, eu me posicionei como deputado da oposição de forma muito honrada. Fui muito feliz por ter passado quatro anos na oposição ao governo do PT em Minas Gerais, especialmente na figura da sua liderança maior à época, o ex-governador Fernando Pimentel. Passamos a travar inúmeros debates com o governo; a base do governo se defendia e defendia o governo, e nós fazíamos oposição, uma oposição séria, objetiva e sempre apontando fatos. Deputado Osvaldo Lopes, é bom que V. Exa. e os colegas deputados que estão chegando fiquem atentos a esse processo. Talvez não aconteça, até pela *performance* do atual governo, mas os embates foram endurecendo ao longo do tempo.

Sou um dos deputados desta Casa que tem um olhar diferenciado, deputado Antonio Carlos Arantes, que compôs a oposição comigo; sempre fui um deputado diferenciado em ter um olhar atento para dentro da Assembleia: sempre li todos os exemplares do *Assembleia Informa*, sempre acompanhei a página da Assembleia. E, naquele momento, deputado Osvaldo Lopes, percebi claramente que a comunicação institucional da Assembleia começou a ter um posicionamento pró-governo. Aquilo foi me incomodando, e, por diversas vezes, conversei com as jornalistas que assessoravam o nosso bloco e disse: está havendo uma posição da assessoria institucional de comunicação da Assembleia – que é um Poder independente e deveria ter uma postura independente – pró-governo. Porque nós, da oposição, somos 21 deputados; a base do governo é composta por 56 deputados, portanto é uma maioria esmagadora e poderia aprovar tudo aqui. Passou o rolo compressor todas as vezes que precisou, obviamente, muitas delas, com a contribuição que a gente dava, como deputados da oposição, porque é assim que o Parlamento funciona.

Vim à tribuna desta Casa, especialmente naquele microfone, por duas vezes, e cobre uma posição do diretor de comunicação e fiz um apelo ao deputado Adalclever, presidente da Casa, para que chamasse a direção da comunicação, porque eu estava percebendo claramente que – a minha primeira formação acadêmica é em comunicação social – os tipos de matéria, a roupagem dada às falas da oposição, aquilo que a oposição cobrava era sempre amenizado para o governo, e o Poder não poderia fazer aquilo, afinal de contas, estamos em outro Poder, exatamente o Poder que tem o dever constitucional de fiscalizar.

Em face da minha postura – sempre tive uma postura mais contundente nas minhas falas, porque é da minha personalidade, meu jeito de ser –, surgiram nos bastidores um punhado de fofocas e de cochichos, que foram parar no sindicato dos jornalistas, até então presidido pelo Sr. Kerison Arnóbio Lopes Santos, que andou colocando, inclusive, o seu nome de Kerison Lula Lopes. Ai deu para perceber claramente qual era a posição do presidente do sindicato dos jornalistas. Chegou ao ponto, deputado Osvaldo Lopes, de esse cidadão protocolar um ofício aqui dizendo que tinha 28 denúncias de assédio moral praticado por este deputado em desfavor de profissionais da comunicação da Assembleia.

Mentiras, uma atrás da outra, eram plantadas em redes sociais. E tínhamos, à época, um comando da Polícia Militar que teve um alinhamento ideológico com o PT, em Minas, jamais visto em 244 anos de história da nossa querida instituição Polícia Militar. Sofri ataques, inclusive, do próprio Cel. André Leão, que se utilizou dessas denúncias, em vídeos apócrifos, para atacar a minha honra, a minha imagem.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que trabalhei anos e anos a fio para aprovar a Lei Complementar nº 116, que disciplinou, tipificou a conduta e prescreveu a sanção da prática do assédio moral no âmbito da administração pública do Estado. É bom que se deixe isso consignado.

Feito isso, Sr. Presidente, fui até o Poder Judiciário, porque é lá que nós, operadores do direito, vamos reclamar os nossos direitos. Fiz uma petição e entrei com ação por danos morais contra o então jornalista presidente do sindicato dos jornalistas, Kerison Lula Lopes – é assim que ele gosta de ser chamado nas redes sociais –, que esteve, inclusive, lotado na Prefeitura de Betim quando o Carlin Bracinho era prefeito daquela cidade.

A Justiça, o juizado de 1º grau condenou o jornalista a pagar R\$10.000,00 por danos morais; mas, depois de um recurso, reformaram a sentença, referendaram a condenação ao pagamento de R\$5.000,00. Porque estou vindo aqui? Porque fui duramente atacado, fui duramente criticado. Chegaram ao ponto de dizer que havia 28 denúncias. Cheguei a oficiar ao presidente desta Casa, coisa que muitos deputados e deputadas não sabem. Oficiei ao presidente Adalclever pedindo a instauração do competente processo administrativo disciplinar, porque eu queria que as então vítimas pudessem vir aqui.

Sabem porque, Cleitinho Azevedo, Dra. Laura, que também conhece isso muito bem, colega Osvaldo Lopes, o direito penal não admite ilação. Quem praticou, quando praticou, quem é a vítima, qual é o fato? Mas, fizeram um ofício genérico, pensando que o presidente da Assembleia cairia nessa estratégia. O cidadão foi condenado, e o dinheiro está sendo depositado hoje em minha conta. Foi uma indenização de R\$5.000,00, em face da ação judicial que promovi em desfavor do Sr. Kerison Lula Lopes.

Estou trazendo esse assunto porque fui duramente atacado, deputado João Leite. V. Exa. engrossou comigo a oposição nesta Casa e conhece as críticas que fiz e as farei quantas vezes for necessário, se entender que a nossa comunicação institucional está pró-governo e não pró-Poder Legislativo. Já perguntei isso ao presidente Agostinho Patrus, de quem estou cobrando. Estou acompanhando a página oficial, o Instagram da Assembleia, mas parece que aquela não é a página oficial. Parece que é tudo, menos atividade parlamentar de Plenário e comissões. Por quê? Porque é uma página oficial. Como foram realizados os trabalhos nas Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente, de Direitos Humanos, de Educação e de Segurança Pública?

Deputado João Leite, há 21 comissões temáticas permanentes e outras extraordinárias. Por que esse Instagram da Assembleia funciona conforme a vontade pessoal – pelo menos é o que parece – de quem o está operando? Laura e Osvaldo Lopes, passem a seguir o Instagram, pois parece que há uma clareza e uma tendência ideológica para que haja mais pró-matérias de um lado.

Olhem, Instagram oficial da Assembleia é oficial. Não é de partido político. Não é do PTB, do MDB, do PSDB, do Novo, do PT, do PCdoB nem de partido nenhum. É institucional da Assembleia. Sou um deputado que olha para dentro desta Casa. Sou um deputado que sai em defesa dos nossos servidores, quando é preciso, como fiz recentemente no debate sobre o projeto das barragens, quando pessoas de fora tentaram diminuir o trabalho e a competência da nossa consultoria. Fui o primeiro a bater na mesa e dizer:

“Não! Aqui nós temos servidores altamente qualificados, melhor e igual aos do próprio MP”, com os quais estavam sendo comparados. Então, há esse desprendimento de minha parte, que é absolutamente sincero e franco.

Deputado João Leite, queria registrar que, hoje, sinto-me um pouco mais de alma lavada, não pelo valor depositado em minha conta, mas, sim, porque o cidadão foi condenado a reparar o dano que causou. E continuo desafiando aqueles que, no passado, tentarem me achincalhar, que venham aqui e digam: “Olhem, Fulana, este e este são vítimas de assédio moral”. Mas que expliquem o dia, a data, a hora e apresentem as testemunhas.

Cheguei a ser filmado por um assessor do bloco de governo, deputado João Leite, nessa antessala. Vejam o absurdo a que se chegou: um assessor jornalista do bloco do governo, naquela antessala, chegou a pegar o telefone e a nos filmar. Talvez, o deputado Agostinho Patrus tenha enxergado isso com maior exatidão e disse que estava na hora de acabar com essa coisa e deixar essa antessala mais para quem realmente exerce o mandato.

Queria apenas compartilhar com os senhores e com as senhoras que não aceito isso. Todas as vezes em que o meu nome for achincalhado por quem quer que seja... Um deputado aqui foi condenado por seis anos por formação de quadrilha, e tive a coragem de ir à Mesa e pedir a cassação de seu mandato. Esse mesmo deputado indenizou-me em R\$45.000,00 por situação semelhante, por atacar a minha honra e a minha imagem. Comigo isso não passa batido. Se alguém atacar a minha honra e a minha imagem e não for num debate, de forma democrática, naquilo que deve ser feito, como vários que já travamos aqui, com PT, PSDB, MDB, PDT. Se extrapolarem, não tenho um pingão de dúvida: vou direito ao Poder Judiciário, que é o lugar para reclamar o nosso direito, conforme aprendi na faculdade de direito.

Pode demorar seis meses, um ano, dois anos, três anos; seja ele jornalista, dono de jornal, deputado, secretário, enfim, qualquer pessoa, eu não aceito, porque a nossa honra e a nossa imagem é tudo que temos. A nossa imagem, deputado João Leite, a imagem de V. Exa. aqui, há sete mandatos, é construída a duras penas, todos os dias. Então, não dá para deixá-la macular.

Na verdade, hoje faço aqui um desabafo e quero compartilhar com as senhoras e os senhores que a resposta do Judiciário foi favorável, dando-me ganho de causa e determinando ao Sr. Kerison Lula Lopes a me indenizar em R\$5.000,00. E o dinheiro está sendo depositado exatamente na data de hoje em minha conta.

Espero que, talvez, deputados Cleitinho e Osvaldo Lopes, minha experiência seja positiva para os demais colegas deputados e deputadas. Ora, não deixe a sua honra ser atacada, não deixe a sua imagem ser violada porque, depois, você tem de adentrar sua casa, você tem de olhar para os seus filhos, você tem de olhar para a sua família, você tem de encontrar os seus amigos nas suas relações sociais, você tem de encontrar os seus colegas, você tem de entrar no seu próprio gabinete, você precisa entrar e olhar para os seus assessores e assessoras.

Então, Sr. Presidente, sinto-me – eu diria – contemplado com a fala na data de hoje dizendo que passei um período muito difícil sendo atacado aqui durante o governo do PT, por todos os lados. Mas, ao final, conseguimos demonstrar com clareza a retidão dos nossos trabalhos e ainda ressurgir das urnas com 123.648 votos, sendo o segundo deputado mais votado no Estado, sem nunca ter pago meio centavo a uma liderança política, em seis disputas eleitorais, porque não é da minha praxe, não faço isso, nunca fiz e nunca farei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

A deputada Laura Serrano* – Muito obrigada, presidente. Boa tarde a todos. Venho aqui me remeter a uma notícia que foi veiculada na imprensa, na última sexta-feira. Ficamos estarecidos com o fato de, publicamente, alguns deputados colocarem que falta diálogo com o governo, condicionando, inclusive, a votação da reforma administrativa a emendas parlamentares e à indicação de cargos políticos no interior.

Venho dizer aqui que não faço parte dessa política e esse tipo de conduta não me representa. No momento em que isso é colocado na imprensa como se fosse uma condição geral, e o texto da notícia coloca isso para todos, quero deixar bem claro que não faço parte dessa política. Eu sou, sim, deputada estadual eleita, no meu primeiro mandato. Faço parte da política com muito orgulho, mas faço parte da política que quer transformação, da política que quer mudança, da política que quer atender os mineiros. Faço parte da política em que fazer o certo é muito mais importante do que dar certo.

Acho legítimo, e creio que as pessoas concordam comigo, os deputados apresentarem as prioridades das regiões, onde os recursos devem ser aplicados. Isso faz parte do processo democrático, mas, de forma alguma, isso pode condicionar a votação de um projeto que é tão importante para os mineiros. E venho dizer isso aqui porque eu não represento esse tipo de política. O que represento é a imensa parcela da população que não é beneficiada com emendas parlamentares, a imensa parcela da população que não concorda com indicações políticas para cargos regionais. Eu represento aqui a totalidade da população que paga um percentual equivalente a quase 40% dos seus rendimentos, dos seus salários, para ter um Estado que entregue serviços públicos de qualidade. E, quando vem um projeto para esta Casa, para haver um estado mais focado – focado em saúde, focado em segurança, focado em educação –, a matéria recebe esse tipo de tratamento. Ou seja, a atenção não é voltada para a matéria em si, para o conteúdo em si; a atenção é voltada para outros tipos de barganha. Isso não pode ocorrer. Jamais! O nosso foco tem que ser os mineiros. O nosso foco são as pessoas impactadas ou não pelo projeto.

Mudanças vão ocorrer, é fato, isso faz parte do processo democrático. A reforma administrativa não vai sair daqui da mesma forma como entrou. E é isso que a gente quer. A gente quer que seja uma solução conjunta: uma solução do Executivo com o Legislativo e com a população.

Mas esse tipo de conduta em que se condiciona a tramitação de um projeto tão importante para a população a emendas parlamentares, à indicação de cargos políticos no interior é inadmissível. Então, quis deixar bem clara a minha posição, porque, no momento em que sai na imprensa – e de forma corriqueira e normal, como se fosse uma coisa tranquila de ser colocada dessa forma para a sociedade mineira –, tenho de vir me posicionar e dizer que não faço parte disso. Temos sempre de lembrar que fazer o certo é mais importante que dar certo.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* – Muito obrigado pelo aparte, deputada Laura.

Concordando com sua explanação, quero deixar bem claro, em nome do Bloco Liberdade e Progresso, que lidero: somos 20 parlamentares, e posso dizer e afirmar, com toda a certeza e com toda a transparência e tranquilidade, que nenhum dos 20 parlamentares do Bloco Liberdade e Progresso condiciona aprovar ou reprovar algum projeto de interesse do governo do Estado a barganhas, a trocas ou a indicações políticas. Ainda que, de certo modo, entendamos que sejam legítimas algumas sugestões ao governo do Estado, jamais condicionamos, considerando que o governo do Estado está em situação calamitosa.

Então, a única coisa que digo e sugiro a V. Exa. é que, quando criticar, dê nome aos bois. O que estamos vivendo aqui é uma pluralidade de ideias, e, quando algum parlamentar não concorda com uma proposta do governo, não pode ser entendido como embarreiramento a uma proposta, tendo em vista algum tipo de troca. O que nós, principalmente os deputados do interior, sentimos é que devemos suprir as necessidades e ofertas de serviços públicos a todos. Belo Horizonte é a capital do Estado, a cidade onde V. Exa. mais atua, e aqui existem estruturas fantásticas, a melhor rede do Ipsemg, de atendimento à saúde do servidor público. Infelizmente, no interior nem sempre é assim. Então, nós cobramos recursos do governo do Estado para melhorar as condições das escolas, o atendimento à saúde, o transporte público na saúde, por meio de ambulâncias e vans, de transporte fora do domicílio. Enfim, são muitas as necessidades que o interior de Minas tem. Então, as emendas parlamentares, em vez de serem colocadas de uma maneira tão ruim, são meios e mecanismos que temos para resolver os problemas da população mineira.

Coloco-me e o Bloco Liberdade e Progresso à inteira disposição para votar projetos de interesse do governo do Estado, desde que melhorem a vida dos mineiros. Muito obrigado, deputada.

A deputada Laura Serrano* – Claro, deputado. Reafirmando o que eu disse, sem dúvida, um dos papéis do parlamentar é, sim, apresentar as prioridades em que os recursos públicos devem ser investidos, afinal deputados são representantes da população. O problema, como eu disse mais uma vez, é condicionar a tramitação de projetos importantes para a população a esse tipo de barganha.

Outro ponto: você disse que é importante dar nome aos bois, e faça coro a suas palavras, porque o momento é exatamente esse. Venho explicitar que não faço parte do que foi divulgado, mas é importante também que tenhamos consciência de que o papel do parlamentar é fiscalizar, cobrar, apresentar as prioridades, e não fazer obra. Muitas vezes isso acaba gerando uma visão eleitoreira em vez de uma visão de longo prazo, que é o que vai gerar, de fato, mudanças estruturais para a nossa população. As emendas, se bem utilizadas – e acredito que vários dos parlamentares que estão aqui façam isso –, geram resultados positivos para a população. Só não podemos nos valer disso para questões eleitoreiras, porque temos de pensar no longo prazo, porque é isso que mudará, de fato, a nossa realidade.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Eu penso que estamos iniciando uma legislatura em que se verificou uma das maiores trocas de deputados que já detinham mandato por novatos. Ou seja, são muitos os novatos como não havia há muitos anos. A renovação foi muito alta, e isso é muito bom. Penso também que a questão do governador Zema, a sua forma de governar, o seu jeito de enxergar e querer fazer a política é diferente de tudo o que já foi feito anteriormente. É diferente.

Então, quando V. Exa. diz que não faz parte de um colegiado que está predisposto a barganhar com o governo... Muitos aqui utilizam esse expediente para votar com o governo, e isso é feito há muito tempo, na cidade de Campo Belo, onde há uma superintendência de educação: houve um concurso, há mais de cinco anos, e quem pôde alcançar uma média se classificou para ocupar aquele cargo; assim, o governador, com a nossa aquiescência, numa lista de 10 a 12 aprovados, indica uma pessoa para ocupar aquela superintendência – mas ela foi devidamente aprovada em uma seleção.

Isso é feito no Estado inteiro. Somos parceiros do governo, estamos com o governo. As pessoas que trabalham nele tiveram a nossa aquiescência, depois da aprovação da sua aptidão, da sua capacidade. Não é simplesmente chegar e dizer: “Tenho um cargo para dar para fulano e quero que esse fulano entre no governo a qualquer custo”. Essa forma de ajudar a indicar, o Estado é muito grande... Hoje, por exemplo, permanecem nessa superintendência de educação que citei todas as indicadas pelo PT no governo passado. Não deu tempo de trocar todas as pessoas indicadas pelo governo anterior. O que a gente quer com o governo – e digo a V. Exa. que gostaria de participar – e fazer possíveis indicações de pessoas que tenham a capacidade delineada anteriormente. Quero ter com o governo essa participação.

Sobre a questão da emenda, ela é impositiva: o governo, para esse mandato, paga a imposição da lei, como ocorre no Congresso Nacional, com os deputados federais e senadores.

Para terminar, quero dizer que a gente precisa conversar mais, estar junto, dividir os problemas, porque, com um governo que não tem passado político, não tem a capacidade de se organizar junto à Assembleia politicamente – não é pelo lado errado –, haveremos de ter muitas dificuldades. Mas o caminho está aberto para o diálogo, para as intenções, compartilhando sentimentos.

Agora, quero dizer a V. Exa. que estamos num dos piores momentos da história de Minas Gerais. Se não unirmos os propósitos, o desejo de contribuir com Minas, não vamos a lugar nenhum. Eu me encontro à disposição para essa turma que quer o bem de Minas Gerais. Parabéns pela fala. Obrigado.

A deputada Laura Serrano* – Muito obrigada.

Em relação ao processo de como vai funcionar a seleção desses cargos, isso é competência do Executivo, então essa definição vai vir do Executivo. A gente sabe que hoje há um processo, que é o transformaminas.com.br. A minha opinião pessoal é que esses cargos devem ser ocupados por pessoas que tenham realmente capacidade técnica para exercê-los. Endosso a fala de que a gente precisa de união para resolver as questões de Minas e que todos têm que contribuir.

Outro ponto importante que quero colocar é que eu também estou sempre à disposição, desde que isso não fira os princípios que considero, que é representar uma política que faz diferente, uma política que pensa nos mineiros como um todo antes de pensar em critérios específicos e em bases eleitorais.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Só quero esclarecer uma coisa que incomodou; incomodou vários deputados, incomodou esta Casa e incomodou a imprensa: a fala do governador na cidade de Montes Claros, que foi muito infeliz. Claro que ele joga para cima da Assembleia Legislativa o resolver do Estado – e já foi falado por V. Exa – em relação aos cargos.

Gostaria de deixar público que todas as críticas que o deputado Alencar da Silveira está fazendo é para ajudar. Estou colocando os pontos que vejo. E, se pedi algum cargo, se tive atendido o pedido de um cargo nesse mandato, gostaria que V. Exa. subisse essa tribuna e denunciasse o deputado Alencar.

Acho que ninguém é obrigado a tratar, mas a cumprir sim. Então, de público, firmo esse compromisso com a população belo-horizontina e com a população mineira de não ter nenhum cargo nesse governo. O governo tem de melhorar em relação ao que foi no passado.

Estão na Copasa ex-funcionários de carreira que mereciam uma chance; estão na Secretaria de Fazenda funcionários que mereciam uma chance, e luto por isso. Estou apresentando várias emendas ao projeto de reforma do governo para ajudá-lo e faço uma crítica a ele porque fez uma *selfie*, ou melhor, deu um depoimento dizendo “gente, estou indo para Araxá de carro, rodei o Leste de carro” porque penso que não é por aí. O governador tem de colocar a mão na cabeça e ver que isso é muito pequeno para ele.

E o governador está usando, sim, o avião do governo. Ele foi ontem para Brasília, jantar em um restaurante com o Mattar para conversar não sei quê. O governador usou o avião do governo, que saiu de Belo Horizonte e o pegou em Araxá e foi para Brasília. Ele não precisa ficar fazendo esse faz de conta e dizendo “não estou usando”. Ora, está usando sim o avião do governo. Desde o início, ele falou que não iria usar o palácio, mas o está usando. Agora cabe ao governador falar: “Gente, eu errei: preciso sim da estrutura do palácio por causa da minha segurança”. Ou ainda: “Eu errei: preciso sim do avião do governo para trabalhar, porque não consigo usar avião de carreira”. Não adianta jogar.

O meu medo é amanhã ele dizer o seguinte: “Estamos com dificuldade, porque a Assembleia não está fazendo”. A Assembleia está aqui para fazer o que ele quiser, o que for bom para Minas. Conheço esta Casa, já estou aqui há mais de 25 anos – a minha vida pública já completa mais de 30 anos – e sei que ninguém falaria com ele, deputada: “Quero o cargo tal” ou “Eu quero esse cara aí”. Queremos ajudar a fazer um bom governo. Não jogue para a Assembleia Legislativa uma responsabilidade que é sua, governador. Se não, quando disser que está muito difícil assumir o governo depois do Pimentel, vou lhe perguntar: então, por que foi candidato? Se acha que não consegue, devolva o cargo e deixe o vice tomar conta, deixe o Anastasia, deixe voltar tudo.

É isso que eu peço, por favor.

A deputada Laura Serrano* – Presidente, para responder e concluir, gostaria de falar dois pontos importantes. Primeiro, vim aqui e não estou acusando ninguém. O que estou colocando é uma informação que foi veiculada pela mídia e apenas esclareço que não corroboro a opinião que está na mídia em relação a essa política de barganha.

Outro ponto importante diz respeito à questão do plano de recuperação fiscal, que você mencionou. Não falo pelo governo, estou respondendo pelo meu mandato, mas uma coisa é fato: não existe mágica, matemática é matemática. A questão não é condicionar repasses a municípios ao plano de recuperação fiscal. Não é isso que está sendo feito. Só existirá recurso para pagar aos municípios, se fizermos, se repassarmos o plano de recuperação fiscal. Então, na verdade, o raciocínio é inverso, acho que está acontecendo uma confusão. O plano de recuperação fiscal é importante para que a gente tenha saldo para conseguir honrar esses compromissos com os municípios.

É isso.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Cumprimento o Sr. presidente, deputado Cristiano, as Sras. deputadas, os Srs. deputados.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento e depois darei os vários apartes que me estão sendo solicitados e que, certamente, serão importantes.

Sr. Presidente, mais uma vez, queria chamar a atenção para um problema sério que estamos vivendo em nossa região.

Vejo aqui os deputados do Norte de Minas: Gil Pereira, Arlen, Tadeuzinho e a deputada Leninha. Além disso, o Virgílio, que adotou o Norte de Minas e é um de seus representantes. Estamos num fogo cruzado em relação a um fato que vai ser desencadeado a partir do dia 1º.

O governo passado – eu já disse isso e estou repetindo, sendo até redundante no meu pronunciamento –, na calada da noite, de uma forma absolutamente sem transparência, sem participação popular, sem controle social resolveu privatizar a BR-135. Só que, antes de privatizá-la, ele promoveu uma verdadeira posse dessa BR, que era de responsabilidade do governo federal, mas que, de um momento para outro, passou a ser concessionada ao governo do Estado. Achei até estranho porque a Polícia Rodoviária Federal saiu dos seus postos e estes foram tomados pela Polícia Militar. Eu disse: “Debaixo desse angu tem osso”. Passados poucos dias, surgiu aqui a notícia de que essa BR, que foi tão cara para nós e pela qual lutamos muito...

Está aí o deputado Gil Pereira; na época, o deputado Doutor Viana representava a cidade de Corinto, e o deputado Arlen Santiago também. Lutamos muito para que ela pudesse ser recuperada. Eram 300km de buraco, Virgílio. Da saída de Montes Claros até o trevão de Curvelo era um buraco só. Gastávamos 9 horas para percorrer 300km. Fizemos um trabalho bacana, fomos a Brasília várias vezes e nos reunimos nessa BR. Houve até um lance que acho engraçado. Nós levamos um caminhão de som e fizemos a interrupção dessa BR em Buenópolis. Havia um padre lá muito amigo meu que conhecia bem a região. Eu o convidei para que celebrasse uma missa em cima desse caminhão, interrompendo a BR, e lhe disse: “Padre, capriche aí! No mínimo, 2 horas terá de demorar essa missa”. Formou-se um congestionamento de 30km de um lado e de 30km do outro. E assim foi sucessivamente até que tivemos a grata satisfação de ver a BR sendo recuperada. Foi um trabalho bacana, um trabalho de primeira categoria. Todo o piso foi retirado e substituído. O povo mineiro e brasileiro investiu mais de R\$1.300.000.000,00 na recuperação da BR-135.

Depois vieram sucessivos governos que não cuidaram da manutenção, e a BR ficou precisando de reparos. Aí, chega o Sr. Fernando Pimentel, que fez a privatização da BR-135. Aliás, ele já não está mais na Bahia, Leninha. Falaram-me que ele está indo para a Espanha. A Bahia está perto demais para ele. Eles realizaram uma audiência em Montes Claros, na Amams, e não ouviram ninguém. Não houve participação alguma. Foram lá e apresentaram o programa: “É assim que vai ser. Nós vamos fazer a duplicação dessa BR até Bocaiuva; depois, do trevão até Curvelo; e será feita a segunda pista nesse outro trecho intermediário. Começaram agora as obras de recuperação da BR-135. Há máquina para um lado e para outro. Mas essas máquinas foram para a construção dos postos de pedágio; estão prontinhos. São seis postos de pedágio. Aí, veio a surpresa, o golpe fatal, a punhalada nas costas do povo norte-mineiro, quando anunciaram a cobrança de R\$7,20 por trecho.

Serão seis trechos. Serão mais de R\$43,00 para ir de Montes Claros a Belo Horizonte. Se a pessoa voltar pela BR, serão mais R\$43,00. No caso de uma carreta de seis eixos, serão R\$43,00 por posto de pedágio. Se tiver mais eixo, além dos seis eixos, serão mais R\$15,00 por eixo. Esse é o legado do Sr. Pimentel para o Norte de Minas, além de outros legados, de nefastos legados que ele deixou para a gente.

Estamos vendo agora uma mobilização muito grande. A Câmara Municipal de Montes Claros, na pessoa do presidente Marcos Nem, todos os seus vereadores, a Associação Comercial e Industrial, a Câmara de Dirigentes Logistas, a imprensa e a bancada do Norte estão tomando hoje uma iniciativa muito importante de não aceitar que venham impor goela abaixo do povo do Norte de Minas esse presente de grego, esse presente horroroso, que vai penalizar a região mais carente que nós temos em Minas Gerais.

Estamos fazendo uma apresentação. O Gil Pereira está cuidando disso. Queria cumprimentar, além da bancada do Norte de Minas, o deputado Cleitinho, que, em boa hora, solicitou a realização de uma audiência pública, que vai acontecer no dia 9 de abril, às 14h30min. Até o dia 9, Cleitinho, eles já vão roubar um bocadinho de dinheiro nosso, porque isso é roubo, é assalto. Vamos entrar com uma ação civil pública no dia de hoje – já estamos contratando os advogados – para que suspendam essa cobrança do dia 1º, até que eles possam provar e nos mostrar como se deu a constituição dessa planilha. Se vocês observarem a 381, que é toda duplicada, que tem as ambulâncias, os resgates, os telefones de 3 em 3km e um piso maravilhoso, perceberão que eles cobram R\$2,40 por posto de pedágio. Isso é na 381, para o Sul de Minas. Para o Norte de Minas, serão R\$7,40 pelos mesmos 50km.

Vou passar a palavra, num aparte breve, ao deputado Gil Pereira. Depois darei aparte ao deputado Sargento Rodrigues. Continuaremos logo em seguida com esse desabafo. Estou aqui hoje engasgado. Estou com uma dor no coração. A verdade é que ficamos até impotentes para dizer como isso aconteceu, porque não tivemos acesso a isso. Repito, debaixo desse angu existe osso. Queremos que provem como chegaram a esse valor e que o governo justifique tudo para a população. Não adianta falar do governo Zema: “Ah, não. O problema não é meu, não. Eu já encontrei a situação dessa forma.” Ora, o governo é um só. Mudam apenas as figuras do governo. Tenho certeza de que o governador Zema não deve concordar, até porque todos os caminhões dele passam por essa BR. Embora ele tenha muito dinheiro, os caminhões passam por essa BR. É importante que a gente tenha uma explicação.

O deputado Gil Pereira (em aparte)* – Quero parabenizar o deputado Carlos Pimenta por este pronunciamento e dizer que, realmente, em 2003, coincidentemente, fomos presidentes da Comissão de Transportes. Fomos, ele e eu. O deputado Arlen já estava aqui. Com o Dr. Viana, fizemos várias audiências públicas. O então ministro era o ex-presidente da Casa, Anderson Aduato. Em 2009, conseguimos a assinatura do ministro dos Transportes, que é do Amazonas. Ele conseguiu que se iniciasse esse trabalho longo e caro.

E realmente 10 anos depois já estava privatizado. Carlos Pimenta, o absurdo maior que acho para os contribuintes do Norte de Minas é que estão cobrando por um serviço que não foi feito. A BR vai ser duplicada de Bocaiuva a Montes Claros, da BR-040 até Curvelo. Mas ainda vai ser, e já estão cobrando antecipadamente.

E pior, Carlos, em Bocaiuva, por exemplo, estamos lotados. Só a ambulância pode ir e voltar, mas vão cobrar de todos os equipamentos da prefeitura. Se uma ambulância leva um paciente para Montes Claros e o deixa lá, na ida não paga, mas, na volta, mesmo vazia, tem de pagar. Veja que absurdo! Então realmente essa ação que a bancada do Norte está ajuizando é para suspender esse aumento abusivo que começará no dia 1º de abril. Por ser no dia 1º de abril deveria ser mentira, para realmente não acontecer. Mas essa ação é para suspender esse aumento, e, se tiver de existir a cobrança, tem de ser um preço que realmente a população do Norte de Minas possa pagar, tem de ser um preço bem menor, como você citou, de R\$2,20, como é pago na BR-381. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, da mesma forma como foi falado pelo deputado Alencar da Silveira Jr., tenho enorme respeito pela deputada Laura Serrano, que acabou de chegar nesta Casa. Mas a matéria publicada no jornal *O Tempo*, na data de hoje, na pág. 9 – não sei por que ela falou que é opinião do jornal, pois jornal não emite opinião –, traz o seguinte texto: (– Lê:) “Deputada critica exigências. A deputada Laura Serrano, do Novo, que faz parte da base do governo na Assembleia Legislativa, criticou os colegas de Parlamento por condicionar a tramitação do projeto de reforma administrativa à indicação de cargos políticos no interior e liberação de emendas”. Não sei se a deputada concedeu essa entrevista. Se ela não concedeu... (– É interrompido.)

Talvez pela falta de experiência da deputada, não saiba que deve aguardar a conclusão. O art. 164 é usado quando somos citados de forma indevida, quando é feito um tipo de crítica indevida, o que não é o caso. Estou citando uma matéria.

O que nos preocupa é porque fala em deputados. Isso precisa ficar devidamente esclarecido. Não sei se a deputada conhece a atuação deste parlamentar, mas ela nunca verá este deputado bater à porta de governo nenhum para pedir cargo nenhum, muito menos o pagamento de emenda. Todas as emendas que sempre fiz foram para a área de segurança pública. Se o governo quiser pagar as emendas, ele pagará. Se não quiser pagar as emendas, paciência.

Agora, falo como deputado experiente nesta Casa em processo legislativo: governador nenhum enfiará goela abaixo votação nesta Casa. Nem por parte deste deputado nem dos colegas deputados que aqui estão. Porque aqui há um presidente, há pauta. Os projetos são do presidente. Quem vai pautar nas comissões são os presidentes das comissões. Lá na Comissão de Administração Pública, o projeto da reforma administrativa não passou. Já apresentei emendas em Plenário, e o governador tem de entender, compreender e ter paciência com o processo de debate e discussão no processo legislativo. Se ele veio de uma área em que demitia e admitia seus funcionários, é problema dele para lá. Ele que resolva essa questão para lá. Agora, dentro do processo seletivo, existe debate, exige emenda, substitutivo. E nós, deputados, não temos de concordar com o que o governo manda. Por exemplo, acho que a questão da Escola de Saúde é um erro gravíssimo.

O deputado Carlos Pimenta* – Presidente, queria que... Meu tempo todo acabou.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, já vou encerrar.

Bom, voltando, acho que essa questão precisa ficar mais bem esclarecida para todos nós. É isso que gostaria de falar. Deputada, gosto de falar quando o deputado está presente para me ouvir falar, até para que não distorça minha fala ou fale algo que não disse. Portanto, preciso que esse assunto fique mais bem esclarecido.

O deputado Carlos Pimenta* – Rodrigues, permito à Laura um aparte de 1 minuto se ela precisar. Acabou, presidente? Sinto muito, Laura.

Mas queria só terminar, presidente, e voltar ao assunto. É chato tocar num assunto, depois entrar em outro, tomar o tempo... Fica complicado para nós.

Não tenho tempo, Virgílio, gostaria muito de ouvi-lo.

De qualquer maneira, fica aqui o nosso recado. Gostaria de registrar, também, o trabalho do Zé Reis, que é da nossa bancada. Não vamos aceitar esse roubo, esse assalto que se está cometendo contra o povo norte-mineiro.

Gostaria de ir mais longe, presidente, terminando. Gostaria que se esclarecesse tudo, *pari passu*, como se deu esse processo de privatização da BR-135, porque está muito mal explicado o que aconteceu.

Então, presidente, agradeço, e vamos tomar as nossas providências. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Cristiano Silveira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus cumprimentos. Vejo a deputada Laura Serrano posicionada para solicitar um aparte. Por favor, V. Exa. tem a palavra.

A deputada Laura Serrano (em aparte)* – Obrigada, deputado.

Só quero deixar claro que essa reportagem que foi lida realmente mostra a entrevista que dei ontem justamente em resposta ao que foi colocado na mídia na semana passada. Então, na verdade, esse é um posicionamento para deixar claro para a população como um todo que eu não estou no mesmo balaio que foi mencionado numa reportagem que nem foi feita comigo na semana anterior. Então, só quero deixar bem explícito isso daí, pois acho que é importante.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Só quero lembrar uma questão. Estamos vendo esse problema de pedágio aqui e ali. Temos um pedágio em que o pessoal rouba aqui há muito tempo, que é o de Divinópolis. Pasmem os senhores. É só no Brasil que acontece isso. O governo faz a estrada, arruma-a e, depois, vira para a iniciativa privada, João, e diz: “Vá lá e explore”. Temos de parar com isso. O Brasil tem de mudar. Falo aqui, Laura, que já passou da hora de mudar, como é o caso de passarmos a ter eleições gerais. Aqui dentro temos de ter os mais votados nos municípios. Não pode uma pessoa sem voto chegar aqui nesta Casa. Quem tem mandato tem de ter voto.

Falo mais uma vez: se querem explorar o pedágio das estradas, deputado João Leite, façam as estradas. O empresário pode fazer uma estrada daqui para o Rio. Vai ter a estrada privada com pedágio e a pública. Então, com pedágio e sem pedágio. Deixem o

pessoal trabalhar. Vamos fazer o seguinte: cobrem o pedágio ao preço que quiserem, mas vão ter de fazer a estrada. No mundo inteiro é assim. Só no Brasil o governo faz e dá de presente, como essa que estão dando lá para a iniciativa privada. É a única coisa que o Pimentel fez, está nas redes sociais, no mandato dele: a obra do posto de pedágio no Norte. Obrigado.

O deputado João Leite* – É disso que o deputado Carlos Pimenta está reclamando. O Pimentel deixou essa herança, o posto de pedágio da BR-135, que não é duplicada, não é nada para os nossos irmãos do Norte de Minas. O PT deixou esse presente para os nossos irmãos do Norte de Minas.

Concedo aparte ao deputado Sargento Rodrigues. Quero ouvi-lo, meu irmão.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Agradeço ao ilustre colega deputado João Leite. Quero dizer que, da mesma forma, sinto-me muito tranquilo porque nem eu nem V. Exa. estamos nesse balaio. As palavras, antes de serem ditas, devem ser um pouco pensadas, porque, infelizmente, quem está do lado de fora, assistindo aos trabalhos da classe política costuma generalizar, falar de forma genérica, como a gente ouve. Atacam a polícia de forma genérica, atacam a classe dos advogados, atacam a classe política. Só que nós, que estamos aqui dentro do Parlamento, precisamos separar o joio do trigo. V. Exa. é um deputado que está no sétimo mandato. É um deputado sério, honrado, trabalhador, está aqui todos os dias. Eu conheço o seu trabalho. V. Exa. não pode ser colocado no mesmo balaio de ninguém. Agora, é preciso ter cuidado com as nossas falas para não atacarmos de forma genérica. Esse cuidado é bom que a gente o tenha. Eu tenho um hábito comigo quando falo; costumo dizer fulano de tal. Cansei de chamar o Pimentel aqui de ladrão e bandido, mas digo que eu, deputado Sargento Rodrigues, estou chamando o Pimentel. Por qual motivo? Por esse, por esse, por esse e por esse, porque ele tem cinco inquéritos na Acrônimo, por isso, por isso, por isso, por isso... Cansei de falar. É bom que a gente deixe isso claro, dissipado, porque senão, na hora que vamos à imprensa, dizem: “Não, fulano falou isso; beltrano falou aquilo.” Eu nunca estive no governo Zema para pedir carro, não vou pedir, passei quatro anos sem ir ao governo, ao Palácio dos Despachos, quando o Pimentel estava lá. Foram quatro anos sem botar o pé lá na Cidade Administrativa! E todas as vezes em que eu for... Amanhã, por exemplo, irei encontrar-me com o secretário de governo, junto com os deputados Heli Grilo, Bruno Engler, Coronel Sandro, a deputada Sheila e os deputados federais Subtenente Gonzaga e Junio Amaral. Estamos convidando a deputada Alê Silva e o deputado Léo Motta. Nós, oriundos da segurança pública, estaremos lá para tratar de questões que envolvem a classe. Não passa disso. Minha relação com o governo será sempre respeitosa, republicana. Agora, passar projeto aqui sem o crivo dos deputados, a opinião dos deputados... Se for para fazer isso, para que eu teria 123.648 votos? Eu não precisaria desses votos. Portanto, é preciso ouvir o parlamento, é preciso fazer debate no parlamento.

O governador Zema pode até se intitular novato, pode até ter boas práticas, mas tem de entender como funciona o parlamento. Parlamento não é para ele dar ordem: “Vota”! E pronto, acabou. Não! Lá é um poder; e aqui é um poder. E aqui quem fala pelo poder são os deputados e as deputadas. O projeto vai tramitar, vai receber emendas, vai receber substitutivo. E digo mais, deputado João Leite: o que ele andou falando de bobagem – o governador Romeu Zema –, condicionando a aprovação dos projetos de recuperação fiscal que põem de joelho os servidores públicos mais uma vez... Não vai encontrar aqui facilidade não! Eu já avisei desde o ano passado – e avisei logo no início – que esta Casa será sitiada por servidor público, e eu quero ver os bambambãs, os defensores do governo irem à tribuna dizer que estão votando a favor da recuperação fiscal e depois encarar o servidor público lá fora. Durante a campanha, o Zema tratava servidor público como se todo mundo fosse marajá e privilegiado. Agora ele está começando a cair na real e dizer que não é isso, ele está entendendo que não é muito bem assim, que, para ele, governador, fazer uma política pública chegar lá na ponta da linha precisa do médico, do enfermeiro, do professor, do diretor, do policial, do bombeiro. Não é o governador que faz, não é secretário que faz. O governador ainda está muito longe de botar os pés no chão quanto à administração pública. Agora, aqui é parlamento, deputado João Leite. Parabenizo o presidente desta Casa, que de imediato emitiu uma nota em nome do Poder Legislativo. O que o presidente Agostinho Patrus fez foi o seguinte: “Aqui é poder. Se o senhor quiser conversar com este Poder e buscar uma convivência harmoniosa, um entendimento, venha até nós, que conversaremos tranquilamente. Não é achar

que o senhor vai votar um projeto, e ele será votado. Não, não é assim não”. Agora, eu nunca condicionei votação de absolutamente nada, nenhum requerimento. Nunca passou pela minha cabeça condicionar, mas o processo de obstrução, deputado João Leite, vai ocorrer. E eu vou obstruir aquilo que eu entender que não está de acordo com os meus eleitores ou com o conjunto da sociedade. Eu vou obstruir. Se é bom para a sociedade e para todos nós, vou ajudar a aprovar, estarei presente, vou votar na comissão e no Plenário.

Se for ruim, serei contrário.

Deputado João Leite, eu sei manejar o Regimento Interno desta Casa. Eu conheço bem o Regimento e sei o tanto de trabalho que o governador Romeu Zema vai ter conosco aqui, com os deputados que têm um pouquinho mais de experiência. Se ele tentar enfiar o projeto goela abaixo, a Casa não vai aceitar.

Parabéns ao presidente Agostinho Patrus, que, de imediato, já soltou uma nota respondendo ao governador que este é um Poder e que ele tem que respeitar. Se ele quer harmonia, nós teremos harmonia, mas não venha condicionar. E não venha colocar ninguém para fazer ataques pelas entrelinhas tentando acusar a Assembleia disso ou daquilo. Prefeito vai receber? Precisa resolver com o governador, e não condicionar aqui recuperação fiscal, não.

Eu quero pagar para ver qual será o deputado que vai votar favoravelmente a essa recuperação fiscal. Eu quero estar aqui para ver. Quero ver o corajoso que vai votar, que vai botar de joelhos o servidor público que já está castigado pelos quatro anos da administração anterior.

Muito obrigado, e me perdoem se eu estendi o meu tempo.

O deputado João Leite* – Muito obrigado. Eu queria tratar da questão das ferrovias. Queria agradecer às deputadas e aos deputados o apoio que a Comissão de Pró-Ferrovias vem recebendo, em nome dos meus companheiros da comissão, da deputada Marília Campos, do deputado Gustavo Mitre, do relator, deputado Roberto Andrade, do deputado Celinho do Sinttrocel. Todos estão muito envolvidos desde o ano passado. Muitos de nós estamos envolvidos na retomada ferroviária de Minas Gerais.

Imaginem, deputadas e deputados, quando aconteceu a concessão ferroviária, em 1996, o Brasil tinha 39.000km de ferrovias utilizados para o transporte de carga e de passageiros. Agora, neste momento, temos pouco mais de 12.000km. Muitas vezes, achamos que a privatização e a concessão resolvem todos os males do serviço público, que o serviço público não é competente para tocar empresas. E conseguimos este feito: perder tanto vigor nas ferrovias na mão do setor privado. O que a Vale do Rio Doce fez? Abandonou a linha mineira, porque ela vai para o Porto de Açu, e o Porto do Açu não pertence à Vale. Ela abandonou a linha que vai para o Porto de Salvador, que passa no Norte de Minas, que tinha um trem de passageiros espetacular. Essa linha foi abandonada. Ela hoje é subutilizada, porque interessa para a Vale apenas a linha que vai para o porto e que lhe pertence.

Ora, se é concedido, se é privatizado... Mas, especialmente, tratando-se de concessão, que é o que foi utilizado no Brasil, precisa-se de agências reguladoras fortes. Não podem ser agências reguladoras dominadas pelas empresas.

Nós chegamos a um momento no Brasil em que a solução são as empresas, a solução é a privatização, o serviço público não serve, se a empresa for pública não serve, tem que dar para o setor privado. Nós estamos vendo o que a Vale está fazendo com Minas Gerais. Chegou o momento do encontro de contas da Vale com Minas Gerais.

O abandono de Itabira: Itabiruçu e Pontal, prontos a matar todo mundo em Itabira. A Vale pega suas coisinhas, põe debaixo do braço e quer ir para o Pará e abandonar Minas Gerais. Para a Vale interessa... Imaginem: estava na pauta ontem da diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres o relatório aprovando mais 40 anos de concessão para a Vale em Minas Gerais. Por quê? Por que nós vamos dar mais 40 anos para a Vale? E está lá o ministro, Sr. Tarcísio, entusiasmado. “Ah, porque nós temos que escoar os grãos do Centro-Oeste brasileiro”. O.K., mas não com o dinheiro de Minas Gerais. Nós também queremos escoar os nossos grãos do Triângulo, do Alto Paranaíba, de Unai, do Noroeste mineiro. Essa é a riqueza do futuro de Minas Gerais. Essa é a nossa riqueza.

A Vale arrancou todo o minério e deixou o rejeito para Minas Gerais, mais de 300 mortos em Brumadinho e os mortos de Mariana. Agora o governo federal quer entregar, por mais 40 anos, para essa empresa... “Ah, porque tem que privatizar. As empresas são tão competentes!” Olhem os recados dos gerentes para o superintendente-geral da Vale, o Sr. Gerd Peter Poppinga: “Vai cair”. E ele fez uma conta: “Se cair, ainda vamos ter lucro”. Escândalo, crime! E estamos querendo... O governo federal, porque eu não quero, não podemos querer; esta Casa tem que se levantar.

Quero parabenizar o presidente Agostinho Patrus, que ontem se levantou e está entrando com uma ação administrativa na ANTT. Enquanto não responderem os questionamentos da Comissão Pró-Ferrovias da Assembleia Legislativa, eles não podem fazer a antecipação da renovação da concessão ferroviária. Todo mundo me pergunta: “Quanto fica para Minas Gerais?”. É simples, não é Marília? Acompanhamos isso de perto. O Espírito Santo tem 30% da malha, que são R\$12.000.000.000,00; Minas Gerais tem 70%. Quanto queremos? Alguns falam em R\$20.000.000.000,00. Fico ouvindo, com todo respeito: “Ah, porque cortamos os seguros das escolas...”. Gente, esqueçam os seguros das escolas, estão cuidando das nossas crianças. Não cuidar das ferrovias. Tem R\$20.000.000.000,00 voando, que estão indo embora para o Mato Grosso do Sul – a bancada desse estado sentou à porta do ministro e quer o dinheiro de Minas Gerais. Governador, pegue um avião e vá lá falar dos R\$20.000.000.000,00, vá falar com o governo federal que Minas Gerais não aceita. Faça como o deputado Agostinho Patrus fez ontem. Quero convidar todos, porque pertence a todos nós.

Termino, Sr. Presidente. Lembro-me da deputada Celise, em Governador Valadares, com o deputado Mourão, querendo mais uma linha de trem. Quando você lê o relatório da ANTT, vê que sai a única linha de trem de passageiros que existe. A deputada Celise quer um trem noturno de Valadares para cá. Ela se encontra com a Rosângela Reis e o Celinho Sintrocel em Ipatinga, e vem todo mundo de leito no trem para Belo Horizonte. Só que, no relatório deles, nem o trem que existe hoje vai existir mais.

Quando vamos levantar a voz contra os desmandos de uma empresa? Chegou o momento do encontro de contas da Vale com Minas Gerais, e não abrimos mão. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Boa tarde a todas e a todos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e povo mineiro que nos acompanha pela TV Assembleia. Quero, na data de hoje, dia 26/3/2019, parabenizar, de público, o nosso querido D. Walmor, bispo da Arquidiocese de Belo Horizonte, que completa hoje 15 anos de serviços prestados à nossa arquidiocese, que tão bem vem conduzindo os trabalhos da Igreja Católica e que vem prestando um excelente serviço, com vigor, com demonstração de valor à vida e com respeito ao próximo. A gente tem que aproveitar este espaço para registrar, porque é muito importante a atuação de todos os movimentos sociais em nossa sociedade. A Arquidiocese de Belo Horizonte vem demarcando espaço e lutando, cada vez mais, pelo direito à vida, em todos os sentidos.

Aproveito também para parabenizar o D. Geovane Luís, que completa hoje também dois anos de ordenação episcopal e que inclusive coordena a minha região episcopal, a de Nossa Senhora da Piedade. Ele também vem lutando. No último sábado, tivemos uma bonita peregrinação na Serra da Piedade, onde reunimos diversos fiéis e pessoas que lutam pela qualidade de vida na Serra da Piedade, pela conservação daquele patrimônio histórico e cultural. Vem fazendo essa discussão – estive conosco, inclusive na semana passada, em audiência pública nesta Casa –, cuidando e zelando para que esse patrimônio não seja, mais uma vez, desperdiçado e degradado pela mineração.

Quero aproveitar e ressaltar que este ano o tema da campanha da fraternidade é “Fraternidade e políticas públicas”, e este é um espaço oportuno para discutirmos políticas públicas. Nesse sentido, muito provavelmente na próxima quinta-feira, nós, deputados, devemos estar aqui discutindo a reforma administrativa do Estado. Tenho muitas preocupações em relação à garantia das políticas públicas que entregaremos aos nossos mineiros a partir dessa reforma. Vários aspectos dela estão sendo debatidos, mas, mesmo

recebendo ontem uma proposta de substitutivo, em uma apresentação do relator da CCJ, o nosso companheiro Guilherme, percebi que ainda faltam aspectos da reforma a serem discutidos.

Quero ressaltar duas das minhas grandes preocupações. Primeiro, a Escola Pública de Saúde. A reforma apresentada não contempla tudo o que foi debatido nesta Casa. Gostaria muito que a gente pudesse, nos próximos dias, debruçar-se sobre isso e fazer com que o governo observasse atentamente todas as demandas apresentadas.

Nessa mesma linha, quero chamar a atenção para a política sobre drogas, porque a reforma não apresentou uma acolhida às demandas feitas. No último dia 21, quinta-feira passada, fizemos uma audiência na Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas e recebemos diversas pessoas, grupos, entidades, inclusive representantes de outros estados, para debatermos o assunto. Ficou muito bem esclarecida a necessidade de a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas não ser rebaixada ao *status* de superintendência. A política sobre drogas trata amplamente de várias questões da sociedade e tem uma interface com várias áreas, como saúde, educação, esportes e segurança pública. É preciso que isso esteja muito bem localizado dentro da nossa estrutura de governo.

O deputado Zé Reis (em aparte)* – Deputada Ana Paula, foram muito bem colocadas as suas sábias palavras sobre a reforma administrativa, que, na primeira hora, vem em nome da reestruturação do Estado, da economicidade, da eficiência. Entretanto, assusta-nos o andar das discussões nesta Casa.

Na sexta-feira, o nosso governador Romeu Zema esteve em Montes Claros e lá, num argumento aos prefeitos da região em uma entrevista, disse que os pagamentos aos municípios estavam vinculados à aprovação desta Casa, o que dá a entender que somos o Executivo. E isso é grave. Isso é grave, porque a reforma está a cada dia mudando. Prova disso é o seu art. 124, que extingue a estrutura da escola de saúde, mesmo ela sendo debatida em outro projeto.

Ademais, falando em cortes, e como uma pessoa do sertão do Norte de Minas, trago a minha tristeza pela extinção da secretaria do Vale, a secretaria que defendia a região da Sudene, com mais de 168 municípios. De um lado, isso é feito em nome da economicidade, mas, de outro, traz um substitutivo que está na iminência de ser votado na Comissão de Constituição e Justiça e aumenta quase 700 cargos, gratificações e comissões. Ou seja, há um descompasso nessa reforma administrativa.

Portanto, Sr. Governador Romeu Zema, estamos aqui prontos para contribuir com o desenvolvimento e o crescimento do nosso Estado das Minas, do nosso Estado das Gerais, mas ouça-nos para que possamos fazer isso a quatro mãos. Como disse, não podemos ser aqui apenas um executor das ordens do Executivo. Cada um com o seu cada um, cada um no seu devido lugar, mas estamos prontos para ouvir e também para falar. Não é um monólogo; são duas Casas, dois Poderes, mas esses dois Poderes precisam chegar a um melhor divisor comum, e não empurrar goela abaixo, aprovar projetos a toque de caixa, inviabilizando ainda mais o nosso estado, que já se encontra tão sofrido. Muito obrigado pelo aparte.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Obrigada, Zé Reis, nosso deputado tão orgulhoso do sertão das Minas Gerais.

A deputada Delegada Sheila (em aparte)* – Boa tarde a todos; boa tarde, deputada Ana Paula. Gostaria de fazer um comentário, concordando com o que foi dito pela deputada. Também faço parte da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, e ficamos – nem sei qual palavra usar – abismados com a proposta que foi feita em relação à política sobre drogas. Não há como falarmos em segurança pública, em diminuição da criminalidade, sem cuidarmos, de forma devida, da política sobre drogas no Estado. Já era uma subsecretaria, agora querem torná-la sub da sub, na contramão das políticas públicas do governo federal e dos demais estados da Federação. Na maioria dos estados existe uma secretaria de política sobre drogas.

Sabemos que isso traz um prejuízo enorme. Não existe economia, existe prejuízo. Não sendo subsecretaria, não há como receber recurso. E nós sabemos que existem muitos recursos, principalmente em nível federal, principalmente recursos oriundos de bens e valores apreendidos do tráfico de drogas e que podem ser direcionados para o combate às drogas no Estado de Minas Gerais. Isso não é feito hoje por desorganização, mas poderia vir a ser feito. Então isso não é economia, é prejuízo para o Estado. Sem contar

a questão, que é tão complexa, das comunidades terapêuticas, que desempenham um trabalho totalmente eficiente, que passariam a ser geridas pela Secretaria de Saúde. Nós sabemos que a questão das drogas também é um problema de saúde pública, mas não só de saúde pública. E sabemos também que a maioria das pessoas que atuam na saúde sequer concordam com os trabalhos das comunidades terapêuticas.

Então é uma questão muito séria, muito complexa, muito grave. Não adianta colocar tudo num pacote só, dizendo que vai aprovar e já era – só para concluir a política sobre drogas. Na própria audiência pública ficou bem clara a possibilidade de fechar três projetos sociais importantíssimos para o Estado, por exemplo, o Fica Vivo, que é o único projeto que dá resultado e diminui o número de mortes de adolescentes. Nessa audiência pública um profissional ainda mencionou: “Vai economizar com prevenção, e vai gastar dinheiro para comprar caixão”. Caixão de crianças, de adolescentes, que vêm morrendo nas comunidades, vítimas das drogas. Então isso para mim não é economia. Definitivamente, eu não estou de acordo. Obrigada.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Obrigada, Delegada Sheila. Nós não podemos deixar que isso passe despercebido por nós.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, deputada Ana Paula Siqueira. Parabenizo-a pelo pronunciamento.

Com relação à reforma administrativa, você está coberta de razão. Acho que ela não pode ser feita no sentido de sacrificar a vida da população mineira. Acho que o governo tem de entender que tem de fazer cortes estruturais, e não reduzir serviços públicos essenciais. Damos o exemplo da intenção do governo de romper o contrato, demitindo os seguranças e os vigilantes das escolas e hospitais. Isso é um absurdo. Há dados da Fazenda, inclusive, de que vigoram mais de quatro mil regimes especiais de tributação no Estado de Minas. Ou seja, o governo isenta grandes grupos econômicos do Estado, que têm privilégios, que negociam diretamente com o governo os seus impostos. Alguns nem pagam impostos, e o povo é sacrificado com a maior carga tributária do Brasil. Isso é um absurdo. O governo tem de entender que ele deve fazer realmente corte nos privilégios e naqueles setores que realmente consideramos que há excessos, mas não sacrificar ainda mais o professor, a professora, o trabalhador, o estudante, e nem as áreas essenciais das políticas públicas, como a segurança, a educação e a saúde. Isso é um absurdo.

Com relação às emendas, a exemplo do que já ocorre em Brasília, com o orçamento da União, as nossas emendas são impositivas. Justamente para evitar essa articulação dos governadores no sentido de fazer das emendas uma moeda de troca. Justamente para garantir independência e autonomia do Poder Legislativo.

Acho que as emendas são legítimas. Só dou um exemplo aqui: ontem inauguramos e entregamos, lá, em Uberlândia, as obras do Hospital do Câncer, do Centro de Transplante de Medula Óssea e do centro cirúrgico. São emendas do deputado Weliton Prado, emendas impositivas. Foram R\$15.000.000,00 de emendas. Ao todo já destinamos mais de R\$31.500.000,00 para 29 hospitais do câncer em Minas Gerais. O governo não faz a sua parte, ele não está investindo realmente na defesa dos pacientes com câncer.

Por isso não tenho nenhum cargo nesse governo nem terei; sempre agirei com absoluta independência nesta Casa. Já estou no meu terceiro mandato, com absoluta independência, e será assim até o final, mantendo a coerência acima de tudo. Não tenho nenhum cargo, não solicitei nada a esse governo nem vou solicitar, mas simplesmente vou honrar o meu mandato e o compromisso público que assumi: agir com independência, com coerência e fazer a defesa dos nossos municípios tão sofridos.

Isto, sim, é um caso de improbidade administrativa: o governador não paga, não honra seu compromisso de fazer os repasses constitucionais aos municípios; não paga o décimo terceiro; não paga o piso salarial aos professores. Enfim, precisamos estar de olho. A reforma não pode significar uma redução dos serviços essenciais nem sacrificar mais a vida do povo. O governo tem que cortar daqueles grandes devedores, de quem não paga o Estado, dos grandes grupos que são realmente privilegiados. Então, devemos debater seriamente a reforma nesta Casa. Obrigado, deputada.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Obrigada.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)* – Deputada Ana Paula, quero cumprimentá-la de forma pública, parabenizando-a pelo seu trabalho também. É uma alegria para nós, que já trabalhamos juntos na Assembleia, em outras atividades, estarmos juntos no Parlamento, representando a população. O tema que V. Exa. traz é tão pertinente que os apartes tomaram conta de quase todo o seu tempo. O tema, obviamente, vem em um momento único.

Quando a Campanha da Fraternidade propõe o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, com o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça”, vemos uma reforma administrativa que vai exatamente na contramão, como muito bem V. Exa. confrontou essa ideia. E não é uma proposta de confronto, até porque o processo de quem conhece a construção temática da Campanha da Fraternidade sabe que é feito um estudo dois anos antes, aprovado um ano antes. Ou seja, é algo que o Brasil vem precisando debater, para garantir direitos.

Por trás da reforma administrativa, o governo vem fazendo um discurso propagandista e de *marketing* sobre economia. A reforma, em si, já não mostra isso; será uma economia pequena, mas o governo diz que é grande. E, ainda, o substitutivo da reforma vai acrescentar mais cargos, mais gastos e diminuir essa economia na ordem de R\$130.000.000,00 em quatro anos, mas o governo continua alardeando mais de R\$1.000.000.000,00; na prova, quando se estudam os dados, isso não se confronta, não se concretiza. Então, deputada, temos de nos unir exatamente por essas políticas públicas essenciais que estão sendo colocadas, como o combate à droga, a política assistencial e de desenvolvimento social do nosso estado, a questão da saúde e vários assuntos.

E outra: a questão fiscal. Está na proposta da reforma administrativa – e o governo já está fazendo isso – o fechamento de unidades da Receita Estadual em vários municípios. Ilustrarei alguns, para não cortar muito o tempo de V. Exa. Na nossa região do Sul de Minas, será cortado as unidades de Pouso Alegre, Extrema, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso, Lavras, São Lourenço, Andradas e Itajubá. Com isso, o governador vai dificultar a vida dos prefeitos, pelo menos em três pontos: primeiro, porque não está repassando o dinheiro dos prefeitos, e falou que o repassaria; fica alardeando a todo momento que está fazendo isso, mas não está.

Para encerrar, além de fazer esse corte, prejudica o município porque não faz o repasse e porque está dizendo que só manterá as unidades abertas se os prefeitos pagarem seu aluguel. E o que vai acontecer? O produtor rural dessas cidades, que dependem dessa unidade, vão parar de tirar nota, o que vai prejudicar o município, pois haverá mais diminuição na sua arrecadação. Ou seja, estamos vendo uma proposta de reforma administrativa na contramão do clima desta Casa e da necessidade de Minas e do cidadão mineiro. É preciso fazermos uma discussão aprofundada sobre a garantia dos direitos e das políticas públicas em Minas Gerais e, sobretudo, um diálogo aberto nesta Casa, que infelizmente não está acontecendo.

Parabéns, deputada, por trazer esse tema em consonância com o que a CNBB propõe hoje no nosso país.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Obrigada, deputados.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vou tratar aqui da reforma administrativa, mas antes, quero cumprimentar a Mesa da Assembleia pela nota oficial publicada hoje, em que coloca, de maneira muito clara, reafirma, a independência e a autonomia dos Poderes. Somos absolutamente solidários à luta dos prefeitos e aos repasses de recursos. Agora, imputar ou condicionar a aprovação de um projeto absolutamente nefasto aos interesses da sociedade mineira para se fazer essas transferências é, no mínimo, colocar a sociedade contra a Assembleia e gerar uma expectativa ilusória.

Minas Gerais possui outros caminhos para a recuperação fiscal e não precisa se subordinar a essa sanha centralizadora e arrecadadora da União. Temos de discutir o pacto federativo, temos de cobrar o que Minas merece e o que, por lei, tem a receber: as compensações da Lei Kandir. Será que é justo, deputado Elismar, penalizar o aluno da escola pública, a pessoa que depende da segurança pública, a reposição de concursados, impedir convênios com entidades e municípios, privatizar a Cemig, para ter uma anistia, uma carência de três anos de uma dívida que foi paga várias vezes, e deixar nas mãos da União um crédito de, no mínimo, R\$100.000.000.000,00, há quem diga que são R\$135.000.000.000,00? E colocar como se fosse uma camisa de força: ou a

Assembleia aprova isso ou os municípios não vão receber. Vamos debater, democraticamente, com a sociedade e com os municípios porque existem outros caminhos. Todos sabem que um projeto dessa natureza, pela sua polêmica, demora na tramitação. Imaginem um projeto que vai privatizar a Cemig? Não seria mais fácil falar grosso com o governo federal, cobrar do governo federal o que Minas merece? Minas Gerais vai ter um impacto econômico, uma crise de receita e econômica, além dessa crise humanitária que as famílias estão vivendo, infelizmente, com a tragédia de Brumadinho ou, como muitos chamam, com o crime de Brumadinho ou contra Brumadinho e trabalhadores e trabalhadoras. Por que o governo federal não apresenta uma compensação? O presidente da República esteve aqui, quanto o governador pediu, exigiu ou cobrou de apoio ao governo federal?

O deputado João Leite esteve aqui – parablenzo o deputado João Leite, a Comissão das Pró-Ferrovias e o deputado Agostinho Patrus –, numa iniciativa política, consolidada. O Estado correndo atrás, o deputado João Leite mencionou, de R\$20.000.000.000,00. Temos um estudo da relação custo-benefício dos chamados Regimes Especiais de Tributação – Rets. Caminhos existem. Não podemos apontar um caminho e dizer: “Este é o caminho. Se não for este o caminho, é culpa da Assembleia todos os passivos que Minas Gerais tem com os seus entes, inclusive com os municípios”. Não! Isso é chantagem. A Assembleia possui autonomia para fazer o debate. Então, parablenzo, na pessoa do deputado Tadeu, que integra a Mesa, o nosso presidente Agostinho Patrus, por essa afirmação de independência e autonomia do Poder Legislativo. E vamos na mesma linha da reforma administrativa.

Quería aqui abrir um parêntese em nome da justiça e mencionar o esforço do relator, deputado Guilherme da Cunha, que participou da audiência pública durante todo o tempo; tem feito reuniões com os blocos; tem se reunido com os deputados; incorporou algumas sugestões em seu parecer, dentre elas, uma que a oposição apresentou, que era impedir a transferência do Ipsemg da Seplag para a Fazenda. Isso já foi revisto.

Agora, a matéria da reforma administrativa exige um aprofundamento e infelizmente está em regime de urgência. Só hoje, no parecer, no avulso distribuído ontem, quantas questões foram levantadas? Uma, deputada Marília – bom que temos assessores, diligentes e deputados que também estão preocupados com o conteúdo da reforma. Da forma como poderia ser votado o parecer na CCJ, antes mesmo de votarmos ou analisarmos o outro projeto de extinção da Escola de Saúde Pública, a autonomia já seria retirada.

Aliás, vou deixar aqui e reiterar: o pleito do bloco Democracia e Luta, do Partido dos Trabalhadores, do Psol, da Rede, do PCdoB, do Pros, do PR, é que se retire o projeto que extingue a Escola de Saúde Pública, até para facilitar a discussão dos demais temas. Mas, com todo esforço do relator, isso ficou. Temos de retirar. Há questões polêmicas: transferir a Fucam para a Seapa, colocar o Consea – Conselho de Segurança Alimentar – na Sedese.

Um artigo que acho preocupante permite que as organizações sociais adquiram bens, fugindo da ata do registro de preços do governo. Hoje, as OSs não podem comprar mais caro que o governo compra. Essa trava está sendo retirada com o projeto do governo. Em momento de economia, de ajuste fiscal, de crise, acho isso preocupante. Então, considero que a reforma tenha de ser mais bem discutida e aprofundada.

Gostaria de levantar esses pontos. Inclusive, sexta-feira teremos uma audiência pública. O Centro Mineiro de Referência em Resíduos, que funciona lá no Bairro Pompeia, meu bairro, onde tive o prazer e a honra de nascer e morar, região Leste – e a deputada Ana Paula tão bem conhece –, uma conquista dos catadores de materiais recicláveis, referência do apoio a eles para inclusão sócio-produtiva da discussão da prestação de serviços socioambientais, está sendo fechado. E na reforma sequer aparece.

Então, ainda temos pontos importantes, pontos de conteúdos. Fico à vontade, até porque não sou da base de governo, sou líder do bloco de oposição, mas estamos discutindo conteúdo. Porque determinadas críticas dirigidas à Assembleia são impeditivas de esta Casa apontar algum aperfeiçoamento. Seja deputado da base, seja deputado do governo, pode e deve apresentar suas posições. Sendo assim, nessa discussão, gostaria que a gente pudesse continuar esse aprofundamento.

É com o maior prazer que concedo apartes, inclusive, abro mão do final da minha fala para ouvi-los. Pela ordem, foi me solicitado pelo deputado Gil, pela deputada Ana Paula e pela deputada Laura.

O deputado Gil Pereira (em aparte)* – Quero agradecer ao deputado André Quintão e parabenizá-lo por suas palavras. Também estamos aqui, deputado, para discutir e aprimorar cada vez mais esse projeto da reforma administrativa. Inicialmente, deputado André Quintão, quero agradecer ao nosso presidente Agostinho Patrus e a toda Mesa diretora, que criaram a Comissão Extraordinária de Energias Renováveis e Recursos Hídricos.

Como é de conhecimento de todos, o Norte de Minas tem um sol escaldante, e temos de aproveitá-lo. Desde de 2011, temos trabalhado nesse tema. Hoje temos a maior planta da América Latina. Em 2015, apresentamos um projeto de lei nesta Assembleia, que foi aprovado e sancionado; depois foi feito o decreto. Até cinco megas estamos isentos de ICMS. Já temos mais de 12 plantas energizadas e mais de 70 projetos que dependem só da conexão da Cemig. Então, cada planta dessa representa R\$25.000.000,00. Isso é para você ver o tamanho e a importância das energias renováveis na questão solar, na questão da biomassa, para se ter um mar de floresta, e também na questão eólica.

Então, nós queremos aprofundar e dinamizar a questão dos recursos de energias renováveis. São também recursos hídricos, não é? Da mesma forma é a importância de concluir a barragem de Jequitaiá. Já existe 1/3 pronto. Nós temos de arrumar recursos para concluí-la. Da mesma forma, as barragens de Congonhas e Berizal, as pequenas barragens, o Rio Verde Grande. Enfim, esse é o trabalho que queremos concluir. Nós precisamos do apoio do governo federal, porque os recursos para fazerem essas barragens são do governo federal, tanto do Denocs quanto da Codevasf e do Ministério de Integração Nacional.

Para concluir, deputado André Quintão, quero, mais uma vez, deixar claro o absurdo do pedágio que vai se iniciar a partir do dia 1º de abril. Mas antes nós, da bancada do Norte, vamos entrar na Justiça pedindo a suspensão, ou seja, que não funcione a partir do dia 1º, para revermos esses valores. É muito caro o valor de R\$7,20. Hoje se gasta um tanque de combustível para ir e outro para voltar. Agora vamos gastar um tanque de pedágio. Com cada ônibus se gastam R\$260,00 para ir e voltar. São quase R\$600,00. Isso vai impactar a tarifa do ônibus e as pessoas que andam pela BR-135, que, realmente, necessitam dela para transitar de lá para cá.

A bancada norte-mineira está unida para rever esses valores. Esperamos que o Judiciário atenda a esse pedido da bancada. Nós estamos entrando amanhã na Justiça para suspenderem e não cobrarem o pedágio a partir do dia 1º e para que, quando voltarem a cobrar, seja um preço realmente adequado, e não R\$7,20, ou seja, R\$2,00 ou R\$3,00, no máximo. Nós temos de rever essa tarifa, que está muito alta e que a ECO 135 vai cobrar a partir do dia 1º dos passageiros e dos motoristas que andam naquela BR. Agradeço a V. Exa. o aparte.

O deputado André Quintão – Obrigado.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte)* – Deputado André, obrigada pela gentileza. No meu momento de oradora, estávamos falando sobre as questões de políticas públicas e o quão importante é a população participar; não somente nós, representantes do povo, mas também cada um à sua medida.

Fui surpreendida com um fato estranho ocorrido no governo federal de ontem para hoje: foi publicada, através de uma portaria do MEC, a suspensão da avaliação da alfabetização por um período de dois anos. Fiquei bastante surpresa e assustada. Hoje, quando amanhecemos o dia, foi revogada essa portaria. Queria chamar a atenção, porque esse assunto é de extrema relevância para nós.

O Ministério da Educação anunciou como prioridade absoluta a política de alfabetização e nomeou Carlos Nadalim como responsável por essa pauta. Ele, que é coordenador pedagógico da Escola Mundo do Balão Mágico, do Município de Londrina, fez críticas muito pesadas em relação à Profª. Magda Soares, que, inclusive, é uma das fundadoras da nossa Faculdade de Educação da UFMG, uma histórica estudiosa com diversos livros na área da alfabetização. Há mais de 50 anos ela trabalha nessa área. Fiquei muito surpresa ao ver o governo indo e vindo nesta pauta tão importante que é a da educação. Espero que o governo, realmente, seja bastante responsável e não suspenda essas avaliações porque são elas que dão o norte do retorno do aluno no Brasil. Para os senhores terem uma ideia, 3 a cada 10 jovens de 15 anos hoje não conseguem ler bem, compreender bem e fazer contas básicas; 8% dos

brasileiros são completamente analfabetos absolutos; e 21% dos alfabetizados têm dificuldade de leitura e escrita, ou seja, estamos falando de quase 30% da população. É um absurdo a gente ter essa insegurança no Ministério da Educação. Em pouco tempo, em poucos dias de governo, a gente vê essas idas e vindas nos deixando aqui muito preocupados com o resultado final. Obrigada, André.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)* – Nobre deputado André, nosso líder, queremos parabenizá-lo pela sua análise referente à reforma administrativa, com a qual concordamos plenamente. Queria, nesta oportunidade de aparte que V. Exa. nos permitiu, relatar um pouco o fato que alguns deputados também muito bem registraram aqui sobre a concessão das rodovias do Norte.

Queria dizer que é muito fácil, na lógica de uma crítica também legítima que eles fazem, criticar o ex-governador Fernando Pimentel sem compreender todo o processo. Não estou aqui defendendo o mérito em si, mas reconhecendo o processo que foi elaborado. Tive oportunidade de participar, no Sul de Minas, de quatro audiências públicas que também debateram a concessão de seis estradas naquela região. Não foi aprovada, mas houve uma participação e uma mobilização muito grande da sociedade no sentido de buscar soluções para algumas estradas, como para a MG-290, que liga a Pouso Alegre, cruzando Ouro Fino. Existe uma situação muito grave na região.

Lembro que foram feitas várias audiências públicas. Alguns deputados, naquele momento, não participaram. Tive conversa com o ex-secretário Murilo Valadares, que se colocou totalmente à disposição para explicar e apresentar os dados para os deputados. Questionar uma situação sem ter participado é muito ruim.

Só para terminar, Sr. Presidente, informo que foi feita à época uma audiência pública em Montes Claros, em Cordisburgo, em Belo Horizonte e em Bocaiuva. O governo, à época, optou por não fazer a outorga da licitação. Foi pelo menor preço. São mais de R\$70.000.000,00 de investimentos previstos na região. Existe motivo, existe argumento, existe dado levantado, existe a participação da sociedade, que merece, sim, agora talvez um debate mais aprofundado, com a participação dos deputados.

Tudo sem deixar de reconhecer que o processo feito lá atrás foi debatido com a sociedade e obviamente com os deputados que tiveram interesse naquele momento. Quero então registrar a forma como o governo propôs trazer isso para a sociedade.

O deputado André Quintão – Deputado, no meu minuto final, passo a palavra para a deputada Laura. Só um minuto. Pediria a generosidade de V. Exa. só para ouvirmos, por 1 minuto, a deputada Laura.

O presidente – O tempo de V. Exa. já se esgotou. O senhor só pode conceder aparte quando tem tempo. Vou conceder uma questão de ordem para a deputada Laura. Aí conseguiremos concluir a parte dos oradores.

O deputado André Quintão – Então, queria agradecer. Faço questão, ainda que do Plenário, de ouvir a deputada Laura.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Camila Andrade Câmara, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis;

exonerando Carlos Roberto do Couto, padrão VL-54, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando José Ferreira Gomes, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar de Oliveira;

exonerando Olivia Maria Batista Barbosa, padrão VL-38, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;
nomeando Camila Andrade Câmara, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;
nomeando Carlos Magno de Melo Nobrega, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas;
nomeando Carolina Viana Cançado Paraíso, padrão VL-54, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;
nomeando José Manoel Pachêco, padrão VL-38, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;
nomeando Mozart Maximo Filho, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;
nomeando Natalia Pagano de Souza, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;
nomeando Victor Côrtes Vieira, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 94/2017

1º convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º convenente: Município de Passa-Quatro. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Objeto do aditamento: rescisão do CNV/04/2011. Vigência: a contar da data de assinatura deste instrumento.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 105/2017

1º convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º convenente: Município de Itapagipe. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Objeto do aditamento: rescisão do CNV/71/2011. Vigência: a contar da data de assinatura deste instrumento.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 24/2018

1º convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º convenente: Município de Candeias. Objeto: instalação de equipamentos de transmissão da TV Assembleia. Objeto do aditamento: rescisão do CNV/3/2005. Vigência: a contar da data de assinatura deste instrumento.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IPLEMG

TERMO DE POSSE

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de 2019, às 17 horas, na sede do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, o presidente da Assembleia Geral, Ademir Lucas Gomes, nos termos regulamentares, declarou empossados, nos cargos de membros da Diretoria, Conselhos Deliberativo e Fiscal do Iplemg, conforme edital de convocação de eleição da administração do instituto, publicado no *Diário do Legislativo* de 20/3/2019, os componentes da chapa encabeçada pelo Sr. Gerardo Henrique Machado Renault, que também assina Gerardo Renault, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/3/2019, para o biênio que se inicia em março de 2019 e termina em março de 2021, e como tais foram proclamados pela Assembleia Geral. Diretoria: presidente: Gerardo Henrique Machado Renault; vice-presidente: Adalclever Ribeiro Lopes; diretor financeiro: Mauro Lobo Martins Junior; vice-diretor financeiro: Sebastião Costa da Silva. Conselho Deliberativo: Efetivos: deputado Alencar Magalhães da Silveira Junior; deputado Antônio Carlos Arantes; Antônio Júlio de Faria; deputado Arlen de Paulo Santiago Filho; Emílio Eddstone Duarte Gallo; Fábio Lúcio Rodrigues Avelar; deputado Luiz Sávio de Souza Cruz; deputado Luiz Tadeu Martins Leite; Maria Emília Mitre Haddad; Maria Tereza Lara. Suplentes: Dilzon Luiz de Melo; Elaine Matozinhos Ribeiro

Gonçalves; João Marques de Vasconcelos; Joaquim de Melo Freire; deputado João Vitor Xavier Faustino; deputado Lafayette Doorgal de Andrada; Márcio Luiz Murta Kangussu; Paulo Cesar de Carvalho Pettersen; deputado Rogério Correia de Moura Baptista e deputado Hely Tarquínio. Conselho Fiscal: Efetivos: Elbe Brandão Santiago; Márcio Luiz da Silva Cunha e Nelson José Lombardi. Suplentes: Anselmo José Domingos; Ivair Nogueira do Pinho e João Pinto Ribeiro.

Assembleia Geral, 28 de março de 2019.

Ademir Lucas Gomes, presidente da Assembleia Geral – João Alves Cardoso, superintendente-geral do Iplemg e secretário da Assembleia Geral – deputado Agostinho Célio Andrade Patrus, presidente da ALMG e presidente nato do Conselho Deliberativo do Iplemg.

**ERRATA****MENSAGEM Nº 16/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/3/2019, na pág. 53, no despacho, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 767/2019”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 367/2019”.